



**SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO DE PROJETOS
DE DISSERTAÇÕES**

12 a 15 de dezembro de 2022

Parnaíba/2022

SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE MESTRADO

I - Instruções gerais

O “Seminário de Qualificação de Projetos de Dissertações” consistirá na apresentação dos mestrandos e mestrandas, que estão submetendo à avaliação o projeto de dissertação, à qualificação 1 ou 2; ocorrerá em sessão aberta, para acompanhamento, discussão e sugestões por parte dos presentes. Incluirá a participação, para cada trabalho apresentado, de um(a) professor(a)-leitor(a) interno(a) ao PPGPsi/UFDPar, e de um docente de outro Programa *stricto sensu*, que não só comentará os trabalhos apresentados, mas também participará da avaliação final do Seminário. O Seminário de Qualificação é uma atividade acadêmica que possibilita que todos e todas possam conhecer um pouco do trabalho dos mestrandos e mestrandas.

A apresentação por cada mestrando/mestranda será realizada entre 10 e 15 minutos no máximo. Cada professor/professora avaliador(a) terá 15 minutos para fazer seus comentários em relação ao texto e à apresentação.

Todas as apresentações do seminário serão na modalidade remota, via Google Meet.

Link de acesso à sala, dias 12 e 13, Linha 1: <https://meet.google.com/yzu-peww-fbs>

Link de acesso à sala, dias 14 e 15, Linha 2: <http://meet.google.com/iuj-wawe-asn>

AGENDA DO SEMINÁRIO

Linha de Pesquisa: Processos psicossociais e sua avaliação em diferentes contextos

Link de acesso à sala *Google Meet*: <https://meet.google.com/yzu-peww-fbs>

12/12 Manhã	Coordenação da sessão: Profa. Dra. Ana Raquel de Oliveira (PPGpsi/UFPI/UFDPAr) Leitora externa: Profa. Dra. Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione (PGPDE/UnB)	
	08h	Abertura: Profa. Dra. Raquel Pereira Belo (Coordenação do PPGpsi/UFPI/UFDPAr)
	08h30	Apresentação: Profa. Dra. Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione (UnB)
	09h às 09h45	Mestranda: Luciana Kelly da Silva Fonseca Orientador: Prof. Dr. Ludgleydson Fernandes Leitora interna: Prof. ^a Dr. ^a Raquel Pereira Belo Observação: Qualificação 1.
	10h00 às 10h45	Mestrando: Mateus Egilson da Silva Alves Orientador: Prof. Dr. Ludgleydson Fernandes Leitora interna: Prof. ^a Dr. ^a Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros Observação: Qualificação 1
	11h às 11h45	Mestranda: Emanuele Leal da Silva Orientadora: Prof. ^a Dr. ^a Sandra Elisa de Assis Freire Leitor interno: Prof. Dr. Ludgleydson Fernandes Observação: Qualificação 1.
INTERVALO		
12/12 Tarde	Coordenação da sessão: Profa. Dra. Ana Raquel de Oliveira(PPGpsi/UFPI/UFDPAr) Leitora externa: Profa. Dra. Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione (PGPDE/UnB)	
	14h às 14h45	Mestrando: Amadeu Antônio Pereira Neto Orientador: Prof. Dr. Fauston Negreiros Leitor interno: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo Observação: Qualificação 1.
	14h55 às 15h40	Mestranda: Marcelly de Oliveira Barros Orientadora: Prof. Dr. Fauston Negreiros Leitor interno: Prof. ^a Dr. ^a Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros Observação: Qualificação 1.
	15h50 às 16h25	Mestranda: Maria Gabriela do Nascimento Araujo Orientadora: Prof. Dr. Fauston Negreiros Leitor interno: Prof. ^a Dr. ^a Raquel Pereira Belo Observação: Qualificação 1.
	16h35 às 17h10	Mestrando: Roniel Sousa Damasceno Orientadora: Prof. Dr. Fauston Negreiros Leitor interno: Prof. ^a Dr. ^a Raquel Pereira Belo Observação: Qualificação 1.
	17h10 às 17h15	Encerramento – Impressões da Profa. Dra. Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione (UnB)

Linha de Pesquisa: Processos psicossociais e sua avaliação em diferentes contextos

Link de acesso à sala *Google Meet*: <https://meet.google.com/yzu-peww-fbs>

13/12 Manhã	Coordenação da sessão: Profa. Dra. Ana Raquel de Oliveira(PPGpsi/UFPI/UFDPar) Leitor externo: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel (PPGPS/UFPB)	
	8h	Apresentação: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel (PPGPS/UFPB)
	8h30 às 9h15	Mestrando: Wesley Rodrigues da Costa Orientadora:Prof. ^a Dr. ^a Raquel Pereira Belo Leitora interna: Prof. ^a Dr. ^a Sandra Elisa de Assis Freire Observação: Qualificação 1.
	9h30 às 10h15	Mestranda: Ana Beatriz de Carvalho Souza Orientador: Prof. Dr. Emerson Diógenes de Medeiros Leitora interna: Prof. ^a Dr. ^a Raquel Pereira Belo Observação: Qualificação 2.
	10h30 às 11h15	Mestranda: Cleiton Uchôa de Melo Orientadora:Prof. ^a Dr. ^a Emerson Diógenes de Medeiros Leitora interna:Prof. ^a Dr. ^a Ana Raquel de Oliveira Observação: Qualificação 2.
	11h20 às 12h05	Mestranda: Caroline Fernanda Da Costa Silva Orientadora: Prof. ^a Dr. ^a Sandra Elisa de Assis Freire Leitor externo: Janari da Silva Pedroso Leitor interno: Prof. Dr. Emerson Diógenes de Medeiros Observação: Qualificação 1
INTERVALO		
13/12 Tarde	Coordenação da sessão: Profa. Ana Raquel de Oliveira(PPGpsi/UFPI/UFDPar) Leitorexterno: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel (PPGPS/UFPB)	
	13h às 13h45	Mestranda: Katrine Silva de Carvalho Orientadora:Prof. ^a Dr. ^a Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros Leitora interna:Prof. ^a Dr. ^a Ana Raquel de Oliveira Observação: Qualificação 1.
	13h45	Encerramento – Impressões doProf. Dr. Carlos Eduardo Pimentel (PPGPS/UFPB)

Linha de Pesquisa: Psicologia, Saúde Coletiva e Processos de subjetivação

Link de acesso à sala *Google Meet*: <http://meet.google.com/iuj-wawe-asn>

14/12 Manhã	Coordenação da sessão: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva (PPGpsi/UFPI/UFDPAr) Leitora externa: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (PPGpsi/UFS)	
	08h às 08h30	Apresentação: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (PPGpsi/UFS)
	08h30 às 9h15	Mestranda: Gizelly de Castro Lopes Orientador: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva Leitor interno: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado Observação: Qualificação 1.
	9h30 às 10h15	Mestranda: Maylla Maria Souza de Oliveira Orientador: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva Leitora interna: Profa. Dra. Shara Jane Holanda Costa Adad Observação: Qualificação 2.
	10h30 às 11h15	Mestranda: Andressa Ramalho Costa Orientador: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva Prof. Leitor interno: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado Observação: Qualificação 1.
	11h30 às 12h15	Mestrando: Rafael Pinheiro dos Santos Orientador: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva Leitor interno: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado Observação: Qualificação 1.

Linha de Pesquisa: Psicologia, Saúde Coletiva e Processos de subjetivação

Link de acesso à sala *Google Meet*: <http://meet.google.com/iuj-wawe-asn>

15/12 Tarde	Coordenação da sessão: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva (PPGpsi/UFPI/UFDPAr) Leitora externa: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (PPGpsi/UFS)	
	14h às 14h45	Mestranda: Larisse de Souza Silva Orientador: João Paulo Sales Macedo Leitor interno: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva Observação: Qualificação 1.
	15h às 15h45	Mestrando: Antonio Joelmir Portela da Silva Orientador: João Paulo Sales Macedo Leitor interno: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado Observação: Qualificação 2.
	16h às 16h45	Mestranda: Ingrid Silva Costa Orientador: João Paulo Sales Macedo Leitor interno: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado Observação: Qualificação 2.
	17h às 17h45	Mestrando: Douglas Pinheiro Amaranes Orientador: João Paulo Sales Macedo Leitora: Profa. Dra. Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo Observação: Qualificação 2.
	17h45 às 18h15	Encerramento – Impressões da Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (PPGpsi/UFS)

Sumário

Linha de Pesquisa: Processos psicossociais e sua avaliação em diferentes contextos

1.	Luciana Kelly da Silva Fonseca.....	8
2.	Mateus Egilson da Silva Alves.....	14
3.	Emanuele Leal da Silva.....	21
4.	Amadeu Antônio Pereira Neto.....	25
5.	Marcelly de Oliveira Barros.....	31
6.	Maria Gabriela do Nascimento Araujo.....	37
7.	Roniel Sousa Damasceno.....	43
8.	Wesley Rodrigues da Costa.....	49
9.	Ana Beatriz de Carvalho Souza.....	55
10.	Cleiton Uchôa de Melo.....	60
11.	Katrine Silva de Carvalho.....	67
12.	Caroline Fernanda Da Costa Silva.....	72

Linha de Pesquisa: Psicologia, Saúde Coletiva e Processos de subjetivação

1.	Maylla Maria Souza de Oliveira.....	80
2.	Gizelly de Castro Lopes.....	85
3.	Andressa Ramalho Costa.....	90
4.	Rafael Pinheiro dos Santos.....	94
5.	Larisse de Souza Silva.....	99
6.	Antonio Joelmir Portela da Silva.....	103
7.	Ingryd Silva Costa.....	108
8.	Douglas Pinheiro Amaranes	113

**Resumos da Linha de Pesquisa: Processos psicossociais
e sua avaliação em diferentes contextos**

**QUALIDADE DE VIDA, VELHICE E PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO
COMPARATIVO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES IDOSAS
BRASILEIRAS E ESPANHOLAS**

Discente: Luciana Kelly da Silva Fonseca

Professor/orientador: Prof. Dr. Ludgleydson Fernandes de Araújo

Co-orientadora: Profa. Dra. María Del Mar Sanchez Fuentes

Leitora externa: Prof.^a Dr.^a Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione

Leitora interna: Prof.^a Dr.^a Raquel Pereira Belo

Introdução: Sabe-se que a esperança de vida das pessoas vem denunciando progressivamente o aumento no percentual do envelhecimento demográfico da população, originando processos singulares para a sociedade, famílias, cuidadores e gerências mundiais (Marques; Faria; Longo, 2021; Salgado et al., 2017). No que diz respeito às mulheres, no atual contexto, sabe-se que são idosas que envelhecem em um cenário de modificações sociais, culturais e econômicas. Assim, com o advento da Pandemia da COVID-19 emergiu-se uma sequência de mudanças adicionais nas atividades sociais, educacionais e econômicas que tiveram impacto direto na maneira de viver das pessoas, principalmente dos idosos no mundo todo, estes passaram a ser atingidos de forma significativa (Romero et al., 2020; Siqueira & Tatibana, 2022). Os estudos que são desenvolvidos a respeito desta temática denunciam que o recorte entre gênero postula substanciais diferenças quando se fala sobre o fenômeno da velhice, o que pode acarretar uma modificação considerável na qualidade de vida da mulher idosa (Sabbadini, Mendes, Gerolamo & Correa, 2021; Sampaio & Dos Santos Gonzales, 2021). Nesse sentido, a Qualidade de Vida (QV) foi um dos construtos que inspiraram preocupação, podendo haver representações sociais negativas em relação a esse fenômeno na velhice, associadas tanto a fatores de personalidade quanto às diferenças culturais e ao contexto atual (Sousa et al., 2021). A conjuntura em que a pandemia se instalou fez emergir situações que otimizou a precarização de políticas públicas e aumentou a disseminação do discurso de ódio sobre a velhice, da mesma forma que desenvolveu um difícil acesso aos serviços de atenção e proteção às pessoas com 60 anos e/ou mais no mundo (Pocahy, 2022). Nesse interim, o construto da QV vem sendo afetado diante da nova

realidade dos idosos em razão da Pandemia vigente, intervindo na percepção das pessoas idosas quanto a sentir-se em produtividade, saudáveis e seguras (Alvarenga et al., 2020; Scherrer et al., 2022). É importante evidenciar que o decurso do envelhecimento e seus impactos se dá de diferentes formas no mundo, apontando desigualdades em como essa temática é tratada e observada em variadas realidades. Assim, estudar países desenvolvidos e em desenvolvimento se faz importante para conseguirmos elaborar como os impactos que a pandemia da COVID-19 trouxe para a QV da população alvo desta pesquisa. Sendo assim, os países escolhidos para a execução desta pesquisa são Brasil e Espanha, que podem nos revelar como a população de mulheres idosas encara os impactos de ser uma pessoa idosa, do fenômeno da QV e da pandemia corrente a partir de suas especificidades e desigualdades. Outrossim, na Espanha nota-se que o fenômeno do envelhecimento da população é contemplado de maneira a ser correlacionado aos avanços nas conjunturas de longevidade. Logo, o símbolo que marca o envelhecimento da população deste país em específico, é a diminuição das taxas de fertilidade (Nagarajan & Silva, 2016). Já no Brasil, esse crescimento vem decorrendo de forma vertiginosa sem reestruturação dos serviços de saúde e políticas públicas que ofereçam melhorias nas necessidades básicas de vida (Ferreira, Meireles, & Ferreira, 2018). Na Espanha, observa-se que foi promovido uma resposta à pandemia com sua sustentação direcionada a uma governança intergovernamental e intersetorial, com estratégias de controle da propagação do vírus, com a consolidação do sistema sanitário, apoio social e econômico, e comunicação com a sociedade (Pereira et al., 2021). No Brasil, o Ministério da Saúde reconhecia a emergência em saúde pública de importância Nacional em decorrência da Infecção pelo novo Coronavírus através da Portaria nº 188/2020, em 04.02.2020, tal instrumento teve como objetivo organizar um Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) para planejar, organizar, coordenar e controlar as ações das autoridades de saúde federais para enfrentamento da pandemia. Assim, nesses países as diferentes estratégias tinham por objetivo a adoção de um conjunto de normas para preservação das empresas e dos empregos, amparadas pela flexibilização de direitos trabalhistas, mecanismos e substituição de renda, isenção de contribuições empresariais dentre outras. Cada um destes países teve que enfrentar a pandemia com diferentes estratégias a partir de seu contexto e poder aquisitivo, o que se revelou estratégias totalmente diferentes entre eles, porém observa-se que as respostas obtidas tanto pelo Brasil quanto pela Espanha foram catastróficas (Pereira et al., 2021). Destarte, em meio a estudos que são direcionadas para compreender os fatos aqui mencionados, encontra-se os fundamentos da Teoria das Representações Sociais (TRS), que permite um entendimento da maneira em que um determinado grupo constrói, introjeta e

compartilha um aglomerado de conhecimento sobre determinado objeto durante acontecimentos do cotidiano (Jodelet, 2001; Moscovici, 1978; Moscovici, 2007). Neste sentido, surge o questionamento: como as mulheres brasileiras e espanholas percebem o seu processo de envelhecimento e sua qualidade de vida na pandemia da COVID-19? A partir disso, propõe-se com este estudo investigar em especial a população idosa feminina na interface Brasil e Espanha na tentativa de compreensão de como estes países e suas mulheres, tidas como diferentes de variadas formas, concebem as RS da QV desta população frente a pandemia da COVID-19. **Objetivos:** Nesse aspecto, objetiva-se de maneira geral apreender e comparar de maneira transcultural as nuances psicossociais da Qualidade de Vida na velhice feminina frente a COVID-19 entre as pessoas idosas do Brasil e Espanha através do aporte teórico-metodológico das representações sociais. Assim como, de maneira específica: 1- Compreender as representações sociais de mulheres idosas brasileiras e espanholas a respeito da velhice; 2- Realizar análise comparativa das representações sociais de mulheres idosas brasileiras e espanholas em relação à QV; 3- Comparar sob a ótica de mulheres idosas brasileiras e espanholas suas representações sociais sobre a Pandemia da COVID-19; 4- Elaborar materiais informativos em saúde, como: cartilhas bilingues que possam ser disponibilizadas às idosas, cuidadores e profissionais de saúde. **Método:** A presente pesquisa trata-se de um estudo de cunho exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa, com amostra não-probabilística e por conveniência. Objetiva-se contar com uma amostra de 100 idosas, sendo estas 50 brasileiras e 50 espanholas. Destarte, evidencia-se que o tamanho escolhido da amostra segue as orientações dos estudiosos Camargo e Justo (2016), que orientam pelo menos 20 textos de segmentos textuais para que sejam analisados satisfatoriamente no software Iramuteq. Visto isso, os critérios de inclusão basearam-se em estudo prévio (Castro et al., 2020), (1) ter 60 anos ou mais de idade; (2) ser brasileira; (3) não apresentar comprometimentos que afetem a capacidade comunicativa; (4) não possuir declínio cognitivo; (5) aceitar participar voluntariamente da pesquisa e (6) assinar ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Serão excluídos do estudo os participantes que não tiverem condições de responder os instrumentos ou que iniciarem o estudo e, por alguma razão, não responderem integralmente os instrumentos de coleta de dados. Serão utilizados três instrumentos para a coleta de dados, a saber, (1) Questionário sociodemográfico, com o propósito de aquisição da descrição da amostra; (2) Técnica de Associação Livre de Palavras – TALP que tem como escopo a evocação de vocábulos, a partir de palavras estímulos indutores, cujas palavras utilizadas serão “mulher idosa”, “qualidade de vida”, “covid-19”; (3) Entrevista semiestruturada elaborada para obter informações sobre as representações sociais das

mulheres idosas sobre a sua velhice, qualidade de vida e pandemia da COVID-19. Esta pesquisa faz parte do projeto “guarda-chuva” intitulado “Qualidade de Vida e Atitudes frente a Pandemia do COVID-19: um Estudo Transcultural entre Idosos”, o qual foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal do Piauí – Campus Ministro Petrônio Portella e aprovado em 30 de agosto de 2021, conforme o parecer de número 4.942.097 e CAEE 47883121.5.0000.5214. Foram observadas as recomendações apresentadas nas resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) de nº 466/2012 e nº 510/2019, que tratam da realização de pesquisa com seres humanos e determina diretrizes éticas específicas para as ciências humanas e sociais. Os dados coletados a partir do questionário sociodemográfico serão submetidos à análise das estatísticas descritivas por meio do software IBM SPSS 25.0, os dados da TALP e a entrevista semiestruturada serão analisadas por meio do software Iramuteq (Souza, et al., 2018). **Resultados esperados:** Espera-se que sejam otimizados estudos que simbolize aspectos psicossociais da pandemia de Covid-19 a partir de questões voltadas aos aspectos de gênero e idade relacionados ao constructo da QV sob a ótica da pessoa idosa feminina transculturalmente. Assim, encontra-se em desenvolvimento o estudo I que se coaduna com o primeiro objetivo específico, até o presente momento foram coletadas 60 entrevistas do total estimado para alcance da amostra da dissertação, sendo importante relatar que já é possível obter dados textuais susceptíveis de análises no software Iramuteq, tendo como resultado parcial uma análise do tipo nuvem de palavras como forma de visualização dos possíveis resultados da investigação proposta.

Palavras-chave: Qualidade de Vida, COVID-19, Mulher Idosa, Representações Sociais.

Referências

- Alvarenga, R., Martins, G. C., Dipe, E. L., Campos, M. V. A., Passos, R. P., Lima, B. N., Camargo, L. B., Sílio, L. F., Oliveira, J. R. L., Junior, J. V. B., & Fileni, C. H. P. (2020). Percepção da qualidade de vida de professores das redes públicas e privadas frente à pandemia do covid-19. *Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, 12(3), 2-20. <https://dx.doi.org/10.36692/cpaqv-v12n3-1>
- Castro, J. L. C., Alves, M. E. S., & Araújo, L. F. (2020). Representações Sociais sobre a Quarentena construídas por Idosas Brasileiras. *Revista Kairós-Gerontologia*, 23(28), 141-165. <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2020v23iEspecial28p141-165>

- Camargo, B. V., Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <<http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>>
- Ferreira, L. K., Meireles, J. F., & Ferreira, F., M. E. C. (2018). Evaluation of lifestyle and quality of life in the elderly: a literature review. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 21(05). <https://doi.org/10.1590/1981-22562018021.180028>.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Marques S. S., Faria L., & Longo C. S. Uma análise de conteúdo sobre a percepção da qualidade de vida entre idosos residentes em um município sul baiano: Estudo Qualitativo. (2021). *Revista Pesquisa em Fisioterapia*, 11(3), 473-481. <http://dx.doi.org/10.17267/2238-2704rpf.v11i3.3834>
- Moscovici, S. (1978). As Representações Sociais da Psicanalise. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2007). Representações Sociais: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes.
- Nagarajan, N. R., Teixeira, A. A., & Silva, S. T. (2016). The impact of an ageing population on economic growth: an exploratory review of the main mechanisms. *Análise Social*, 4-35.
- Pereira, C. F.; Costa, B. S.; Diz, J. B. M.; Silva, C. R. V. Os reflexos da pandemia do Covid-19 no mundo do trabalho: uma análise comparativa da responsabilidade civil do empregador no Brasil e na Espanha. *NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, 41(1), 137-152.
- Pocahy, F. A. (2022). O (des)governo da velhice: cartogenealogias de/em uma pandemia. *Educação*, 47(1), 1-38. <https://doi.org/10.5902/1984644464068>
- Romero, D. E., Muzy, J., Damacena, G. N., Souza, N. A., Almeida, W. S, Szwarcwald, C. L., Malta, D. C., Barros, M. B. A., Souza Júnior, P. R. B., Azevedo, L. O., Gracie, R. Pina, M. F., Lima, M. G., Machado, I. E., Gomes, C. S., Werneck, A. O., & Silva, D. R. P. (2021). Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(3). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00216620>
- Salgado, A. G. A. T., Araújo, L. F., Santos, J. V. O., Jesus, L. A., Fonseca, L. K. S., & Sampaio, D. S. (2017). Velhice LGBT: uma análise das representações sociais entre idosos brasileiros. *Ciências Psicológicas*, 11(2), 155-163. <https://doi.org/10.22235/cp.v11i2.1487>

- Sabbadini, A., Cuencas Funari Mendes e Silva, C., Gerolamo, J. C., & Rodrigues Correa, M. (2021). Morrer em vida: os lutos da velhice feminina. *Estudos Interdisciplinares Sobre O Envelhecimento*, 26(2). <https://doi.org/10.22456/2316-2171.96301>
- Sampaio, C. A., & dos Santos Gonzales, L. (2021). A ressignificação da velhice feminina: das mediações à indústria cultural. *Revista Panorama-Revista de Comunicação Social*, 11(1), 3-10.
- Siqueira, D. P., & Tatibana, C. (2022). A Pandemia da covid-19 os desafios para tutela dos direitos da pessoa idosa e ação civil pública como instrumento de efetivação. *Duc In Altum-Cadernos de Direito*, 14(32).
- Sousa, F. J. D., Oliveira, C. R., Pinto, A. M., Rodrigues, V., Gonçalves, L. H. T., & Gamba, M. A. (2021). Qualidade de vida de idosos brasileiros e portugueses: uma análise comparativa. *Revista Cuidarte*. 12(1). <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.1230>
- Scherrer Júnior, G., Passos, K. G., Oliveira, L. M. D., Okuno, M. F. P., Alonso, A. C., & Belasco, A. G. S. (2022). Atividades de vida diária, sintomas depressivos e qualidade de vida de idosos. *Acta Paulista de Enfermagem*, 35.

**VELHICE, QUALIDADE DE VIDA E PANDEMIA DE COVID-19: UM
ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ENTRE HOMENS IDOSOS
BRASILEIROS E ESPANHÓIS**

Mestrando: Mateus Egilson da Silva Alves

Orientador: Prof. Dr. Ludgleydson Fernandes de Araújo

Coorientadora: Profa. Dr.^a María Del Mar Sánchez Fuentes

Leitora externa: Prof.^a Dr.^a Isabelle Patrícia Freitas Soares Chariglione

Leitora interna: Prof.^a Dr.^a Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros

Introdução: As sociedades contemporâneas vivenciam um ineditismo quanto ao acelerado envelhecimento populacional segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) que define a década de 2020 a 2030 para o desenvolvimento de um envelhecimento saudável (OPAS/OMS, 2021). A vista dos impactos que o envelhecimento demográfico da população produz em aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos, tanto em países desenvolvidos, como naqueles em desenvolvimento (Kalache et al., 2020; Castro et al., 2020). Nesse interim, a Espanha desponta como um dos mais envelhecidos entre os países da União Europeia com expectativa de vida entorno dos 84 anos e com população idosa alcançando os 20% do total dos quase 48 milhões de pessoas da população demográfica do país, endossando expectativas de que até 2050 esse patamar possa alcançar os 37% (Eurostat, 2020; OECD Better Life Index, 2022). Cenário semelhante ao que ocorre no Brasil cuja população idosa é o grupo etário que mais se expande segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com projeções de que até 2050 as pessoas idosas representem 21,9% da população brasileira e com expectativa de vida em média dos 74,9 anos (IBGE, 2019; Mendes et al., 2018; Oliveira, Silva, & Oliveira, 2019). Ao passo que dentre a população total do

país estimada em 212,7 milhões em 2021 a parcela das pessoas com 60 anos ou mais já alcança 14,7%, ou cerca de 31 milhões de pessoas idosas, segundo o IBGE com base em dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) contínua de 2021 (IBGE, 2022). Em função desse panorama é que o contexto de pandemia da Covid-19, reconhecido desde março de 2020, trouxe à tona o debate público internacional em torno dos impactos da pandemia desproporcionais as populações mais velhas e a sua heterogeneidade de idade, gênero, renda e classe social (Neri, 2020; OPAS/OMS, 2021). Nessa perspectiva, as realidades da Espanha e Brasil também apresentam semelhanças, sendo países com altos índices de infecções entre a população mais velha (WHO, 2020). Ademais, o colapso dos sistemas de saúde em um curto espaço de tempo e a demografia envelhecida desses países contribuíram para que a letalidade por Covid-19 também fosse elevada, com índices de óbitos acima dos 80% do total de todas as mortes na Espanha segundo dados do Instituto de Saúde Carlos III (ICS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde (MS) espanhol. E no Brasil acima dos 85% a partir dos dados do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe) do MS do país. Outrossim, os dados de mortalidade destacam também que variáveis como gênero são prevaletentes em ambos os países, por exemplo, com números maiores entre os homens idosos, com o Brasil registrando 58% dos casos principalmente entre os pacientes masculinos (Campos, Shigaef & Souza, 2022) e na Espanha com probabilidade de 90% dos registros de óbitos possuírem como variabilidade serem homens e idosos (Aburto et al., 2022; Fundación Matrix, 2022). Coadunando dados globais que relacionam o excesso de mortalidade por Covid-19 entre 2020 e 2021 mais associado a fatores como idade e sexo, sendo maior o número de mortes entre homens e pessoas idosas. Nesse contexto, a percepção de Qualidade de Vida (QV) entre as pessoas idosas vem a sofrer impacto direto em razão da pandemia de Covid-19 (Gomes et al., 2020). Haja vista, que a QV na velhice trata-se de um objeto multidimensional, dependente da relação entre vários fatores como a saúde, a funcionalidade física e cognitiva, a atividade, a produtividade, a autoregulação emocional, o bem-estar subjetivo e os recursos socioeconômicos e ambientais compatíveis com as necessidades dos longevos (Neri, 2014). Tal que a QV tende a influenciar em como podem sentir-se seguros, produtivos e saudáveis, contribuindo para a expansão do conceito de saúde como um espectro de aspectos objetivos e subjetivos (Alvarenga et al., 2020). De modo que é a partir da percepção de QV que pode-se entender, expressar e inclusive intervir no processo de envelhecimento e na própria velhice (Castro, Araújo, Medeiros, &

Pedroso, 2021). Nesse intuito, estudos por meio da teoria das Representações Sociais (RS) mostram-se capazes de sintetizar as apreensões entre pessoas idosas em distintos contextos em que estes são o público alvo, sendo crescentes os estudos nos últimos anos no campo da saúde alinhados à gerontologia, como hodiernamente diante da pandemia de Covid-19 (Araújo & Almeida, 2019; Castro et al., 2020; Do Bú et al., 2020; Sousa et al., 2022). A teoria das RS foi criada por Serge Moscovici, aperfeiçoando para a Psicologia Social, as Representações Coletivas de Durkheim, que forneceu os pressupostos teóricos básicos da interação entre a formação do pensamento e o meio social, diferenciando-se as RS, quando visa o estado atual entre cultura, sociedade e indivíduo, sendo uma teoria centrada no conhecimento do senso comum (Coutinho et al., 2013; Jodelet, 2018; Vala & Castro, 2013). Moscovici (2012) propõe que pode se obter conhecimentos do homem comum, quando toda representação advém da necessidade de transformar o que é estranho e não compreendido, em algo familiar, sendo nos grupos que se produzem as representações, notadamente na tentativa de filtrar informações que provém do ambiente, para que se consiga acomodá-las ao comportamento individual, culminando que representar se faz como um tipo de manipulação entre o pensamento e a realidade. Jodelet (2018) traz que é a partir das RS que as pessoas nomeiam e definem conjuntamente aspectos do cotidiano social, ajudando na interpretação das informações e sendo premissa para a tomada de decisão, estando visíveis nos discursos e falas, que como fenômenos observáveis criam o escopo para um trabalho científico. Deste modo, as RS contribuem para a compreensão das características da forma de pensar, seja individualmente ou em grupo, auxiliando na construção de significados e crenças (Briñez, 2022).

Objetivos: Diante do exposto, espera-se com este trabalho de dissertação primordialmente apreender e comparar as representações sociais da QV entre homens idosos brasileiros e espanhóis dado o contexto da pandemia de Covid-19. Como especificamente: I) identificar as RS de velhice entre homens idosos brasileiros e espanhóis; II) verificar as RS da QV frente à Covid-19 de homens idosos do Brasil e Espanha. III) Analisar as RS da pandemia de Covid-19 no Brasil e Espanha entre homens idosos; IV) desenvolver material educativo bilíngue em saúde no formato cartilha informativa voltada a temática da QV, Covid-19e velhice entre homens idosos destes países.

Método: A pesquisa será do tipo qualitativa, descritiva e exploratória, a partir de dados transversais e com amostra não probabilística por conveniência, a se pautar no arcabouço teórico-metodológico da teoria das Representações Sociais. Espera-se contar com a participação de 100 homens idosos

entre Brasil e Espanha, divididos igualmente entre 50 brasileiros e 50 espanhóis. Como critérios de inclusão adotou-se aqueles observados em estudo prévio de Castro (2019): (1) ter 60 anos ou mais de idade; (2) ser brasileiro e espanhol; (3) não apresentar comprometimentos que afetem a capacidade comunicativa; (4) aceitar participar voluntariamente da pesquisa e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram adotados como critérios de exclusão a não adequação aos critérios estabelecidos para participação do estudo. Segue-se rigorosamente os preceitos éticos preconizados pela Resolução 510/2016, que trata de pesquisas e testes em seres humanos. Vale ressaltar que o projeto de dissertação já possui parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí sob número: 4.942.097, sendo parte do escopo de estudos do projeto “Qualidade de Vida e Atitudes frente a Pandemia do COVID-19: um Estudo Transcultural entre Idoso”. A coleta dos dados dá-se de forma individual, estimando-se que aproximadamente 30 minutos serão necessários para finalizar a participação na pesquisa. Os instrumentos utilizados são: I) Questionário Sociodemográfico afim de obter informações para caracterização dos participantes; II) Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) a partir das palavras indutoras: Homem Idoso, Qualidade de Vida e Covid-19; III) Entrevista Semiestruturada para compreensão sobre velhice, Qualidade de Vida e pandemia da Covid-19. Os dados do questionário sociodemográfico são analisados no *software* IBM SPSS 25.0 que fornece estatísticas descritivas. Os dados referentes a TALP e as entrevistas semiestruturadas são processados por meio do auxílio do *software* Iramuteq versão 0.7, devido a este fornecer diferentes processamentos e análises textuais (Souza et al., 2018). **Resultados esperados:** Espera-se que sejam desenvolvidos estudos que sintetizem aspectos psicossociais da pandemia de Covid-19 a partir de vetores como gênero e idade associados ao constructo da QV em uma perspectiva transcultural. Com o estudo 1 em andamento relacionado ao primeiro objetivo específico, e tendo-se coletado 40 entrevistas do total esperado para a amostra da dissertação com idosos homens brasileiros, com os dados textuais obtidos passíveis de análises no *software* Iramuteq obtendo como resultante uma de suas análises no formato de nuvem de palavras.

Palavras-chave: Homens Idosos; Pandemia de Covid-19; Qualidade de Vida; Representações Sociais.

Referências

- Aburto, J. M., Schöley, J., Kashnitsky, I., Zhang, L., Rahal, C., Missov, T. I. ..., Kashyap, R. (2022). Quantifying impacts of the COVID-19 pandemic through life-expectancy losses: a population-level study of 29 countries. *International Journal of Epidemiology*, 51(1), 63–74. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ije/dyab207>
- Alvarenga, R., Martins, G. C., Dipe, E. L., Campos, M. V. A., Passos, R. P., Lima, B. N., Camargo, L. B., Sílio, L. F., Oliveira, J. R. L., Junior, J. V. B., & Fileni, C. H. P. (2020). Percepção da qualidade de vida de professores das redes públicas e privadas frente à pandemia do covid-19. *Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, 12(3), 2-20. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.36692/cpaqv-v12n3-1>
- Araújo, V. O. L., & Almeida, G. B. S. (2019). Representação Social De Idosos Institucionalizados Sobre Os Benefícios E Malefícios Das Vacinas. *Enfermagem em Foco*, 10(2).131-135. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2089>
- Brasil. Ministério da Saúde. (2022). *Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe, SIVEP Gripe*. Disponível em: <https://opendatasus.saude.gov.br/dataset/srag-2021-e-2022>
- Briñez, L. L. H. (2022). Representaciones sociales de los términos salud mental y enfermedad mental en una institución de educación superior en Colombia. *Revista Iberoamericana de Psicología*, 15(2), 85-96. Disponível em: <https://reviberopsicologia.iberu.edu.co/article/view/2085>
- Campos, A. C. V., Shigaeff, N., & Souza, M. V. M. (2022). Diferenças De Sexo Na Letalidade Da Covid-19 Entre Idosos No Pará, Brasil, 2020. *Hygeia - Revista Brasileira De Geografia Médica E Da Saúde*, 18, 102–113. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/Hygeia1859715>
- Castro, J. L. C. (2019). Representações Sociais do Envelhecimento e da Qualidade de Vida na Velhice entre Idosos Ribeirinhos do Nordeste Brasileiro. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí, UFPI, Parnaíba, PI, Brasil.
- Castro, J. L. C., Alves, M. E. S., & Araújo, L. F. (2020). Representações Sociais sobre a Quarentena construídas por Idosas Brasileiras. *Revista Kairós-Gerontologia*, 23(28), 141-165. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2020v23iEspecial28p141-165>

- Castro, J. L. C., Araújo, L. F., Medeiros, E. D., Pedroso, J. S. (2021). Representações sociais do envelhecimento e qualidade de vida na velhice ribeirinha. *Revista Psicologia*, 39(1), 85-113. Disponível em: <https://doi.org/10.18800/psico.202101.004>
- Coutinho, M. P. L., Araújo, L. F., Saraiva, E. R. A. (2013). Revisitando A Teoria Das Representações Sociais: Uma Abordagem Teórica. In: Cruz, R. T.; Gusmão, E. E. S. (orgs.). *Psicologia: conceitos, técnicas e pesquisas* (1a ed., Vol. 2, Cap. 1, pp. 11-24). Curitiba: CRV.
- Do Bú, E. A., Alexandre, M. E. S., Bezerra, V. A. S., Sá-Serafin, R. C. N., & Coutinho, M. P. L. (2020). Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus e do tratamento da COVID-19 por brasileiros. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200073. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200073>
- Eurostat. (2020). *Estrutura populacional e envelhecimento*. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:Estrutura_populacional_e_envelhecimento&oldid=510113#As_tend.C3.AAncias_passadas_e_futuras_do_envelhecimento_demogr.C3.A1fico_na_UE-27
- Gomes, L. O., Costa, A. L. P. F., Ferreira, W. A. S. L., Costa, A. C. C., Rodrigues, G. M., Pedra, E. C. P., ..., & Moraes, C.F. (2020). Qualidade de vida de idosos antes e durante a pandemia da COVID-19 e expectativa na pós-pandemia. *Revista Kairós-Gerontologia*, 23(28), 9-28. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2020v23i0p09-28>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=publicacoes>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2022). *PNAD contínua: características gerais dos moradores: 2020-2021*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101957>
- Instituto de Saúde Carlos III. (2022). *Situación y evolución de la pandemia de COVID-19 en España*. Disponível em: <https://www.isciii.es/Paginas/Inicio.aspx>
- Jodelet, D. (2018). Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. *Sociedade e Estado*, 33(2), 423-442. <https://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183302007>

- Kalache, A., Silva, A., Giacomini, K. C., Lima, K. C., Ramos, L. R., Louvison, M., Veras, R. (2020). Aging and inequalities: social protection policies for older adults resulting from the Covid-19 pandemic in Brazil. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 23(6), e200122. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562020023.200122>
- Mendes, J. L. V., Silva, S. C., Silva, G. R., Santos, N. A. R. (2018). O aumento da população idosa no Brasil e o envelhecimento nas últimas décadas: Revisão de literatura. *Rev. Educ. Meio Amb. Saú.* (8)1. 13-26. Disponível em: <http://www.faculdadedofuturo.edu.br/revista1/index.php/remas/article/view/165>
- Moscovici, S. (2012). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. (6ª ed). Petrópolis, RJ: Vozes.
- OECD Better Life Index. (2022). *Espanha*. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/spain-pt/>
- Oliveira, H. N., Silva, C. A. M., & Oliveira, A. T. R. (2019). Imigração internacional: uma alternativa para os impactos das mudanças demográficas no Brasil?. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 36, 1-31. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0076>
- Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/Organização Mundial da Saúde - OMS. (2021). *Envelhecimento Saudável*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/envelhecimento-saudavel>
- Sousa, E. M. S., Alves, M. E. S., de Araújo, L. F., Bezerra, I. E. L., Silva, M. F. L., Lima Filho, G. S., & Alcântara, J. G. (2022). Pessoas vivendo com VIH, pessoas LGBT e vivências interseccionais: concepções de adultos jovens sobre a velhice e o envelhecimento. *Revista Portuguesa De Investigação Comportamental E Social*, 8(2), 1–14. Disponível em: <https://doi.org/10.31211/rpics.2022.8.2.243>
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In Vala, J. & Monteiro, M. B. (Orgs.). *Psicologia social* (pp. 569-602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- World Health Organization. (2020). *Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public*. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>

AMOR E PRISÃO: PERCEPÇÕES DAS RELAÇÕES AFETIVAS SEXUAIS DE MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA NO ESTADO DO PIAUÍ

Mestranda: Emanuele Leal da Silva

Orientadora: Prof^a Dr^a Sandra Elisa de Assis Freire

Leitora externa: Profa. Dra. Isabelle Patrícia Freitas Soares Chariglione

Leitor interno: Prof. Dr. Ludgleydson Fernandes

Introdução: O sistema carcerário é um dos assuntos que sempre esteve em vigor no meio jurídico e social, no entanto, as atenções são mais voltadas ao público masculino por serem a maioria dentro do sistema prisional, se fazendo necessário discussões sobre as mulheres encarceradas, mesmo o número sendo bem menor que os homens, uma vez que o número de presas vem crescendo exponencialmente em todo o mundo (Davim, 2016). O aumento das mulheres na criminalidade é um fenômeno relacionado a diferentes aspectos, porque perpassa diferentes segmentos sociais e contextos históricos, onde a mulher amplia sua participação na sociedade, inclusive na criminalidade (Lima, 2006). **Fundamentação Teórica:** A maior parte das mulheres são detidas por envolvimento com drogas seja por dependência química ou por tráfico, o que sugere ser a questão econômica um dos fatores responsáveis pela entrada de mulheres na criminalidade, com práticas criminosas que funcionam como complemento de renda (Davim, 2016). A mulher como chefe de casa, responsável pelo sustento dos seus filhos sem uma equiparação de seus salários com os homens, geralmente inferior aos recebidos pelos homens, tem aumentado a pressão financeira sobre elas e contribuído para influenciá-las a entrar no mundo do crime no decorrer dos anos. Mulheres que, muitas das vezes, são advindas de uma estrutura familiar disfuncional, sem afeto e cuidado, falta de acesso à educação e aos recursos básicos de sobrevivência, as altas taxas de desemprego, o subemprego, a negligência e a violência, são alguns dos elementos que desde cedo estão na trajetória de vida, tornando-se determinante para sua inserção no mundo do crime (Pedrosa, 2012). Como também a precariedade das relações interpessoais e os motivos passionais são alguns fatores que podem ser considerados indutores da criminalidade feminina, como o desempenho de papéis de subordinação

aos homens, como por exemplo, levar drogas até as penitenciárias, assumir os negócios do seu companheiro, entre outras práticas criminosas que passa a desenvolver após se envolver com um homem criminoso. E quando são presas sofrem muito mais preconceito que os homens, assim como também o abandono familiar, devido ao papel que a mulher ocupa na sociedade (Queiroz, 2015). As teorias tradicionais na área da criminologia, especialmente do público feminino demonstram que a prática criminosa das mulheres está fundada em estereótipos sexuais, como a ideia de que a mulher é um ser passivo, movido, sobretudo, pela emoção, e cujas prioridades são, naturalmente, a família, o marido e os filhos, com a construção de papéis ligados a comportamentos delicados, dóceis e passivos, como cuidadora da família e do homem. Os pré-conceitos existentes são muitos, elas são vistas como não merecedoras de afeto, carinho e desejos sexuais, isso acontece por dois fatores: serem mulheres e terem cometido crimes. Visto que a mulher ainda ocupa uma figura de diferença nas práticas sexuais, como se elas não tivessem as mesmas necessidades que os homens e que pelo fato de estarem privadas de liberdade tem menos direito de suprir sua necessidade de relações sexuais. A mulher em situação de cárcere diverge com relação ao papel de cuidado, assumir responsabilidades e relações amorosas, em que a realidade é o abandono afetivo e das práticas sexuais (Ferreira & Fernandes, 2020). Seu lugar é rapidamente substituído, sua responsabilidade assumida por outra mulher e a solidão é quem mais ganha espaço dentro das prisões. O que faz com que estas mulheres procurem estabelecer laços afetivos e relações amorosas dentro das prisões e, às vezes, com outras mulheres, como forma de se sentirem amadas, protegidas e cuidadas (Araújo & Chaves, 2021). Rodrigues, Andrade e Faro (2008) consideram que a sexualidade está diretamente ligada a qualidade de vida do sujeito, sendo uma o pilar da outra. É de vital importância para a manutenção das relações interpessoais saudáveis, e que proporciona uma cadeia de emoções positivas na vida do indivíduo, mas se tratando das mulheres privadas de liberdade o direito a visita íntima e a manutenção das suas relações nas prisões, mesmo estando em lei, elas encontram dificuldades para manter suas relações afetivas, assim como as sexuais. Em consonância com estas ideias Zancan e Habigzang (2018), também apontam para as dificuldades encontradas dentro do sistema prisional na manutenção dos vínculos amorosos. Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo é **analisar** as percepções das relações afetivas sexuais de mulheres em cumprimento de pena no Estado do Piauí. E de modo específico, pretende: **verificar** a percepção do suporte social recebido no contexto do sistema prisional; **identificar** a influência da privação de

liberdade na manutenção dos vínculos afetivos sexuais; **compreender** a repercussão das visitas íntimas na vida das mulheres encarceradas; **avaliar** o impacto da privação de liberdade na saúde mental destas mulheres. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de métodos mistos (quantitativo e qualitativo) do tipo exploratória. Uma das razões para a escolha deste método se dá pela possibilidade da melhor interpretação e compreensão dos dados, uma vez que a literatura disponível sobre o tema estudado ainda é pouco explorada. A pesquisa será realizada em três penitenciárias femininas do Estado do Piauí e contará com a participação de 100 mulheres, com idade a partir de 18 anos. Para a coleta dos dados serão utilizados: questionário sociodemográfico, uma entrevista semiestruturada; o *Questionário de Suporte Social – SSQ* e o Self-Reporting Questionnaire (*SRQ-20*). O estudo seguirá todas as normas éticas estabelecidas pela Resolução n. 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e será submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Para a análise dos dados quantitativos será construído um banco de dados utilizando o *Software SPSS for Windows – versão 22*. Serão utilizadas medidas de tendência central (frequência, média, mediana) e medidas de dispersão (desvio-padrão) para descrever as características sociodemográficas dos participantes, como também será utilizada a frequência para análises das escalas utilizadas. Para análise dos dados qualitativos textuais, será utilizado o software IRAMUTEQ (*Interface de Repourles Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* versão 0.7). De acordo com Camargo e Justo (2013) ele permite fazer análises estatísticas tanto de caráter qualitativa quanto quantitativa sobre *corpus* textual por meio de lexicografia (frequência e estatísticas básicas), este se encontra hospedado no software R (R Development Core Team, 2011). Serão realizadas as seguintes análises: *Nuvem de palavras*, que diz respeito a representação gráfica e organização das palavras de acordo com as frequências desta; *Nuvem de palavras*, que diz respeito a representação gráfica e organização das palavras de acordo com as frequências desta e a *Classificação pelo método de Reinert*, que possibilita realizar uma classificação hierárquica descendente (CHD). **Resultados e/ou Encaminhamentos para os Resultados:** Uma revisão sistemática foi realizada sobre produções científicas que abordam a mulher encarcerada e as relações afetivas dentro da prisão. Os achados da revisão até o momento permitiram a obtenção de um panorama da discussão acerca da perda do vínculo afetivo em mulheres encarceradas nos últimos cinco anos, de modo a suprir a lacuna da ausência desse tipo de estudo e de alcançar o objetivo inicial almejado. Contudo, faz-se

necessário sugerir o aumento na quantidade de estudos, teóricos e empíricos, sobre a temática nos bancos de dados nacionais e internacionais, visto que há uma carência de pesquisas correlacionando acerca dos vínculos afetivos e mulheres em situação de cárcere. Espera-se ao final do estudo demonstrar que as relações afetivas e sexuais são fundamentais a ressocialização, proteção e rede de apoio destas mulheres, sendo fundamental para a interna conseguir pagar sua pena de forma mais leve.

Palavras-Chave: Mulher em Cárcere; Relações Sexuais; Relações Afetivas; Visita íntima.

Referências

- Araújo, I. C. A., & Chaves, L. H. (2021). Aprendendo a ser mulher no cárcere. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 23 n. 1, p. 133-161. DOI: <https://doi.org/10.12957/irei.2021.60650>.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513-518.
- Davim, B. K. G., & Lima, C. S. (2016). Criminalidade feminina: desestabilidade familiar e as várias faces do abandono. *Revista Transgressões*, 4(2), 138-157. <https://doi.org/10.21680/2318-0277.2016v4n2ID11791>.
- Ferreira, M. C. A. D. S., & Fernandes, R. A. Q. (2020). Mulheres detentas do Recife-PE: saúde e qualidade de vida. *Escola Anna Nery*, 24 (4). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0062>.
- Lima, M. D. (2006). *Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). <https://doi.org/10.11606/D.6.2006.tde-24032008-085201>.
- Pedrosa, R. M. (2012). Mulheres criminosas: representações sociais sobre mulher e crime em dois jornais populares. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-96UGFW>.
- Queiroz, N. (2015). *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres-tratadas como homens nas prisões brasileiras*. Editora Record (1 a ed). Rio de Janeiro.
- Rodrigues, P. C.; Andrade, S. B. C. & Faro, A.C.M. (2008). Envelhecimento, sexualidade e qualidade de vida: revisão da literatura. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 13(2). <https://doi.org/10.22456/2316-2171.8079>.
- Zancan, N., & Habigzang, L. F. (2018). Regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal. *Psico-USF*, 23, 253-265.

**PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL E DEMANDAS DE GÊNERO E
SEXUALIDADE: ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA NO NORDESTE BRASILEIRO**

Mestrando: Amadeu Antônio Pereira Neto

Orientador: Prof. Dr. Fauston Negreiros

Leitoraexterna: Isabelle Patrícia Freitas Soares Chariglione

Leitor interno: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo

Introdução. É fundamental a existência de profissionais psicólogas/os/es nos espaços educacionais, auxiliando na construção de práticas que levam a superação da exclusão da comunidade LGBTQIA+ nesse contexto. Porém, para que isso se concretize, é fundamental que se cuide da formação universitária, sendo necessário que essa educação inclua a obtenção de uma visão crítica das armadilhas teóricas que negam a historicidade aos significados e aos sujeitos. É importante a existência de formação com base em uma Psicologia Escolar Crítica, que desloque o olhar analítico de práticas individualizantes, e os volte para escola e o conjunto de relações institucionais, históricas, políticas e sociais (Patto, 2005, 1984, 1999; Fribida & Vasconcelos, 2019). Diante do que foi abordado, a presente pesquisa tem o intuito analisar a formação da/os/es Psicóloga/os/es na região Nordeste brasileira para uma atuação voltada para gênero e sexualidade em contextos educacionais. Analisando o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para os cursos de formação em psicologia nos Institutos de Ensino Superior (IES) públicos do Nordeste brasileiro. Pensando em como as teorias psicológicas de gênero e sexualidade estão sendo abordadas, de modo a refletir na maneira que elas vêm versando frente a este tema na atualidade, e nos diferentes modos de ser no atual contexto social e histórico. **Fundamentação Teórica.** É bastante corriqueiro o termo sexualidade e gênero serem confundidos nos debates da sociedade, embora existam grandes diferenças entre ambos. A sexualidade ou orientação sexual, é conceituada como a propriedade de desenvolver atração emocional, afetiva ou sexual

por outra(s) pessoa(s) (Silva & Melo, 2017). A identidade de gênero é uma expressão produzida através de como a pessoa se reconhece ou se apresenta em relação ao seu gênero, e que pode condizer ou não ao seu corpo biológico (Jesus, 2012; Silva & Melo, 2017). Butler (2003), afirma que o gênero é construído culturalmente. Portanto, ao estudar gênero e sexualidade, é preciso compreender que ambos são produzidos socialmente, e que vão ser diretamente influenciados pelo contexto político, histórico e cultural. A escola se mostra como um dispositivo de muita importância para os aparelhos ideológicos do estado. Essa importância resulta do fato dela exercer sua ideologia a partir da ótica de uma classe dominante, transmitindo as morais, crenças, valores e civismo preestabelecidos pela sociedade (Patto, 1987). Em vista disso, percebe-se os grandes percalços que a/o/e profissional psicóloga/o/e tem de enfrentar nesses espaços. Nesse cenário torna-se crucial pensar politicamente o papel da/o/e psicóloga/o/e nos contextos educacionais, para que haja uma maior contribuição para o desenvolvimento de uma ciência e profissão implicada com as massas (Guzzo, 2008). Verifica-se que as instituições de ensino superior possuem um papel importante para a formação de profissionais críticos e aliados às questões advindas dos contextos sociais e profissionais. São ambientes que apresentam um grande potencial para a superação de teorias e técnicas que reproduzem as desigualdades de gênero e sexualidade (Assis, 2018). A representação do nordestino está ligada a masculinidade, à virilidade e valentia. Essas características advêm de uma sociedade heteropatriarcal somada com algumas características regionais adicionais, como os interesses das elites locais que estruturam a dominação econômica, político-cultural e o conservadorismo na região. A cultura heteropatriarcal que advém da formação social brasileira e, notadamente, da nordestina, apontam a realidade de violência que vive a população LGBTQIA+, negros e mulheres nessa região (Dantas, 2020). A representação do modelo típico de masculinidade é elaborada através da imagem do homem do campo e do sertão, fazendo com que os códigos de gênero sejam bem definidos e aprendidos como se fossem acontecimentos naturais (Albuquerque Junior, 2013). Segundo o estudo realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) no ano de 2021, através do mapeamento por estados, constata-se que a região nordeste lidera no número de homicídios por motivação de ódio a população LGBTQIA+. Na pesquisa, a região nordeste aparece com 106 mortes (35,33%). Com base nesses dados, compreende-se a necessidade da pauta e da luta LGBTQIA+, pois constata-se que essa é uma comunidade marginalizada e atacada através de violências físicas, morais e educacionais. Assim, com o intuito de formar profissionais mais

capacitados para atuar frente às demandas da realidade brasileira, onde podemos citar as questões relacionadas à orientação sexual, gênero, raça, classes sociais e outras, as Diretrizes Curriculares Nacionais foram criadas em 2004 (Ribeiro & Soligo, 2020). A luz dessas diretrizes, encontram-se os Projetos Pedagógicos de Cursos/PPCs de cada IES. O PPC se conceitua como um documento que visa apresentar normas para os cursos de graduação, com informações sobre a estrutura e elementos reguladores internos. Logo, esse documento vai auxiliar na ampliação dos referenciais teóricos, políticos e culturais, pautando-se no ensino, pesquisa e extensão. Contribuindo na construção do perfil de sujeito/profissional que visa formar, dentro do contexto social para qual se destina a formação (Almeida, Morales, Grossi, Senna & Magalhães, 2019). Desse modo, se faz relevante explorar o PCC, pois é através dele que será possível observar quais as ênfases curriculares utilizadas pelo curso, como se dá a distribuição das disciplinas na grade curricular, e nas ementas de cada disciplina (Picasso & Tavares, 2019). Portanto, uma formação que englobe conteúdos sobre gênero e sexualidade, pode possibilitar as/o/e psicólogas/o/e compreender, contribuir e conhecer este tema nos mais diversos cenários de atuação, incluindo a escola.

Objetivos. Analisar a formação da/o/e Psicóloga/o/e na região Nordeste brasileira para uma atuação voltada para gênero e sexualidade em contextos educacionais. Identificando os sentidos atribuídos sobre gênero e sexualidade nos Projetos Pedagógicos (PPC) dos cursos de formação em Psicologia em IES públicas do Nordeste brasileiro. Buscando caracterizar como os componentes curriculares (disciplinas e ementas) articulam e discutem a atuação da/o/e psicóloga/o/e frente à população LGBTQIA+. E por fim, verificando elementos teórico-práticos da psicologia escolar e educacional são expressos nos objetivos, matrizes e ênfases curriculares das IES públicas do Nordeste brasileiro.

Método. É uma pesquisa qualitativa. Primeiramente será realizada uma pesquisa documental, entendendo que essa é a que melhor assiste os objetivos do estudo. E como perduram ao longo do tempo, tornam-se a mais significativa fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Podendo ser utilizada como meio para que o investigado adentre no campo de estudo buscando compreender o fenômeno a partir dos documentos (Gil, 2002; Kripka, Scheller & Bonotto, 2015). A pesquisa será realizada no Brasil. O corpus será composto pelos Projetos Pedagógicos de Cursos de psicologia das IES públicas do Nordeste brasileiro, as Diretrizes Curriculares Nacionais, e os planos de disciplinas que abordam a interface psicologia e educação, em cada um dos cursos investigados. Os documentos incluídos

serão os aprovados pelos órgãos reguladores de ensino, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o colegiado do curso, e a reitoria. Após localizar os cursos de psicologia existentes nas IES públicas do Nordeste do Brasil, irá ser realizado a busca pelos PPCs, que poderão estar acessíveis a partir das páginas eletrônicas de cada IES, ou por contato direto via e-mail institucional. Destarte, torna-se essencial ter um olhar crítico sobre os documentos, assim se atentando em analisar o contexto social no qual o documento foi elaborado, assim como as intenções do autor e do público destinado. Por conseguinte, se faz importante assegurar a qualidade da informação transmitida (Cellard, 2012). A presente pesquisa será realizada com documentos de domínio público, assim, será seguido a Resolução N° 510/2016 – CNS, na qual versa que pesquisas que se utilizem de informações de domínio público não precisam de registro no sistema CEP. Para a análise dos dados construídos na pesquisa documental, será construído um banco de dados, visando agrupar todas os elementos gerais e significativos de cada curso em psicologia da região Nordeste, visando identificar os perfis dos cursos, e realizar uma caracterização dos currículos, como os objetivos dos cursos, matriz e ênfases curriculares utilizadas por cada IES. Para auxiliar na análise, os PPCs serão submetidos ao software Iramuteq. Ele tem como finalidade a análise textual, que trabalha junto ao programa estatístico R e gera dados, a partir de textos e tabelas. Os resultados expressam a posição e a estrutura das palavras em um texto, ligações e outras características textuais, permitindo identificar indicadores e, por fim, verificar a estrutura e ambientes do texto a ser analisado. Assim, ele possibilita diferentes tipos de análises de dados textuais, das mais simples como a lexicografia básica, até análises multivariadas, como a classificação hierárquica descendente, que será a qual o corpus será submetido (Klamt e Santos, 2021; Camargo e Justo, 2013). Serão utilizados os pressupostos do materialismo histórico-dialético, da psicologia escolar crítica e dos estudos atualizados sobre gênero, sexualidade e escolarização para analisar os dados.

Encaminhamentos para os Resultados: Até o presente momento, o trabalho encontra-se na fase de coleta de dados. No qual está sendo realizado a busca pelos Projetos Pedagógicos de Cursos de psicologia das IES do nordeste brasileiro. Atualmente foi realizado a coleta de Cinco PPCs. Estima-se que até o final do ano, todos os vinte quatro documentos já estejam prontos para a análise no software Iramuteq. Espera-se no final do estudo demonstrar a importância de uma formação que inclua os temas de gênero e sexualidade, possibilitando as/os/es psicólogas/os/es uma atuação frente a esse fenômeno nos espaços educacionais.

Palavras Chaves: Psicologia escolar educacional; Gênero e sexualidade; Formação em psicologia.

Referências:

Albuquerque Junior, D, M. (2013). *Nordestino uma invenção do “falo”*: Uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo, SP: Intermeios.

Almeida, W.R., Morales, C.R., Grossi, F.R., Senna, B.L., & Magalhães, B.S. (2019). Curso de graduação em psicologia da Faculdade São Francisco de Barrerias (FASB): Uma história de protagonismo no oeste baiano. *Higia-Revista de ciências da saúde e sociais aplicadas do oeste baiano*, 4(1), 5-18. Recuperado de <http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/higia/article/view/299/317>

Assis, M. M. (2018). *Gênero e a formação de psicólogas/os em Goiás: problematizando (in)visibilidades e reflexos no ensino acadêmico* (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação. Goiânia, GO, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8398>

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilizações Brasileiras.

Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.

Cellard, A. (2012). A análise documental. In J. Poupart; J. P. Deslauriers; L. H. Groulx; A. Laperrière; R. Mayer; A. Pires. *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (3ª ed., pp. 295-316). Vozes.

Dantas, M. H. (2020). *Sobreviventes! Violência contra LGBT no Nordeste brasileiro*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, Brasil. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/33006/1/SobreviventesViolenciacont ra_Dantas_2020.pdf

Firbida, F. B. G., & Vasconcelos, M. S. (2019). A construção do conhecimento na Psicologia: a legitimação da medicalização. *Psicologia Escolar e Educacional*, 23. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2175-35392019016120>

Gil, A.C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas.

Grupo Gay da Bahia. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2021. Grupo Gay da Bahia, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>

Guzzo, R. S. L. (2008). Psicologia em instituições escolares e educativas: apontamentos

- para um debate. In *Ano da psicologia na educação. Textos geradores* (pp. 53-61). Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Jesus, J. G. (2012a). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade. Goiás: Universidade Federal de Goiás. Recuperado de <http://www.sertao.ufg.br/pages/42117>
- Klant, L. M., & Santos, V. S. dos. (2021). O uso do software IRAMUTEQ na análise de conteúdo – estudo comparativo entre os trabalhos de conclusão de curso do ProfEPT e os referenciais do programa. *Research, Society and Development*, 10(4), e8210413786. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13786>
- Kripka, R. M. L.; Scheller, M.; Bonotto, D. de L. (2015). Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *Investigação Qualitativa em Educação // Investigación Cualitativa en Educación // Vol. 2*, pp 243-247. Recuperado de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>
- Patto, M. H. S. (1984). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo, SP: T. A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo
- Patto, M. H. S. (2005). *Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Picasso, R., & Tavares, N. D. O. (2019). Projetos pedagógicos de psicologia em Goiás: apontamentos sobre a formação em saúde mental. *Revista do NUFEN*, 11(2), 39-59. Doi:10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.n02artigo52
- Ribeiro, M. E., & Soligo, Â. F. (2020). Diretrizes Curriculares e Formação do Psicólogo Brasileiro: avanços, retrocessos e desafios. *Revista Integración Académica en Psicología, Ciudad de México*, 8(22), p36-49.
- Silva, F. A., & de Mello, I. S. P. B. (2017). Psicologia e a despatologização da transexualidade. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, 11(1), 81-95. doi:<http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v11i1.1924>

AUTOLESÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PIAUÍ: PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA

Mestranda: Marcelly de Oliveira Barros

Orientador: Prof. Dr. Fauston Negreiros

Leitora externa: Isabelle Patrícia Freitas Soares Chariglione

Leitora interna: Prof.^a Dr.^a Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros

Introdução. Diante do caráter complexo de múltiplas realidades e vivências, as pessoas desenvolvem maneiras de lidar com a inevitável dor em todas as suas facetas. A autolesão, por exemplo, consiste no ato de causar algum tipo de dor, lesão e/ou sofrimento ao próprio corpo em decorrência de diversos vieses e perspectivas, tais como percalços psíquicos, situações cotidianas de estresse e/ou traumáticas, luto, ansiedade, desejo, preconceito, violência, questões sociais e culturais, dentre uma série de fatores (Junior, 2020; Macedo, 2019; Silva & Franch, 2020). Neste estudo, o processo autolesivo será investigado no ambiente educacional, tendo em vista sua insurgência e/ou transparência neste contexto estar ganhando expressivos números e indicadores. Dessa forma, tal objeto será analisado tomando como base a perspectiva da Psicologia Escolar Crítica, que atua considerando o ambiente escolar como um todo e a necessidade de uma visão não cristalizada do aluno-problema, pautando-se em políticas públicas educacionais para uma atuação mais ampla e contextual (Fonseca & Negreiros, 2021; Patto, 1997; Souza, 2009;). O que, por sua vez, demonstra sua relevância social, acadêmica e prática para a Psicologia Escolar, tendo em vista que tal fenômeno se mostra enraizado na sociedade, se apresentando crescente e/ou mais aparente entre crianças e adolescentes na idade escolar e em jovens adultos no contexto acadêmico. Além de necessitar de estudos aprofundados e atualizados no que tange a realidade

piauiense, principalmente quanto à importância de uma atuação da psicologia na educação que se distancie do perfil de modelo de atendimento clínico-individualizante e que se norteie a partir da Psicologia Educacional Crítica. **Fundamentação Teórica.** Em 26 de abril de 2019 foi instituída a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a Lei 13.819 (Brasil, 2019) que estabelece a notificação compulsória de casos de autolesão e suicídio em instituições de saúde, de ensino público e privadas, para as repartições sanitárias e conselho tutelar - em casos que envolvem crianças e adolescentes- respectivamente. A Lei compreende por violência autoprovocada a tentativa, o suicídio consumado e a ‘automutilação’ com ou sem ideação suicida. Causar intencionalmente algum tipo de lesão e dor física ao próprio corpo consiste em um fenômeno complexo chamado de autolesão. Um dos principais termos que também é utilizado para referir-se a ele é ‘automutilação’, porém entende-se que a mutilação consiste na amputação de um órgão, e tal fenômeno, por sua vez, refere-se ao processo de ferir-se de alguma maneira, sem que, nenhum membro ou órgão seja, removido; portanto, utiliza-se com melhor contexto e descrição o termo ‘autolesão’ (Almeida, C., & Horta, P. 2010). É importante pontuar que nem sempre ela será acompanhada de intenção suicida, podendo acontecer em diversos casos, mas não se constitui como regra geral. A autolesão não suicida (ALNS) pode ocorrer em cinco ou mais dias ao longo do ano e alguns dos métodos mais utilizados são cortes na pele, queimaduras, mordidas, enfiar-se objetos pontiagudos e lançar-se contra a parede (American Psychiatric Association, 2013; Fabbrini, 2020; Klonsky, 2007). Quanto maior o tempo de decorrência do comportamento autolesivo sem o manejo adequado, maiores são as chances deste se transformar em um comportamento suicida. Isso pode ocorrer pelo fato do sujeito não estar conseguindo maneiras mais saudáveis de lidar com as dores vivenciadas, gerando assim uma maior probabilidade de o mesmo recorrer as tentativas de suicídio. Além disso, outro ponto importante é que conforme aumenta-se o número de vezes da prática de autolesão, bem como sua intensidade, maior a probabilidade desta resultar em uma morte acidental (Scavacini, Cacciacarro, Motoyama & França, 2021). Há muitos fatores de risco que podem direcionar o desenvolvimento e/ou manutenção da autolesão, sendo eles: o bullying, termo que mascara uma série de preconceitos presentes na sociedade, principalmente nas escolas, tais como racismo, machismo, homofobia, discriminação com pessoas que possuem alguma deficiência física e/ou mental; grupos online de incentivo à ideação, tentativa de suicídio e autolesão; abuso físico, sexual, moral, cada um em sua instância, apresentam

particularidades e efeitos psicofisiológicos que podem levar a um adoecimento mental, principalmente à meninas e mulheres submetidas a violência de gênero, o que pode se relacionar ao fato destas serem as mais tentantes de suicídio e as que mais se autolesionam (Fabbrini, 2020; Monteiro & Miranda, 2021; Silva & Franch, 2020). A vulnerabilidade socioeconômica, o aumento do desemprego e da fome geraram muito adoecimento, bem como a proliferação da pandemia do Covid-19 e do isolamento, transformaram os modos de viver em todos os âmbitos, pessoais, de trabalho, relações sociais, econômicas, dentre outros; o que, por sua vez, pode tornar-se um fator agravante do comportamento autolesivo (Silva, Silva, Melo, Costa, Cardoso, Ramos & Silva, 2021). Além dos fatores já citados, existem outros que também podem ser colocados como indicadores de riscos, tais como transtornos psicológicos (depressão, ansiedade patológica, transtorno do controle de impulso), conflitos familiares e interpessoais, questões com a sexualidade e com o próprio corpo, impulsividade ou pensamento rígido, dificuldade em adaptar-se, dentre muitos outros. Por isso, é importante ter ciência que não há uma causalidade cristalizada, o processo autolesivo se consolida a partir de fatores multicausais e multideterminantes, sendo assim, ao serem trabalhados todas as perspectivas possíveis devem ser consideradas (Scavacini et al., 2021). Todos os pontos acima citados podem ser encontrados, insurgidos e proliferados no ambiente educacional, tendo em vista que estes lugares atuam como parte integrante da sociedade e conseqüentemente refletem, direcionam e/ou até mesmo podem determinar tais fenômenos, bem como possibilitar o aumento da evasão escolar (Costa, Gabriel, Lopes, Oliveira, Silva & Carlos, 2020; Souza, R. A. D. C., Cavalcanti, J. B., Castellon, L. A. S., & Camêlo, E. L. S., 2021). Por isso, é importante que se tenha uma perspectiva da Psicologia Escolar Crítica, que consiste na ruptura com a produção e reprodução de práticas padronizantes e quantitativas, na busca por um fazer psicológico pautado em uma visão de sujeito integral, em uma educação emancipatória/democrática e inserindo-se no desenvolvimento e na avaliação de políticas públicas educacionais, bem como na luta por subsídios que garantam o direito, saúde e bem-estar para os integrantes do ambiente educacional, portanto, neste caso, atuando junto às políticas intersetoriais (Araújo, Carvalho & Negreiros, 2021; Souza, 2009). **Objetivos.** Este estudo tem como objetivo geral investigar a atuação de psicólogas(os) escolares frente às demandas de autolesão na educação pública do estado do Piauí de acordo com a perspectiva da Psicologia Escolar Crítica e como objetivos específicos, analisar a partir dos relatos das psicólogas(os), a incidência do comportamento autolesivo entre alunos

do ensino público piauiense; investigar as multicausalidades que podem estar relacionadas ao comportamento autolesivo no contexto educacional; analisar as práticas e possíveis intervenções da psicóloga(o) frente à autolesão, como demandas educacionais da escola pública. **Método.** O estudo se caracterizará como qualitativo, do tipo exploratório-descritivo, pois tem o intuito de apresentar fenômenos, circunstâncias, bem como as relações entre si em uma realidade determinada (Gil, 2010). Estima-se como participantes do estudo entre 12 a 24 psicólogas (os) escolares que atuam na educação pública do estado piauiense. Seguindo os critérios de inclusão, inseridas nos 12 territórios de desenvolvimento do Piauí. Será aplicado, por meio da plataforma digital Google Formulários, o Questionário Sociodemográfico para obter-se uma caracterização dos participantes quanto a sexo, idade, tempo de serviço, instituição de ensino, etapa de ensino em que atua (fundamental e/ou médio). Será utilizada uma entrevista semiestruturada visando compreender aspectos relacionados à incidência de demandas autolesivas, modelos de atendimentos aplicados (clínico, institucional, educacional) e as possíveis intervenções realizadas pelas (os) profissionais frente ao comportamento autolesivo. Para a realização das entrevistas será utilizada a plataforma digital Google Meet. O estudo foi submetido ao Comitê de ética e Pesquisa em Seres Humanos de acordo com o que consta nas resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012, 510/2016, como também pela portaria circular nº2/2021 disponibilizado pelo CONEP (Conselho Nacional de Ética e Pesquisa) sobre pesquisas em ambientes virtuais. Será utilizado o Termo de Dispensa da Autorização Institucional (TDAI), om a finalidade de obter o assentimento para realizar-se a pesquisa. Além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que seja explicado os aspectos éticos do estudo às participantes. A análise de dados desta pesquisa será feita a partir da perspectiva Histórico Cultural (Vygotsky, 1999), onde é feita a descrição, explicação e a análise do processo de desenvolvimento de determinados fenômenos, considerando toda sua complexidade, valendo-se de seu contexto social, histórico e cultural. Tais pontos, sendo, portanto, trabalhados a partir da dialética de três fatores: singularidade-particularidade-universalidade (Fonseca & Negreiros, 2021; Martins & Eidt, 2010). **Resultados e/ou Encaminhamentos para os Resultados:** Espera-se com este estudo, compreender como a demanda de autolesão no ensino público do estado do Piauí se demonstra, bem como às práticas das psicólogas que atuam nesse meio. Assim, será possível traçar como tal fenômeno se manifesta nesse meio, bem como possibilidades de ação frente às suas demandas.

Palavras-chave: Autolesão; Psicologia Escolar; Educação Pública.

Referências

- Afiune, L. F. (2019). Autolesão: Feridas Emocionais que Gritam na Pele. https://itgt.com.br/wp-content/uploads/2020/04/TCC_Larissa-Farah-Afiune_Gr.31.pdf
- Almeida, C., & Horta, P. (2010). Auto-lesão, auto-mutilação e auto-agressão. A mesma definição?. *News@ FMUL*, 16. <http://news.fm.ul.pt/Content.aspx?tabid=65&mid=420&cid=1139>
- American Psychiatric Association (APA). Diagnostic and statistical manual of the American Psychiatric Association. 5th ed. Arlington (VA): APA; 2013
- Araújo, M., Carvalho, L., & Negreiros, F. (2021). Psicologia Escolar na avaliação de políticas públicas de educação. *Revista de Psicologia, Educação e Cultura*, 25(1), 59-73. <http://hdl.handle.net/10400.26/36687>
- Brasil. (2019). Lei n. 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n%C2%BA-13.819-de-26-de-abril-de-2019-85673796>
- Costa, L. C. R., Gabriel, I. M., Lopes, D. G., de Oliveira, W. A., Silva, J. L. da, & Carlos, D. M. (2020). Autolesão não suicida e contexto escolar: perspectivas de adolescentes e profissionais da educação. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool E Drogas* (Edição Em Português), 16(4), 39-48. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.168295>
- Fabbrini, F. M. B. N. (2020). #automutilação: um estudo sobre a representação da autolesão em uma comunidade virtual de praticantes. São Paulo- SP. http://www.institutodimicuida.org.br/wp-content/uploads/2021/06/TCC_Felipe-Fabbrini.pdf
- Fonseca, T. S., Negreiros, F. (2021). Psicologia escolar e educação profissional e tecnológica nos IFPIS: Demandas, práticas e indícios de criticidade. *Revista Psicologia escolar e Educacional*, v. 25. <https://doi.org/10.1590/2175-35392021223371>.
- Gil, A. C.(2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Junior, P. M. C. B. (2020). *Paradoxos da Dor: Da Dor de Existir às Dores no Corpo*. Editora Appris.

- Klonsky, E. D. (2007). The functions of deliberate self-injury: A review of the evidence. *Clinical psychology review*, 27(2), 226-239. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2006.08.002>
- Macedo, M. M. K. (2019). Decifro-me ou me devoro: dor psíquica e autodestrutividade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 53(4), 209-223. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v53n4/v53n4a14>
- Martins, L. M., & Eidt, N. (2010). Trabalho e Atividade: Categorias de análise da psicologia histórico-cultural do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo*, 15, 675-683. doi: 10.1590/S1413-73722010000400003
- Monteiro, E. M. O., & Miranda, B. T. R. (2021). Indução percutânea: alternativa de tratamento para cicatrizes atróficas decorrentes de automutilação não suicida em mulheres jovens. *Revista Liberum accessum*, 7(1), 37-45. <http://revista.liberumaccesum.com.br/index.php/RLA/article/view/66/80>
- Patto, M. H. S. (1997). Introdução à psicologia escolar. Casa do Psicólogo. 3 ed. São Paulo
- Scavacini, K; Cacciacarro, M F; Motoyama, E P & França, L. (2021). Autolesão: Guia Prático de Ajuda. 1a ed. Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do Suicídio, 16 páginas, ISBN: 978-65-991463-3-6
- Silva, A. R., Silva, A. A., Melo, S. F., Costa, S. L. F., Cardoso, L. B. C., Ramos, G. D. N. G., & Silva, E. P. S. (2021). Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e os seus impactos para as práticas de automutilação. *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 22456-22472. 10.34117/bjdv7n
- Silva, E. L; Franch, M. (2020). Queridas lâminas: uma etnografia sobre automutilação. João Pessoa: Editora UFPB, 161 p. ISBN: 978-85-237-1506-9
- Souza, M. P. R. D. (2009). Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 13, 179-182.
- Souza, R. A. D. C., Cavalcanti, J. B., Castellon, L. A. S., & Camêlo, E. L. S. (2021). Self-injury and School Dropout indicators among Elementary School children and adolescents in the State of Paraíba: a time-series study. *Research, Society and Development*, 10(11), e317101119596. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19596>
- Vygotsky, L. S. (1999). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA E A PSICOLOGIA ESCOLAR: DEMANDAS E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO MEIO-NORTE

Mestranda: Maria Gabriela do Nascimento Araújo

Orientador: Prof. Dr. Fauston Negreiros

Leitoraexterna: Prof.^a Dr.^a Isabelle Patrícia Freitas Soares Chariglione

Leitora interna: Prof.^a Dr.^a Raquel Pereira Belo

Introdução: O processo de escolarização é um direito de todos, considerado como fator primário para a formação do sujeito, apesar disso, há diversas causas que interferem nesse processo, distanciando crianças e adolescentes da escola, sendo um deles o conflito com a lei. O ECA propõe em seu regimento algumas medidas a serem tomadas junto aos jovens acometidos e suas respectivas infrações, destacando o caráter pedagógico em suas ações, considerando a adolescência uma etapa complexa do desenvolvimento, em que há transformações abruptas nas mais variadas dimensões que os perpassam. Assim, o planejamento e utilização de intervenções que busquem, mais do que uma ação punitiva, a educação cidadã de fato, é considerada como fator primordial no processo de evitação da reincidência de infrações. Dessa forma, a educação se torna um elemento crucial diante deste cenário, considerando seu foco no desenvolvimento psicossocial da pessoa. Diante do exposto, o presente estudo pretende identificar as possibilidades de atuação da (o) Psicóloga (o) frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil, a fim de pensar como a Psicologia Escolar pode contribuir nesse

âmbito. **Fundamentação Teórica:** As medidas socioeducativas são determinações judiciais, de caráter pedagógico, destinadas ao adolescente que comete ato infracional com o intuito de auxiliar na sua (re)educação e (re)inserção social. Elas são categorizadas conforme a gravidade do delito cometido, sendo elas: I) advertência; II) obrigação de reparar o dano; III) prestação de serviços à comunidade; IV) liberdade assistida; V) inserção em regime de semi-liberdade; e VI) internação em estabelecimento educacional (Brasil, 2019a; Figueira, 2016; Rosa, Rosa & Bittencourt, 2019). É de responsabilidade do Estado o manejo das medidas, desde a decisão judicial à aplicação e monitoramento do jovem. Para isso, foi criado, em 2004, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE, destinado a regulamentar o atendimento ao adolescente que cometeu alguma infração, sustentando-se nos princípios dos direitos humanos (Brasil, 2006). É dito, em sua constituição, que as medidas socioeducativas têm como objetivo a reinclusão social do adolescente de maneira ágil, com enfoque no desenvolvimento do seu senso crítico de responsabilidade individual e coletiva. É oportuno destacar para quem são destinadas essas medidas. Dentre os 46 mil adolescentes atendidos pelo SINASE no ano de 2019, 59% são pessoas pretas e 22% brancas. Este dado só ressalta mais uma das mais diversas violências sofridas pelo povo preto no Brasil. Portanto, ao tratar da operacionalização das medidas socioeducativas e seus objetivos é necessário a análise acerca de para quem estão sendo destinadas. (Brasil, 2006; Brasil, 2019b; Morais & Ferreira, 2019). De acordo com Vygotsky, a luz da Psicologia Histórico-Cultural, o processo educativo é uma experiência histórico-social, que tem como principal mediador o uso de instrumentos e signos produzidos pelo homem, tendo sua visão de sujeito como um ser histórico, construído e aperfeiçoado através das relações sociais. Dessa forma, a inserção desses jovens no meio escolar demonstra ser um componente essencial no desempenho das medidas socioeducativas, tendo em vista que esse âmbito caracteriza-se por ser um espaço de desenvolvimento e formação, marcada por inúmeros processos singulares de caráter pessoal e grupal (Kassar, 2016; Vygotsky, 1999). Valendo-se desse cenário, pesquisadores da Psicologia Escolar têm buscado analisar, com base em uma perspectiva crítica, os processos de exclusão presentes nas práticas daqueles que formam o corpo escolar, bem como das próprias instituições e que podem ser aplicados ao contexto do presente estudo. Patto (1999), em um de seus trabalhos acerca dos determinantes histórico-culturais do processo educacional, concluiu que a própria escola é um dos responsáveis pelo fracasso escolar. (Negreiros, Barros & Carvalho, 2020;

Negreiros, Silva, Sousa, & Santos, 2017; Zibetti, Pacífico & Tamboril, 2018). Na última pesquisa realizada pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) acerca da atuação de psicólogas junto as medidas socioeducativas de internação, revelou que, em sua maioria, as práticas consistiam na elaboração de avaliações e relatórios, atendimento psicológico com o jovem, a família e os funcionários, estudos de caso com outros profissionais, organizações de oficinas coletivas e a construção de um Plano Individual de Atendimento (PIA). Essas ações evidenciam ainda mais a falta de ‘socioeducação’ dentro das medidas socioeducativas e destaca o distanciamento entre a escola e as unidades que têm se intensificado ao longo dos anos, um fator preocupante que está sendo esquecido, assim como a população que necessita desse sistema (Conselho Federal de Psicologia, 2010; Jacinto, Gonçalves & Carneiro, 2020). Partindo dessas compreensões, entende-se o ensino dentro das medidas socioeducativas demanda alternativas distintas. Para isso, tem-se a Psicologia Escolar, esta possui alguns princípios norteadores que incluem a atuação de maneira compartilhada visando o enfrentamento das demandas, analisando as diversas perspectivas que o âmbito possui, buscando sempre a promoção de uma educação de qualidade, democratização e valorização do ensino (Souza, 2009). Portanto, com base no que foi exposto, o presente estudo traz como objetivo explorar as demandas presentes nessas instituições, a fim de realizar um levantamento, e com base nos referenciais técnicos de atuação da (o) Psicóloga (o) Escolar, analisar as possibilidades de ação desse profissional neste âmbito, visando uma democratização e qualidade da educação para esses jovens. **Objetivos:** De forma geral, o objetivo da presente pesquisa volta-se para a identificação das possibilidades de atuação da (o) Psicóloga (o) frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil. Em específico tem-se, a) realizar um levantamento das principais demandas presentes nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte nordestina; b) analisar a experiência de escolarização, partindo de uma caracterização e historicidade do público-alvo das medidas socioeducativas; c) investigar as possibilidades de intervenção em que a (o) Psicóloga (o) pode atuar junto as medidas socioeducativas, baseando-se nos referenciais teóricos e técnicos da Psicologia Escolar. **Método:** O presente estudo constituiu-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, tipo descritiva e contará com a participação de Psicólogas (os) atuantes em unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do país. Tendo em vista a inexatidão quanto ao número de profissionais

atuando nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte, será utilizado o critério de ponto de saturação, onde quando constatado um padrão de repetição entre as respostas, a coleta de dados é encerrada, no entanto, estima-se a participação de 30 Psicólogas (os). A pesquisa será realizada nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte nordestina, compreendendo o estado do Maranhão e Piauí, por meio da internet. Será utilizado um questionário eletrônico desenvolvido pela ferramenta “formulário” da plataforma *Google Docs*, que será enviado aos participantes de forma online. O instrumento é constituído por 9 perguntas, compreendendo os aspectos sociodemográficos e objetivo do estudo, como: *Quais as demandas mais frequentes atendidas pela unidade?; Quais as suas principais práticas dentro da unidade socioeducativa?; Possui experiência na área da Psicologia Escolar?*. O estudo também conta com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com o intuito de garantir aos participantes o anonimato, o caráter voluntário e a possibilidade de desistência a qualquer momento sem que haja danos ou prejuízos. Assim como consta nas resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e está em avaliação de relevância e aspectos éticos, bem como estão sendo seguidos os preceitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa no ofício circular nº 2 de 2021. Após a aprovação será iniciada a coleta de dados nas unidades socioeducativas na sub-região Meio-Norte do Nordeste do país. Os procedimentos de coleta envolverão a utilização do Termo de Dispensa da Autorização Institucional, a fim de adquirir o assentimento para a realização da pesquisa. Seguidamente, as Psicólogas (os) serão contatadas de forma on-line, via redes sociais e e-mail para envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do formulário. Os dados da presente pesquisa serão analisados a luz da Psicologia Histórico-Cultural, partindo do princípio de que realizar-se-á, para além da descrição de um fenômeno em um determinado contexto, serão também expostas a explicação para tais fenômenos descritos, assim como seu processo de desenvolvimento e sua relação com os contextos na qual estão inseridos (Bernardes, 2010; Fonseca, 2018; Negreiros & Fonseca, 2019; Vygotsky, 2009).

Encaminhamentos para os Resultados: Com base no exposto, foi possível constatar a relevância da Psicologia Escolar junto a socioeducação, no entanto, respaldando-se nos estudos prévios, espera-se, ainda, deparar com demandas relacionadas ao distanciamento entre a escola e as unidades de atendimento socioeducativo e um processo de escolarização excludente; e com relação a atuação das

(os) psicólogas (os) junto às medidas, práticas voltadas para a atendimento psicológico clínico e realização de avaliações e relatórios. Partindo disso, estima-se que os resultados dessa presente pesquisa colaborem para o delineamento práticas mais democráticas e humanizadas, no que diz respeito a Psicologia Escolar junto às medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas; Educação; Psicologia Escolar.

Referências

- Bernardes, M. E. M. (2010). O método de investigação na Psicologia Histórico-Cultural e a pesquisa sobre o psiquismo humano. *Revista Psicologia Política*, 10(20), 297-313. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4000892>.
- Brasil. (2019a). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- _____. (2019b). *Levantamento Anual Sinase 2017*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
- _____. (2006). Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Brasília: CONANDA.
- Conselho Federal de Psicologia. CFP. (2021). Psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019. 1. ed. — Brasília: CFP.
- Figueira, J. (2016). Medidas socioeducativas: evolução. e aplicabilidade no Estatuto da Criança e do Adolescente. *Revista Jus*. <https://jus.com.br/artigos/50306/medidas-socioeducativas>.
- Fonseca, T. S. (2018). *O psicólogo escolar na Educação Profissional e Tecnológica: práticas, desafios e perspectivas*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Parnaíba, PI, Brasil). <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/2128>.
- Jacinto, P. M. S., Gonçalves, G. M., & Carneiro, L. M. M. V. (2020). Psicologia Escolar e Educacional e medidas socioeducativas: diálogos possíveis. In: Rocha, W. H. A. *Psicologia e educação: teoria e prática*. 1ed. Curitiba, PR: Bagai.
- Kassar, M. C. M. (2016). Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. *Educação & Sociedade*, 37(137), 1223-1240. <https://dx.doi.org/10.1590/es010173302016157049>

- Morais, J. B. T., & Ferreira, M. D. A. M. (2019). Os desafios na escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. *Revista de Políticas Públicas*, 23(2), 621-639. <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v23n2p621-639>.
- Negreiros, F., Barros, M. O., & Carvalho, L. S. (2020). Psicologia escolar em políticas públicas no Piauí, Brasil: compreensão teórico-prática e modelos de atendimentos. *Integración Académica en Psicología*. <https://integracion-academica.org/anteriores/32-volumen-8-numero-22-2020/264-psicologia-escolar-em-politicas-publicas-no-piaui-brasil-comprensao-teorico-pratica-e-modelos-de-atendimentos>.
- Negreiros, F., & Fonseca, T. S. (2019). Como elaborar uma pesquisa em Psicologia Escolar fundamentada no Método Histórico-Cultural?. In: Negreiros, F., & Cardoso, J. R. *Psicologia e Educação: conexões Brasil-Portugal*. Teresina, PI: EDUFPI
- Negreiros, F., Silva, C. F. C., Sousa, Y. L. G., & Santos, L. B. (2017). Análise psicossocial do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 11(1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.24879/201700110010066>.
- Patto, M. H. S. (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Rosa, E. V., Rosa, J. V., & Bittencourt, J. A. N. (2019). A (in) eficácia na aplicabilidade das medidas socioeducativas. *Revista da Mostra de Iniciação Científica e Extensão*, 5(1). <https://www.ulbracds.com.br/index.php/rmic/article/view/2542>.
- Souza, M. P. R. (2009). Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 13, 179-182. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100021&lng=pt&tlng=pt.
- Vygotsky, L. S. (1999). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zibetti, M. L. T., Pacífico, J. M., & Tamboril, M. I. B. (2018). A educação como direito: considerações sobre políticas educacionais. In: Campos, H. R., Souza, M. P. R., & Facci, M. G. D. (Orgs.). *Psicologia e políticas educacionais*. (pp. 17-42). Curitiba: Appris.

**PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA COMO PRÁTICA DA LIBERDADE:
DIÁLOGOS INVENTIVOS COM PAULO FREIRE**

Discente: Roniel Sousa Damasceno

Orientador: Prof. Dr. Fauston Negreiros

Leitoraexterna: Prof.^a Dr.^a Isabelle Patrícia Freitas Soares Chariglione

Leitor interno: Prof.^a Dr.^a Raquel Pereira Belo

Introdução. A presente pesquisa de mestrado está alinhada à prática crítica da psicologia escolar com os fundamentos político-pedagógicos de uma educação libertadora, por meio de um diálogo teórico-criativo com a vida, obra e ação política de Paulo Freire na sociedade brasileira. Em especial, demarca-se como campo de pesquisa, e ação-reflexiva, a atuação das psicólogas(os) no cotidiano da Educação Básica em instituições públicas de ensino, levantando a seguinte questão norteadora: *como anunciar uma perspectiva libertadora na prática crítica da psicologia na escola pública brasileira?* O estudo se baliza pela problematização das contradições e necessidade de avanços da prática crítica em Psicologia Escolar e Educacional/PEE frente às necessidades concretas da vida diária escolar, suas impressões numa sociedade capitalista/neoliberal. Além de perguntar-se pelo engajamento da postura crítica na luta pela transformação social, bem como pela construção de práticas libertadoras cujo ponto de partida e materialização assentem-se na realidade concreta da escola pública

brasileira. Assim posto, nossa pesquisa justifica-se pela sua importância na ampliação das reflexões acerca da ação educativa das(os) psicólogas(os) na escola pública, tanto quanto pela sua implicação em situar, a nível teórico-prático, a PEE num marco político e científico de uma educação libertadora. **Fundamentação Teórica.** O movimento de crítica à psicologia como ciência e profissão, e, em especial, as práticas psicológicas tradicionais na educação - cuja constituição deu-se alinhadas à sociabilidade capitalista e aos interesses de classe e da cultura hegemônica (Patto, 1987, 2015), constituiu o compromisso político das psicólogas(os) na luta em defesa da escola pública democrática e de qualidade social, bem como na construção de uma práxis coletiva e institucional (Andrada et al., 2019; Souza, 2009). Partindo disso, estabelece-se uma tentativa de contextualização de tais rupturas políticas e históricas com às demandas educativo-escolares atuais, muitas das quais vividas pelas(os) psicólogas(os) no cotidiano educacional (Meira, 2012; Montero, 2010; Souza et al., 2014). Desse modo, problematiza-se como a postura crítica pode equivocadamente desarticular-se do processo dialético de ação e reflexão (Freire, 2021), engendrando práticas distanciadas da realidade das escolas e do compromisso ético-político com os sujeitos locais, pois, acredita-se que somente reconhecer o pensamento crítico não assegura que transformações se concretizem pela atuação da psicologia nas escolas (Moreira & Guzzo, 2016; Souza, 2018). Com a questão levantada, pretende-se superar perspectivas epistêmicas que “riscam” rigorosamente uma separação entre a crítica como teorização e, por outro lado, a crítica enquanto prática. Alinhando-se ao pensamento freireano, contrariamente, buscam-se subsídios teórico-práticos para demarcar a perspectiva crítica como constitutiva do processo dialético de ação e reflexão, a partir da opção teórico-metodológico que a repositone como instrumento de libertação dos sujeitos locais de contextos educativos em que prevalecem relações de dominação e submissão, bem como ações educativo-institucionais mediadas por lógicas de exclusão, vitimização e culpabilização (Guzzo & Ribeiro, 2019; Patto, 2015). Em uma sociedade capitalista/neoliberal, alicerçada nas bases socioeconômicas e patriarcais de poder, pelo racismo estrutural e pela cultura ocidental/colonial, o conhecimento crítico da realidade é um instrumento importante para desvelamento das relações de opressão e das condições de poder que fundamentam as instituições sociais, como a exemplo das escolas públicas. Entretanto, tal posição crítica não é suficiente, por si só, para materializar mudanças na situação de opressão e criar condições de libertação dos sujeitos das mesmas, sendo necessário o engajamento político dos sujeitos com vistas à

transformação das condições de opressão (Freire, 2007, 2021). Como resposta a tal problemática, pretende-se resgatar a defesa teórico-prática do mestre dialógico pela criação de uma educação libertadora em que a reflexão crítica e problematizadora desmonte a reprodução submissa/inautêntica/opressora de ações educativas politicamente desiguais (Freire & Faundez, 2011; Freire, 2021). Com isso, objetiva-se avançar no processo de crítica em psicologia escolar, envolvendo-se de maneira ético-política com o exercício de invenção de pressupostos teórico-práticos condizentes com as demandas da escola pública brasileira e com as necessidades dos sujeitos escolares, perspectivando possibilidade de emancipação humana (Viégas, Harayama, & Souza, 2015). Não obstante, revelar-se-á as contradições que a atuação crítica das(os) psicólogas(os) escolares imprime na sociedade brasileira, na qual é comum a fácil apropriação de discursos científicos que adentram a vida diária dos estabelecimentos educacionais na promessa de mudanças, os quais - acabam estagnados aí, sem propostas efetivas e distanciadas da realidade escolar - mantêm-se no dito, no que “poderá ser”, quando, na verdade, no “estar sendo” nada mudou; o mero discurso que mudou, agora sob novas roupagens técnico-científicas (Brasil, 2012; Patto, 2015). **Objetivo.** Nossa pesquisa tem como objetivo geral produzir uma prática teórica em que a postura crítica da psicologia na escola pública dialogue com a alternativa freireana de uma ação educativa libertadora. Especificamente, objetiva-se (a) problematizar o sentido conceitual e histórico da perspectiva crítica em PEE; (b) reposicionar a atuação crítica em PEE frente às necessidades concretas da escola pública; (c) buscar na vida e obra de Paulo Freire as categorias teórico-práticas possíveis à materialização da atuação crítica como prática da liberdade; e, por último, (d) construir uma cartilha educativo-pedagógica para as psicólogas escolares e demais trabalhadoras da educação. **Método.** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo teórico-argumentativa, com delineamento bibliográfico, fundamentando-se no materialismo histórico dialético (Gil, 2008, 2010; Paulo Netto, 2011). Os procedimentos/instrumentos de coleta e organização do material bibliográfico, dividem-se em (a) busca das fontes, a qual compreende produções que se debruçaram sobre o pensamento crítico em PEE; sobre a prática da psicologia na escola pública, tanto quanto dos livros sobre a vida/obra de Paulo Freire, incluindo seus leitores//interpretes, tomando a obra clássica *Pedagogia do Oprimido* (2021) como inspiração e ponto de partida para demais obras autorais e dialogadas; b) leitura do material e produção de “fichas de apontamentos”; e, (c) organização lógica do assunto. Com a síntese de todos os registros realizados, tanto do material bibliográfico coletado

como das fichas de apontamentos, realizar-se-á uma análise materialista dialética em consonância com os objetivos da pesquisa. Para tanto, pretende-se tomar como dispositivo analítico os pressupostos teórico-metodológicos postulados pelo filósofo tcheco Karel Kosik (2002) em sua obra clássica *Dialética do Concreto* (2002), na qual problematiza a ideia de práxis na filosofia marxista, sustentando-a por meio do seu caráter criador, dialético e ativo. Nossa busca pela produção de uma prática teórica em PEE, enriquecer-se-á com as contribuições filosóficas de Kosik, entendendo, por fim, que o próprio P. Freire já revela uma leitura dialética em sua postura político-pedagógica em relação às questões educacionais. **Encaminhamentos para os Resultados.** Acreditamos, por fim, que os resultados se sustentarão nos seguintes possíveis eixos de análise: (a) *A crítica como práxis autêntica*; isto é, o anunciada perspectiva crítica em Psicologia Escolar e Educacional como prática da libertação deve-se fundamentar na unidade dialética *crítica-libertação*, e, situar-se concretamente como práxis autêntica, como prática crítica que não dicotomize o agir/pensar dos sujeitos locais, a qual revele-se concretamente como unidade dialética de ação/reflexão. Por outro lado, (b) *Dialética da libertação: a defesa de princípios mobilizadores na prática crítica da PEE*; espera-se que o desenvolvimento da prática teórica seja mediada, dialeticamente, pelo que conceituaremos de *Princípios Mobilizadores*, os quais unificam duas dimensões, a saber: o(s) *princípio(s)* guarda(m) em si a aposta e inspiração em um trabalho de começos (Kohan, 2019), isto é, mesmo não sendo possível antecipar o “amanhã”, é possível construí-lo hoje, inadiável e esperançosamente, iniciando práticas concretas de transformação; por outro, “molhados” pela crença freireana de que a história é um processo dinâmico - sendo feita e refeita por homens, mulheres e crianças, bem como fazendo-lhes e refazendo-lhes dialeticamente -, não poderíamos entender aqueles princípios como processos estanques, estáticos, imóveis, pelo contrário, acreditamos que é necessário alimentá-los de vida, movimentá-los como processos inacabados, *mobilizá-los* como princípios que só têm sentido quando inseridos e confrontados com as dimensões histórica, política, social e cultural que emergem no cotidiano da vida humana, no caso da presente pesquisa, na vida que pulsa no cotidiano das escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Atuação Crítica; Escola Pública; Paulo Freire; Psicologia Escolar/Educacional.

Referências

- Andrada, P. C.; Dugnani, L. A. C.; Petroni, A. P., & Souza, V. L. T. (2019) Atuação de Psicólogos(os) na Escola: Enfrentando Desafios na Proposição de Práticas Críticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 39 (), 1-16. doi:10.1590/1982-3703003187342
- Brasil, R. T. (2012). Psicologia escolar: o desafio da crítica em tempos de cinismo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16, 219-227. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000200004>
- Freire, P. (2021). *Pedagogia do Oprimido* (80a ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freire, P. (2007). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido* (14a ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freire, P., & Faundez, A. (2011). *Por uma pedagogia da pergunta* (7a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2008) *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2010) *Como elaborar projetos de pesquisa* (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Guzzo, R. S. L., & Ribeiro, F. M. (2019). Psicologia na escola: construção de um horizonte libertador para o desenvolvimento de crianças e jovens. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 298-312.
- Kohan, W. O. (2019). *Paulo Freire, mais do que nunca*. Belo Horizonte: Vestígio.
- Kosik, K. (2002). *Dialética do concreto*(2a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Meira, M. E. M. (2012). A crítica da Psicologia e a Tarefa da Crítica na Psicologia. *Psicologia Política*, 12(23), 13-26.
- Montero, M. (2010) Crítica, autocrítica y construcción de teoría en la psicología social latino-americana. *Revista colombiana de psicología*, 19 (2) 177-191 Recuperado http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-54692010000200003&script=sci_abstract&tlng=es

- Moreira, A. P. G., & Guzzo, R. S. L. (2016) Situação-limite e potência de ação: Atuação preventiva crítica em psicologia escolar. *Estudos de Psicologia*, 21 (2), 204-215. doi:10.5935/1678-4669.20160020
- Patto, M. H. S. (1987). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: TA Queiroz.
- Patto, M. H. S. (2015). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. (4a ed.). São Paulo: Intermeios.
- Paulo Netto, J. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: expressão popular.
- Richter, L. M. (2012) Clássico Marxista: “Dialética do concreto”. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 1 (1), 236-248. Recuperado <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/17383>
- Souza, M. P. R. (2009) Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13 (1), 179-182. doi: [10.1590/S1413-85572009000100021](https://doi.org/10.1590/S1413-85572009000100021)
- Souza, M. P. R. *et al.* (2014) Atuação do psicólogo na educação: análise de publicações científicas brasileiras. *Psicologia da Educação*. (38), 123-138. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/22808>
- Souza, M. P. R. (2018). A perspectiva crítica em Psicologia Escolar e possíveis aproximações com a Psicologia Histórico-Cultural. Em G. A. Beatón, M. P. R. Souza, S. M. S. Barroco e T. S. Brasileiro. (Orgs.). *Psicologia Histórico-Cultural: interfaces Brasil-Cuba* (Vol. 2, pp. 19-35). Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá – EDUEM.
- Viégas, L. D. S., Harayama, R. M., & Souza, M. P. R. D. (2015). Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, 2683-2692. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.08732015>

Um com todos e todos com um: conhecendo a experiência de aprendizagem das equipes de trabalho nas UBS de Parnaíba-PI

Mestrando: Wesley Rodrigues da Costa

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Pereira Belo

Leitor externo: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel

Leitora interna: Profa. Dra. Sandra Elisa de Assis Freire

RESUMO

Introdução: A presente pesquisa parte da concepção de que o trabalho é um construto dinâmico, que sofre transformações ao longo do tempo. Atualmente as organizações têm utilizado o seu quadro de colaboradores como talentos para manter-se competitivas no mercado e o trabalho em equipes, neste contexto, constitui uma estratégia para obtenção de metas e compartilhamento de conhecimentos multidisciplinares. Atrelado a isso, nota-se a pertinência com que se faz necessária a aprendizagem tanto formal quanto informal como recurso utilizado pelo trabalhador para a ampliação de conhecimentos e capacidades de se adequar às experiências do mercado de trabalho. A partir desta realidade, ancora-se na seguinte pergunta: “Como os profissionais das

Unidades Básicas de Saúde – UBS's vivenciam a experiência de aprendizagem no trabalho no exercício de suas atividades profissionais exercidas em equipe de trabalho?”. Justifica-se a realização deste estudo, visto que se faz pertinente conhecer de que forma os membros das equipes de trabalho aprendem e aplicam o aprendizado no exercício do seu trabalho. Em relação à categoria ocupacional que se pretende estudar, qual seja, os profissionais da saúde no âmbito da atenção primária – a pertinência partiu da observação de que, são estes profissionais os responsáveis por promover o primeiro contato do usuário com os serviços de saúde e, além disso, constituem a categoria de profissionais responsáveis por atender a maioria das demandas existentes nas Unidades Básicas de Saúde, visto que encaminham para os grupos de média e alta complexidade apenas aqueles casos realmente necessários. Vale pontuar que, processos de aprendizagem estão imbricados na execução do trabalho destas equipes. Ter um conhecimento sobre a experiência de aprendizagem permite aos órgãos gestores da saúde pública o desenvolvimento de estratégias (ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação – TD&E, por exemplo) para melhorar o processo de cuidado e conseqüentemente o serviço ofertado; subsidiar financiamentos de formações para as equipes; além de melhorar-intervir no que não está sendo efetivo no funcionamento das equipes.

Fundamentação teórica: O trabalho é compreendido como uma cognição social, um construto dinâmico e processual no qual estão envolvidos aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais (Bendassolli & Guedes, 2014). Atualmente, o mundo das organizações configura-se como um ambiente no qual se observa acirrada competitividade em face das constantes mudanças que afetam as relações dos indivíduos com o trabalho (Wegner, Godoy, Godoy, Bueno e Pereira, 2018), o que faz com que diante das transformações nos sistemas sociais, as organizações tenham buscado novas estratégias em modelos de gestão, haja vista o diferencial competitivo ter relação não apenas com o desempenho dos colaboradores, mas também com a capacidade interna de cada organização (Pimenta e Rocha, 2011). As organizações necessitam dos talentos que têm para enfrentar um ambiente competitivo, desta forma, o trabalho na modalidade de equipes apresenta-se como mecanismo para compartilhar conhecimentos multidisciplinares (Travelin, Belhot e Colenci Junior, 2005), já que as equipes constituem um grupo de indivíduos que realizam tarefas com o intuito de atingir um objetivo em comum (Wegner, Godoy, Godoy, Bueno e Pereira, 2018). Rieck e Marques (2015) pontuam que a rapidez com que os acontecimentos e as informações perduram, constituem fator acelerado das relações com o mercado e

impulsionam a ânsia das pessoas em ascenderem em suas carreiras, contribuindo para a busca pelo desenvolvimento de novas necessidades e aspirações na profissão. Deste modo, a aprendizagem organizacional pode ser compreendida como um processo em que pode ocorrer uma reestruturação dos trabalhadores e das organizações por meio da ampliação de conhecimentos e capacidades de se adequar às exigências do mercado de trabalho (Rocha e Vieira, 2016). Abdad e Borges-Andrade (2014) pontuam três grandes abordagens na Psicologia aplicadas no âmbito das organizações de trabalho: a abordagem comportamentalista, a cognitiva e a construtivista. No contexto da aprendizagem organizacional, a abordagem construtivista tem sido bastante utilizada atualmente para o desenvolvimento de treinamentos nas organizações, como base na formulação de modelos teóricos que expliquem a aprendizagem informal no trabalho. Destaca-se dessa forma a complexidade que envolve o processo de aprendizagem em equipes, que por sua vez compreende um fenômeno social que se desenvolve e muda ao longo do tempo (Lehmann-Willenbrock, 2017). Para que ocorra a aprendizagem na equipe, se faz pertinente que os membros concordem entre si, chegando a uma concepção sobre o problema ou tarefa (Barouh e Puente Palácios, 2015). A compreensão acerca do processo de aprendizagem em equipes de trabalho, portanto, é importante por permitir o conhecimento de abordagens inovadoras para lidar com problemas na execução das tarefas e aprimoramento dos procedimentos, possibilitando respostas às transformações organizacionais (Santos e Franco, 2011). No bojo desta discussão é pertinente ressaltar o quanto tais construtos são necessários para o desenvolvimento e manutenção das atividades realizadas pelos profissionais do serviço público de saúde. Escalda e Parreira (2018) pontuam que esses profissionais executam o cuidado em saúde na comunidade em uma lógica de trabalho em equipe, de modo que existem dimensões do trabalho interprofissional e práticas colaborativas desenvolvidas pelas equipes a exemplo de: 1) encontros e interação na equipe; 2) práticas colaborativas e trabalho interprofissional; 3) novas configurações do processo de trabalho; 4) atenção centrada no paciente. Tais elementos sinalizam para as convergências das ações realizadas nas UBS's com o que a teoria aponta acerca das equipes de trabalho. Nesta perspectiva, Santos e Franco (2011) citam que no âmbito das equipes de trabalho a aprendizagem organizacional pode acontecer de forma rápida e que o desenvolvimento das funções laborais no contexto de equipes de trabalho pode facilitar o processo de aprendizagem organizacional assim como a ausência do trabalho em contexto de equipes pode ser prejudicial aos processos de trabalho como tomada de

decisão, solução de problemas e implementação de ações. **Objetivo:** Investigar a experiência de aprendizagem dos profissionais em equipes de trabalho no exercício de suas atividades profissionais nas UBS's de Parnaíba-PI. **Método:** O presente estudo será de matriz qualitativa exploratória e descritiva, que de acordo com Gil (2008) tem por finalidade em seu aspecto exploratório, esclarecer e desenvolver conceitos, possibilitando que haja o desenvolvimento de uma aproximação e uma visão ampliada acerca do fenômeno estudado, para que se faça possível descrever características do fenômeno e da população estudada. **Participantes:** Estima-se que o presente estudo seja realizado com três equipes – em três UBS's distintas, alcançando-se assim por volta de 20 participantes. Neste sentido, a literatura aponta como limite entre 15 e 25 entrevistas individuais, por considerar que um número superior a este pode acarretar saturação das informações, ou seja, podem não ser alcançados aspectos novos ao corpus de análise (Bauer e Aarts, 2008). Por esses termos, estima-se entrevistar a maior quantidade possível de membros pertencentes a uma mesma equipe lotados em UBS's em Parnaíba-PI, o que dificulta, previamente, determinar a quantidade de UBS's que serão necessárias para ser visitadas, visto que será necessário contar com o aceite dos trabalhadores em questão. A escolha dos participantes levará em conta o critério de inclusão de ser profissional inserido em uma equipe de trabalho UBS em Parnaíba – PI; têm-se por critério de exclusão os profissionais que estejam em licença, em férias ou que não concordem em participar. **Instrumento:** Como técnica de coleta de dados será utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada e questionário sociodemográfico a fim de que se conheça o perfil dos participantes. A entrevista semiestruturada representa um dos principais instrumentos para coleta de dados por possibilitar que informações, a partir de perspectivas diferentes, emergam a respeito do fenômeno que está sendo observado e do contexto no qual ocorre, possibilitando uma melhor compreensão e integralização dos dados à medida em que as informações são integralizadas na análise. Nesse sentido, a entrevista é entendida como um espaço de diálogo a respeito de um tema específico (Moré, 2015). **Procedimento:** As entrevistas serão realizadas nos locais de trabalhos dos referidos participantes. Independente da situação, durante a abordagem será perguntado a cada pessoa se poderá participar de uma pesquisa realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, e, caso aceite, o respondente terá acesso a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no qual ele poderá assinar se estiver de acordo. Será solicitada a permissão para que a entrevista seja gravada, e, caso o

participante concorde, será gravado apenas o áudio. A presente pesquisa será realizada mediante solicitação de anuência da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Parnaíba e parecer de aprovação ao projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa. O estudo seguirá as normas e procedimentos éticos conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. O estudo apresentará riscos mínimos psicológicos aos participantes, podendo ocasionar algum desconforto em decorrência da temática abordada. Todos os dados serão mantidos sob sigilo, salvaguardando a identidade de cada respondente e sua livre decisão de desistência da pesquisa a qualquer momento, caso necessite. **Análise dos dados:** A análise dos dados será feita por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) que consiste em um conjunto de técnicas utilizadas para analisar as comunicações e aponta algumas etapas de análise – pré-análise, referente ao primeiro contato com o material a ser estudado, sendo este organizado para as etapas seguintes; codificação, que consiste na etapa em que é realizado o tratamento dos dados consistindo na escolha de unidades de registro e de contexto; categorização, etapa em que são classificados e agregados os elementos que compõem um conjunto, levando em conta as características em comum, de modo a favorecer a etapa de inferência, que por sua vez esclarecem as causas das mensagens. **Encaminhamento para os resultados:** Espera-se que os resultados encontrados possam elucidar questões referentes à forma como as pessoas que estão ativas no mercado de trabalho e os aspectos que caracterizam a experiência de aprendizagem na realidade local. Além disso, espera-se que a presente pesquisa permita compreender os elementos da *aprendizagem organizacional em equipes de trabalho*.

Palavras-chave:

Aprendizagem Organizacional, Equipes de Trabalho, Profissionais da Saúde

Referências

- Abbad, G. S., & Borges-Andrade, J. E. (2014). Aprendizagem humana em organizações de trabalho. In: Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (Org.), *Psicologia, Organizações e trabalho no Brasil*. 2. Ed. Artmed.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barouh, R. T. D. J., & Puente-Palacios, K. (2015). Aprendizagem de equipe: manifestação no nível meso e escala de medida. *Avaliação Psicológica*, v. 14, n. 3.

- Bauer, M., & Aarts, B. (2008). A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: Bauer, M., & Gaskell, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. Ed. Vozes.
- Bendassolli, P., & Guedes, S. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: discutindo a tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances em psicologia Latino americana*, v. 32, n. 1.
- Escalda, P., & Parreira, C. M. D. S. F. (2018). Dimensões do trabalho interprofissional e práticas colaborativas desenvolvidas em uma unidade básica de saúde, por equipe de Saúde da Família. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.
- Lehmann-Willenbrock, N. (2017). Team learning: New insights through a temporal lens. *Small Group Research*, v. 48, n. 2.
- Moré, C. (2015). A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. *CIAIQ 2015*, v. 3.
- Pimenta, B., & Rocha, M. H. P. (2011). Gestão de pessoas – uma proposta de mudança competitiva para as organizações. *VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão 12 e 13 de agosto*.
- Rieck, B. R., & Marques, C. B. (2015). As estratégias das organizações para o alcance da eficácia no desempenho de suas equipes de trabalho. *Revista de Administração Dom Alberto*, v. 2, n.2.
- Rocha, A. D. F. R., & Vieira, A. M. (2016). Aprendizagem organizacional e inovação de produtos: estudo em empresas de base tecnológica do vale da eletrônica (MG). *Caderno Profissional de Administração da UNIMEP*, v. 6, n. 1.
- Santos, J. N., & Franco, J. H. S. (2011). Uma possível relação entre trabalho em equipe e aprendizagem organizacional. *Revista de Administração FACES Journal*, v. 10, n. 4.
- Trevelin, A. T. C., Belhot, R. V., & Colenci Júnior, A. (2005). O trabalho em equipe como diferencial competitivo: formação de equipes e estilos de aprendizagem. *Revista Interface Tecnológica*, v. 2, n. 1.
- Wegner, R. S., Godoy, L. P., Godoy, T. P., Bueno, W. P., & Pereira, M. S. (2018). Trabalho em equipe sob a ótica da percepção dos gestores e funcionários de uma empresa de serviços. *Revista Pretexto*, v. 19, n. 1.

Segurança do Trabalho, Qualidade de Vida e Comportamentos Preventivos Relacionados a COVID-19

Mestranda: Ana Beatriz de Carvalho Souza

Orientador: Emerson Diógenes de Medeiros

Leitor externo: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel

Leitora interna: Prof.^a Dr.^a Raquel Pereira Belo

Introdução: Após mais de dois anos da Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado uma pandemia a nível global, a qual assolou todo o mundo, o Brasil enfrentou três grandes ondas de infecção pelo vírus, em todas com alta taxa de letalidade chegando a ter mais de quatro mil mortes diárias. Este cenário causou afetação no sistema de saúde e, ainda, por mais que em 2022 o cenário encontra-se positivamente evoluído, com grande parte da população vacinada e quase todas as atividades sociais retornando ao presencial, a recomendação é que se deve continuar

lançando mãos de comportamentos preventivos orientados pela OMS e autoridades sanitárias locais. A pandemia da COVID-19 representa um dos mais graves problemas sanitários em escala mundial no século XXI. Enfatiza-se que todo o cenário real que caracteriza a crise pandêmica, refletiu em impactos emocionais, provocando implicações mentais e comportamentais que influenciam a qualidade de vida da população geral e, em especial, de trabalhadores. O impacto causado pela pandemia da COVID-19 está presente em muitos sentidos e áreas de vivências. Fatos que foram impactantes não somente na saúde física, mas em toda a qualidade de vida da pessoa, no que se refere a percepção frente à sua satisfação pessoal associada aos aspectos de crença, bem-estar e realização pessoal, saúde, relacionamentos interpessoais, lazer e condições sociais. **Fundamentação teórica:** Com o retorno das atividades laborais presenciais, mesmo com flexibilizações de medidas e doses de vacinas aplicadas, tornou-se cada vez mais indispensável a percepção de clima de segurança, definido como a percepção individual e a partilha dessa percepção entre os colaboradores de uma organização, para o seu bom funcionamento e bem-estar dos colaboradores e rotina normal da população geral. Essas percepções compartilhadas influenciam inúmeros fatores, incluindo a tomada de decisões de gestão, normas e expectativas de segurança organizacional, que conseqüentemente também influencia diretamente no comportamento do colaborador. Então, a relação do impacto da qualidade de vida nos comportamentos seguros, incluindo de prevenção de infecção, parece clara: quanto mais o colaborador sente que algum aspecto de sua vida pode estar ameaçado, mais segurança ele buscará. Para tanto, o clima de segurança é crucial para garantir um ambiente seguro, com comportamentos saudáveis, incluindo preventivos contra infecções como a COVID-19, conseqüentemente com o menor índice de acidentes ou doenças que possam ser geradas no contexto laboral. Por isso, questiona-se na presente dissertação qual a relação entre o impacto na qualidade de vida, clima de segurança do trabalho e o comportamento preventivo na pandemia da COVID-19? **Objetivos:** Para tanto, a pesquisa tem como principal objetivo verificar a influência da percepção de segurança do trabalho e impacto na qualidade de vida nos comportamentos preventivos relacionados a COVID-19. Especificamente, propõe-se reunir evidências psicométricas de escalas que mensurem o impacto da pandemia na qualidade de vida, clima de segurança no trabalho e comportamentos preventivos na COVID-19; identificar a relação entre o impacto na qualidade de vida durante a COVID-19 e comportamentos preventivos na população geral, além de verificar a relação entre o impacto da COVID-

19 na qualidade de vida, clima de segurança e comportamentos preventivos, em trabalhadores inseridos regularmente no mercado de trabalho. A fim de alcançar os objetivos, foram realizados dois artigos empíricos. **Métodos artigo 1, estudo 1:** O artigo 1, de título “Impacto na qualidade e comportamento preventivo: evidências psicométricas de medidas” foi dividido em dois estudos, o primeiro contou com 203 participantes oriundos de cidades nordestinas ($M_{idade} = 26,98$; $DP = 10,51$), variando de 18 até 74 anos. A maioria foi do sexo feminino (67%), solteiros (80,3%), heterossexuais (70%), com ensino superior incompleto (41,4%), os quais responderam a Escala de Impacto da COVID-19 na Qualidade de Vida (COV19-QoL), a Escala do Comportamento Preventivo de infecção por COVID-19 (ECPI19) e questionário sociodemográfico. **Resultados artigo 1, estudo 1:** Por meio de análises fatoriais exploratórias robustas reuniram evidências de validade interna das escalas COV19-QoL e ECPI19, ambas resultaram em um único fator com valor próprio > 1 [COV19-QoL (3,57) e ECPI19 (2,63)] que explicam 59% e 53% da variância total, respectivamente. Utilizou-se, também, parâmetros individuais dos itens, via TRI, atestando poder de discriminação, dificuldade e quantidade de informação adequadas. Com cargas fatoriais e índices de consistência internas (alfa de *Cronbach* e $\hat{\Omega}$ de McDonald) igualmente satisfatórios. **Método artigo 1, estudo 2:** No segundo estudo, estes modelos foram testados em amostra independente, composta por 233 participantes oriundos de cidades nordestinas ($M_{idade} = 26,88$; $DP = 9,87$), variando de 18 até 74 anos. A maioria foi do sexo feminino (62,2%), solteiros (72,1%), heterossexuais (70,8%), com ensino superior incompleto (41,2%). Os quais responderam aos mesmos instrumentos do primeiro estudo. **Resultados artigo 1, estudo 2:** Por meio de análises fatoriais confirmatórias categórica WLSMV foi possível avaliar o bom ajuste dos modelos unifatoriais da COV19-QoL (CFI = 0,99, TLI = 0,99, RMSEA = 0,02 (IC 90% = 0,00-0,08) e $P_{close} = 0,74$) e ECPI19 (CFI = 0,98, TLI = 0,96, RMSEA = 0,09 (IC 90% = 0,00-4,0,14) e $P_{close} = 0,06$), que apresentam boas evidências de consistência internas (alfa de *Cronbach* e $\hat{\Omega}$ de McDonald). **Método artigo 2:** O segundo artigo, intitulado “Comportamento Preventivo, Impacto na Qualidade de Vida e Clima de Segurança: um modelo preditivo”, contou-se com uma amostra composta por 376 participantes oriundos de cidades nordestinas ($M_{idade} = 27,19$ anos; $DP = 9,96$), variando de 18 até 74 anos. A maioria foi do sexo feminino (64,1%), solteiros (75,3%), heterossexuais (73,7%), com ensino superior incompleto (40,2%). Quanto ao contexto da pandemia, 88,8% afirmaram não fazer parte da linha de frente. Responderam aos mesmos

instrumentos do artigo 1, acrescidos da Escala Curta de Clima de Segurança (ECS).

Resultados artigo 2: Em um primeiro momento, com análise fatorial exploratória robusta reuniu-se evidências de validade interna da ECS, que resultou em um único fator, com valor próprio > 1 [EC (4,24)] que explicou 71% da variância total, parâmetros individuais dos itens, via TRI, atestarem poder de discriminação, dificuldade e quantidade de informação adequadas. Com cargas fatoriais e índices de consistência internas (alfa de *Cronbach* e $\hat{\Omega}$ de McDonald) igualmente aceitáveis. Na sequência, correlações r de Pearson, seguidas de regressão múltipla hierárquica foram realizadas a fim de testar um modelo explicativo de comportamentos preventivos da COVID-19, no contexto laboral. Os resultados sugerem que, impacto na qualidade de vida explica de maneira positiva o comportamento preventivo, ou seja, quanto mais os trabalhadores percebem uma ameaça a sua saúde (física, psicológica ou social), mais comportamentos preventivos buscam ter. Para além disso, após inserir clima de segurança no modelo, este permaneceu estatisticamente significativo [$F(2;373) = 20,42$; $p < 0,001$; $R^2 = 10\%$], explicando na mesma direção, sugerindo que quanto mais os profissionais se percebem seguros no ambiente de trabalho, com uma percepção individual de equipamentos, comunicação e gestão, para além de uma afetação na sua qualidade de vida, mais comportamentos preventivos irão adotar.

Discussões, em andamento: Até o presente momento, ressalta-se que a presente pesquisa apresenta contribuição importante para o estudo das temáticas, com evidências animadoras de três instrumentos que tiveram asseguradas as suas qualidades métricas. Com a discussão geral em andamento, projeta-se contribuições alinhar as contribuições empíricas com práticas, sugerindo alinhar esforços para combater as dificuldades enfrentadas dos profissionais responsáveis e das pessoas no cotidiano durante o desenvolvimento de suas atividades. Paralelamente, visa-se minimizar o medo de algo novo, do desconhecido, da incerteza de protocolos de avaliação e intervenção, com rastreio e possibilidades de ajuda para manter um saudável status. Com informações relevantes, científicas que procurem meios de avaliação para entender as repercussões psicológicas da pandemia, as emoções e fatores de proteção envolvidos. Reveladores do papel de construtos psicológicos (clima de segurança no trabalho, impacto na qualidade de vida e comportamentos preventivos) em comportamentos disfuncionais, visando sempre a promoção de saúde mental.

Palavras-Chave: COVID-19; Qualidade de vida; Clima de Segurança; Comportamento Preventivo; Teste Psicológicos

Referências:

- Chang, K. C., Hou, W.L., Pakpour, A. H., Griffiths, M. D. (2020). Psychometric Testing of Three COVID-19-Related Scales Among People with Mental Illness. *Int J Ment Health Addiction*. <https://doi.org/10.1007/s11469-020-00361-6>
- D. DeJoy, L.R. Murphy, R. Gershon **Safety climate in health care settings**. (1995). In A. C., Bittner, P. C., Champey. *Advances in Industrial Ergonomics and Safety VII*, Taylor and Francis Ltd., London.
- Hahn, S.E & Murphy, L. R. (2008). A short scale for measuring safety climate. *Safety Science*; 46(7):1047-1066. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ssci.2007.06.002>
- Leme, V. (2020). *Ministério Público do Trabalho analisa morte de doméstica no RJ após patroa ter coronavírus*. BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51982465>;
- Matta, G.C., Rego, S., Souto, E.P., and Segata, J., eds. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19. series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320>.
- Ornell, F., Schuch, J. B., Sordi, A. O., & Kessler, F. H. P. (2020). “Pandemic fear” and COVID-19: Mental health burden and strategies. *Brazilian Journal of Psychiatry*. Recuperado em março 09 jun, 2021, de <https://www.rbppsiatry.org.br/details/943/en-US/-pandemic-fear--and-covid-19--mental-health-burden-and-strategies>
- Repisti, S., Jovanovic, N., Kuzman, M. R.,..., Russo, M. (2020). How to measure the impact of the COVID-19 pandemic on quality of life: COV19-QoL –the

development, reliability and validity of a new scale. *GLOBAL PSYCHIATRY*, 3(2), 201-210. doi: 10.2478/gp-2020-0016

World Health Organization (WHO). Mental Health and substance use Situation Report. Genebra: WHO; 2022.

Zohar, D. (1980). Safety climate in industrial organizations: theoretical and applied implications. *Journal of Applied Psychology*, 65, 96-102.

RUMINAÇÃO E PERCEPÇÃO DE RISCO DA COVID 19 E SEUS CORRELATOS: ADAPTAÇÃO E VALIDAÇÃO PARA O CONTEXTO BRASILEIRO

Discente: Cleiton Uchôa de Melo

Orientador: Prof. Dr. Emerson Diógenes de Medeiros

Leitor externo: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel

Leitora Interna: Profa. Dra. Ana Raquel de Oliveira

Introdução. Tendo em vista a gravidade da pandemia de COVID-19 e o desconhecimento dos seus efeitos a longo prazo, este estudo pretendeu adaptar dois

instrumentos que avaliam a ruminação e percepção de risco específicos da COVID-19. A literatura aponta que a exposição a eventos estressantes está associada longitudinalmente ao aumento do envolvimento na ruminação e que, neste contexto, uma maior percepção de risco está relacionada a níveis mais altos de estados emocionais específicos (como medo e ansiedade) e sofrimento psíquico. Deste modo, espera-se preencher uma lacuna percebida no cenário nacional referente a estas temáticas, oferecendo instrumentos que permitam avaliar os construtos de forma rápida e precisa, além de ajudar na compreensão de seus correlatos. **Fundamentação Teórica.** O fenômeno da ruminação é caracterizado como uma série de pensamentos repetitivos, persistentes e focados em eventos ou sentimentos negativos, desagradáveis ou ameaçadores ao sujeito, bem como, nas causas ou consequências destes. A ruminação pode ainda ser classificada em dois tipos, positiva ou negativa, a depender dos seus efeitos nas emoções e nos sintomas psicopatológicos, do contexto intrapessoal e situacional em que ocorre, do foco do conteúdo ruminativo e da sua duração. Além disso, é considerada uma vulnerabilidade cognitiva para vários distúrbios de ansiedade, humor e alimentação e, implicada no processo de rememoração de experiências, pode ter efeitos intensificadores negativos no humor. Dentro do contexto pandêmico atual, a ruminação está relacionada à exaustão, pior qualidade do sono e diminuição do rigor para o trabalho, estando positivamente correlacionada a maiores índices de sintomas depressivos. Já a percepção de risco é definida como a avaliação psicológica individual calculada através de uma consideração da gravidade e probabilidade de um determinado evento adverso ocorrer. Esta percepção reflete as avaliações intuitivas dos sujeitos sobre vários perigos aos quais eles estão ou podem estar expostos e é o que permite aos indivíduos tomar consciência de eventos externos, inclusive os fatores e índices de risco. Em epidemias passadas, as percepções de ameaça ou risco para si mesmo se mostraram um forte motivador na decisão de tomar ações relacionadas à saúde e proteção pessoal ou mesmo comportamentos potencialmente prejudiciais, à exemplada automedicação. Dito isso, apesar de o estresse e a preocupação serem respostas comuns em situações ameaçadoras, marcadas pela incerteza ou cuja resolução se encontre além do controle individual, estudos mostram que o foco da atenção na pandemia de COVID-19 impactou significativamente as emoções dos participantes com o aumento de emoções negativas e a diminuição de positivas, mesmo em indivíduos saudáveis e em isolamento doméstico. **Objetivos.** Este estudo teve como objetivo adaptar as medidas *COVID-19 Rumination Scale (C-19RS)* e a *COVID-19 Perceived Risk Scale (CPRS)*,

buscando averiguar evidências de validade e de precisão das medidas. E como objetivos específicos: (1) adaptar as medidas C-19RS e CPRS para o contexto brasileiro, (2) reunir evidências de validade interna e precisão dos instrumentos, além de (3) verificar evidências de validade convergente para medidas externas. **Método.** Inicialmente, as medidas foram traduzidas e adaptadas para o contexto brasileiro por meio do método de tradução reversa (*back-translation*). Logo após, o projeto foi submetido à Plataforma Brasil e, em seguida, ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, seguindo as normas e as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, referentes a realização de pesquisas com seres humanos, recebendo parecer favorável (Número do parecer: 5.158.825 / CAAE: 53971121.1.0000.0192). A coleta dos dados ocorreu no formato eletrônico, sendo disponibilizado aos participantes um *link* em redes sociais e aplicativos de mensagens e e-mails, tendo-se em conta a técnica de bola de neve. A coleta de dados aconteceu entre os meses de dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, época em que se encerrava a segunda onda de transmissão da COVID-19 e despontava uma nova onda com a variante Ômicron, coincidindo com as festas de final de ano e uma maior flexibilização das medidas de segurança sanitárias impostas anteriormente. Os participantes que aceitaram contribuir com a pesquisa, iniciaram os procedimentos de coleta de dados mediante o consentimento voluntário, através do TCLE), no qual é assegurado o caráter anônimo e confidencial das respostas. Para alcançar os objetivos propostos, estimou-se a realização de dois estudos independentes. No Estudo 1, a ênfase é psicométrica, tendo como objetivo a verificação de evidências de validade e precisão das medidas C-19RS e CPRS). O Estudo 2 objetivou investigar evidências mais robustas da estrutura fatorial das medidas C-19RS e CPRS no contexto brasileiro, com o intento de comprovar sua dimensionalidade e reunir evidências de validade complementares. No Estudo 1, com o SPSS, versão 28, foram realizadas estatísticas descritivas para caracterizar a amostra. Com o software Factor (12.01.04) foram realizadas Análises Fatoriais Exploratórias (AFEs) robustas, com 500 re-amostragens de bootstrap (bias-corrected and accelerated), com o objetivo de avaliar a dimensionalidade das escalas. As análises foram implementadas utilizando uma matriz de correlações policóricas, extração Minimum Rank Factor Analysis (MRFA), e quando necessário, rotação Robust Promin. Além disso, verificou-se evidências de precisão através da consistência interna pelos coeficientes alfa de Cronbach (α) e pelo ômega (ω) de McDonald. Na oportunidade, os participantes responderam as duas escalas, além de um Questionário Sociodemográfico.

No Estudo 2 os dados foram tabulados e analisados através do software JASP versão 0.16.03.0, onde foram calculadas estatísticas descritivas e correlações de Pearson. Além disso, foram realizadas Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC) robustas, com estimador DWLS e tendo em conta as matrizes de correlações policóricas, para as medidas utilizadas no Estudo 1. Os seguintes indicadores de ajustes foram tidos em conta: (1) CFI e (2) TLI admitindo-se, em ambos, valores a partir de 0,90, como referências de um modelo ajustado e (3) RMSEA e seu intervalo de confiança (IC90%), com valores inferiores a 0,06 indicando ajuste satisfatório, admitindo-se até 0,10. Finalmente, visando reunir evidências de precisão das escalas, calculou-se o ômega de McDonald. Ademais, o software também foi utilizado para calcular as correlações de *Pearson*, a fim de conhecer as relações entre as medidas, que possibilitaram reunir evidências de validade convergente, além de testes-t de *Student* para medidas independentes, a fim de identificar a influência de algumas variáveis sociodemográficas (sexo, diagnóstico prévio de COVID-19 etc) na ruminação e percepção de risco sobre o coronavírus. Na oportunidade, foram aplicadas além das medidas anteriores, as Escalas de Medo e de Ansiedade ao Coronavírus, a Escala de Comportamentos Preventivos a COVID-19 e a Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS- 21) e um questionário sociodemográfico. **Resultados.** No Estudo 1, participaram 233 pessoas da população geral de vários estados brasileiros, recrutados de forma não probabilística (acidental). Estes possuíam idades variando de 18 a 74 anos ($M=26.88$; $DP= 9.88$), sendo em sua maioria do Estado do Piauí (63.9%), do sexo feminino (62.2%), solteiros (72%), com ensino superior incompleto (41%). Os resultados da AFE robusta indicaram a extração de um único fator, compostos por 6 itens e índices de consistência interna ($\alpha = 0,855$; $\omega= 0,862$) igualmente favoráveis. Todos os itens saturaram com cargas fatoriais superiores a 0,74, variando de 0,742 a 0,891, o que sugere que cada item contribui substancialmente para o fator. Na CPRS, os itens mantiveram a configuração estrutural bifatorial encontrada no estudo original, com cargas fatoriais variando de 0,579 a 0,924 no fator Dimensão Cognitiva, enquanto variaram de 0,852 a 0,872 no fator Dimensão Emocional. Por fim, os índices de consistência interna ($\alpha = 0,745$ e $0,862$; $\omega= 0,749$ e $0,863$) indicaram bons parâmetros para os fatores Cognitivo e Emocional, respectivamente. Participaram no Estudo 2, 203 pessoas da população geral de vários estados brasileiros, recrutados de forma não probabilística (acidental). Estes possuíam idades variando de 18 a 74 anos ($M=26,98$; $DP= 10,51$), sendo em sua maioria do Estado do Piauí (63.1%), do sexo feminino (67%), solteiros (80,3%) e com

ensino superior incompleto (41,4%). Para testar a estrutura unifatorial da C-19RS evidenciada no Estudo 1, foi rodada AFC robusta, com estimador DWLS. Os resultados indicaram bom ajuste para o modelo testado, com índices CFI= 0,987; TLI= 0,978; RMSEA= 0,032 (IC90%= 0,012 – 0,056) considerados adequados. Os indicadores de consistência interna sugerem adequadas evidências de fidedignidade ($\omega=0,851$, IC95% [0,819 – 0,882] e $\alpha = 0,84$, IC95% [0,803 – 0,872]). As cargas fatoriais variaram de 0,652 a 0,847. No tocante a CPRS as evidências confirmaram a estrutura bifatorial, com modelo de medição hipotético fornecendo indicadores satisfatórios de ajuste de modelo de dados: CFI= 0,994; TLI= 0,991 e RMSEA= 0,076 (IC90%= 0,044 – 0,100). As cargas fatoriais variaram de 0,486 a 0,916 no fator Dimensão Cognitiva e 0,731 a 0,853 no fator Dimensão Emocional, sendo todas significativas e diferentes de zero ($\lambda \neq 0$; $t \geq 1,96$ e $p < 0,05$) em ambas as dimensões. O índice de consistência interna pode ser considerado satisfatório para ambos os fatores (Cognitivo, $\omega = 0,815$ e $\alpha = 0,800$; Emocional, $\omega = 0,833$ e $\alpha = 0,835$).

Palavras-Chave: ruminação; percepção de risco; COVID-19; validade; precisão.

REFERÊNCIAS

- Ahorsu, D. K., Lin, C., Imani, V., Saffari, M., Griffiths, M., & Pakpour, A. H. (2020). *The Fear of COVID-19 Scale: Development and Initial Validation*. International Journal of Mental Health and Addiction. <https://doi.org/10.1007/s11469-020-00270-8>
- Bakker, A. B., & van Wingerden, J. (2021). Rumination about COVID-19 and employee well-being: The role of playful work design. *Canadian Psychology/Psychologie canadienne*, 62(1), 73.
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012) *Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações*. Paidéia, 22(53), 423-432. doi: 10.1590/S0103-863X2012000300014
- Chang, K. C., Hou, W. L., Pakpour, A. H., Lin, C. Y., & Griffiths, M. D. (2020). *Psychometric testing of three COVID-19-related scales among people with mental illness*. International Journal of Mental Health and Addiction, 1-13.
- Cipolletta, S., Andregretti, G. R., & Mioni, G. (2022). Risk Perception towards COVID-19: A Systematic Review and Qualitative Synthesis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(8), 4649.

- Cohen, R. J., Swerdlik, M. E., & Sturman, E. D. (2014). *Testagem e Avaliação Psicológica: Introdução a Testes e Medidas*. (8^o ed) São Paulo: AMGH.
- Coronavírus Brasil (2021, 15 de maio). *Painel Coronavírus*. Recuperado de <https://covid.saude.gov.br/>
- Dancey, C., & Reidy, J. (2018). *Estatística Sem Matemática para Psicologia-7*. Penso Editora.
- Ferrando, P.J., & Lorenzo-Seva, U. (2017). Program FACTOR at 10: origins, development and future directions. *Psicothema*, 29(2), 236-241. doi: 10.7334/psicothema2016.304
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva U. (2018). Assessing the quality and appropriateness of factor solutions and factor score estimates in exploratory item factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, 78, 762-780. doi:10.1177/0013164417719308
- Ferrín, M. (2022). Reassessing Gender Differences in COVID-19 Risk Perception and Behavior. *Social Science Quarterly*, 103(1), 31-41.
- Lee, S. A. (2020). *Coronavirus Anxiety Scale: A brief mental health screener for COVID-19 related anxiety*. *Death Studies*, 44(7), 393–401. <https://doi.org/10.1080/07481187.2020.1748481>
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P.J. (2019b). Robust Promin: a method for diagonally weighted factor rotation. Technical report, URV. Tarragona, Spain.
- Lorenzo-Seva, U., Timmerman, M. E., & Kiers, H. A. L. (2011). *The Hull Method for Selecting the Number of Common Factors*. *Multivariate Behavioral Research*, 46(2), 340-364. doi:10.1080/00273171.2011.564527
- Lovibond, S.H. & Lovibond, P.F. (1995). *Manual for the Depression Anxiety & Stress Scales. (2nd Ed.)* Sydney: Psychology Foundation.
- McLaughlin, K. A., & Nolen-Hoeksema, S. (2011). *Rumination as a transdiagnostic factor in depression and anxiety*. *Behaviour research and therapy*, 49(3), 186-193.
- Medeiros, E. D., Reis, L. M., Guimarães, C. L. C., da Silva, P. G. N., Monteiro, R. P., de Holanda Coelho, G. L., ... & de França, L. L. A. (2021). *Psychometric properties of the Brazilian version of the fear of COVID-19 scale (FCV-19S)*. *Current Psychology*, 1-10.
- Nikolova, I., Caniëls, M. C., & Curseu, P. L. (2021). *COVID-19 Rumination Scale (C-19RS): Initial psychometric evidence in a sample of Dutch employees*. *The International Journal of Health Planning and Management*.

- Padovan-Neto, F. E., Lee, S. A., Guimarães, R. P., Godoy, L. D., Costa, H. B., Zerbini, F. L. S., & Fukusima, S. S. (2021). *Brazilian Adaptation of the Coronavirus Anxiety Scale: A Psychometric Investigation of a Measure of Coronaphobia*. OMEGA-Journal of Death and Dying, 0030222821991325.
- Ricarte, J. J., Ros, L., Latorre, J. M., & Barry, T. J. (2020). *Ruminative and mood associations for age differences in social and directive reasons to think and talk about life experiences*. Plos one, 15(7), e0235378
- Rodriguez-Besteiro, S., Tornero-Aguilera, J. F., Fernández-Lucas, J., & Clemente-Suárez, V. J. (2021). Gender differences in the COVID-19 pandemic risk perception, psychology, and behaviors of Spanish university students. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(8), 3908.
- Taber, K. S. (2018). The use of cronbach's alpha when developing and reporting Research Instruments in science education. *Research in Science Education*, 48, 1273-1296 <https://doi.org/10.1007/s11165-016-9602-2>
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2013). *Using multivariate statistics* (6th ed.) New Jersey: Pearson Education.
- Vignola, R. C. B., & Tucci, A. M. (2014). *Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese*. Journal of affective disorders, 155, 104-109.
- Ten Berge, J.M.F., & Kiers, H.A.L. (1991). *A numerical approach to the exact and the approximate minimum rank of a covariance matrix*. Psychometrika, 56, 309-315. doi:10.1007/bf02294464
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). *Dimensionality Assessment of Ordered Polytomous Items with Parallel Analysis*. Psychological Methods, 16, 209-220. doi:10.1037/a0023353
- Yıldırım, M., & Güler, A. (2022). Factor analysis of the COVID-19 Perceived Risk Scale: A preliminary study. *Death studies*, 46(5), 1065-1072.

EFEITOS DO *MINDFULNESS* NAS FUNÇÕES EXECUTIVAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DESENVOLVIMENTO TÍPICO.

Mestranda: Katrine Silva de Carvalho

Orientadora: Profa. Dr^a Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros

Leitor externo: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimental

Leitora interna: Prof.^a Dr.^a Ana Raquel de Oliveira

Introdução: De acordo com Stallard (2021) a Terapia Cognitivo – Comportamental é um termo utilizado para descrever um grupo de intervenções psicoterapêuticas focadas na relação entre processos cognitivos, emocionais e comportamentais. De acordo com Wright et al. (2008), o pressuposto básico da Terapia Cognitivo - Comportamental é de que os pensamentos têm uma influência controladora sobre as emoções e comportamentos, da mesma forma, os comportamentos podem afetar profundamente os padrões de pensamento e emoções. O grupo de intervenções em Terapia Cognitivo-

Comportamental evoluiu ao longo do tempo em três fases ou ondas, sendo a primeira onda a Terapia Comportamental, na qual era focada na relação entre comportamento e emoções; a segunda onda, a Terapia Cognitiva, esta expandiu a Terapia Comportamental, trazendo o foco nos significados e interpretações que são atribuídos aos eventos que ocorrem (Stallard, 2021); e a partir da década de 1990 surgem as TCCs pertencentes à terceira Onda que concentram-se em mudar a natureza de como as pessoas se relacionam com os pensamentos e emoções, em vez de tentar mudá-los (Stallard, 2021). As abordagens de terceira Onda são caracterizadas pelo uso integrado de técnicas de Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), a Terapia Focada na Compaixão (CFT), a Terapia Comportamental Dialética (DBT) e a Terapia Cognitiva Baseada em *Mindfulness* (MBCT) (Custodio, 2017; Stallard, 2021; Sousa, 2020). O *Mindfulness*, que será utilizado como intervenção no presente estudo, se refere a um modo específico de prestar atenção intencionalmente, no momento presente e sem julgamento, ou seja, é perceber o que está acontecendo e escolher a forma de responder às experiências, em vez de ser impelido pelas reações de costume (Consenza, 2021; Neufeld et al., 2021; Stallard, 2021). A Terapia Cognitiva baseada em *Mindfulness* (MBCT) desenvolve habilidades de *Mindfulness* e compaixão como pilares centrais, além de utilizar estratégias da Terapia Cognitiva, ajudando os indivíduos a identificarem que situações desafiadoras do seu dia são gatilhos para a ativação de pensamentos, emoções e reações fisiológicas indesejáveis (Friary, 2018; Souza, 2020). Através das estratégias da MBCT, as crianças são convidadas a aceitar a si e tudo que surja na sua vida com mais abertura e gentileza, e olhar os seus pensamentos sem julgá-los como verdade ou mentiras que precisam ser repelidas ou racionalizadas, assim abrem o caminho para que as mudanças possam acontecer de forma espontânea e natural (Friary, 2018). A prática de *Mindfulness* traz benefícios também para as crianças, uma vez que atende a uma grande necessidade de pais, filhos e escola ao encontrarem a calma física e mental diante de momentos desafiadores (Neufeld et al., 2021). Ao praticar o *Mindfulness* as crianças aprendem a responder ao mundo e aos seus próprios desejos com mais calma, com mais pausa, ajudando-as a sair do piloto automático, identificando melhor os seus impulsos e aprendendo a observar mais de perto as consequências de suas ações em si e nas pessoas à sua volta (Friary, 2018). Embora ainda haja muito a ser pesquisado, tem-se observado que a prática do *Mindfulness* pode provocar maior espessura cortical às regiões relacionadas às funções executivas, atenção e memória (Friary, 2018; Souza, 2020). Diante disso, estudos (Mak et al., 2018; Santonastaso et

al., 2020; Valero et al., 2021) sugerem que as intervenções baseadas em *Mindfulness* podem ser promissoras no desenvolvimento e aprimoramento das Funções Executivas de crianças com desenvolvimento típico ou atípico. Nesse contexto é importante salientar que, não existe uma definição unânime para as Funções Executivas, no entanto, de forma geral, podem ser entendidas com processos cognitivos que possibilitam o controle e a regulação do comportamento, objetivando alcançar fins específicos (Fonseca et al., 2020). Desta forma, os estudos sugerem, mesmo de maneira ainda preliminar que, as práticas baseadas em *Mindfulness* podem ser promissoras para o desenvolvimento e treinamento destas habilidades e o quanto antes forem ensinadas, melhor para o seu desenvolvimento (Friary, 2018). Diante dos aspectos teóricos descritos, surge o problema de pesquisa: A prática de *Mindfulness* melhora o desempenho das funções executivas de crianças e adolescentes? Para tentar responder a este problema a presente pesquisa é constituída de dois estudos. **Estudo 1. Eficácia de Intervenções baseadas em *Mindfulness* sobre as Funções Executivas de Crianças e Adolescentes: Uma Revisão Sistemática.** **Objetivo:** Realizar uma revisão sistemática sobre a eficácia da intervenção em *Mindfulness* nas Funções Executivas de crianças e adolescentes. **Método:** Trata-se de um estudo de revisão sistemática, buscando seguir as diretrizes da declaração Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analysis (PRISMA), com métodos rígidos de seleção e análise dos dados. Esta revisão partirá da seguinte pergunta de pesquisa “Qual a eficácia de programas de intervenção em *Mindfulness* nas funções executivas de crianças e adolescentes?”. **Amostra:** Para fazer parte desta revisão, as pesquisas devem cumprir critérios de elegibilidade, são eles: (1) estudos empíricos (ensaio-clínico, randomizados); (2) estudos com crianças e adolescentes, com desenvolvimento típico; (3) que investiguem funções executivas; (4) utilizem o *Mindfulness* como intervenção; (5) artigos publicados na íntegra a partir de 2017 até o ano de 2022. **Procedimento:** As buscas serão realizadas nas bases de dados: Web of Science, PsycNet, Scopus, CINAHL e Medline, utilizando os seguintes descritores: *Mindfulness*; Executive functions; Interventions; Adolescent; children e Randomized controlled trials, tanto de forma isolada como cruzados na combinação de palavras com os operadores booleanos AND e OR. **Análise dos dados:** Contará com a avaliação de dois pesquisadores, de forma cega. A avaliação iniciará pelos títulos e resumos dos estudos. A leitura completa do texto também será realizada pelos mesmos pesquisadores, que selecionarão os artigos que se encaixem nos critérios de inclusão e realizarão a extração dos dados necessários para análise desses estudos. **Estudo 2.**

Efeitos do *Mindfulness* nas Funções Executivas de Crianças e Adolescentes com desenvolvimento típico.**Objetivo:** Avaliar a eficácia de um programa de intervenção em *Mindfulness* sobre as Funções Executivas de crianças e adolescentes com desenvolvimento típico. **Método:** Trata-se de um estudo longitudinal, quantitativo, ensaio clínico, aleatório, duplo cego, placebo-controlado, de medidas repetidas, onde os participantes responderão a todos os instrumentos antes, após, e uma semana depois das intervenções (*follow-up*). **Amostra:** A amostra será não probabilística, com efeito, bola de neve. Espera-se contar com a participação de 52 crianças e adolescentes com desenvolvimento típico. Os critérios de Inclusão são: (1) ter idade entre 9 e 12 anos; (2) Ser autorizado pelo responsável para participar do estudo. Os critérios de exclusão são: (1) ser diagnosticado com algum transtorno psicológico; (2) Ser acompanhado por um Terapeuta Cognitivo-Comportamental; (3) praticar quaisquer tipos de meditação; (4) está tomando algum tipo de medicação. **Instrumentos:** Serão utilizados os seguintes instrumentos: (1) Entrevista de Triagem para verificar critérios de inclusão; (2) questionário sócio demográfico para coleta de informações sobre sexo, idade, escolaridade, classe social, atividades física, dentre outras; (3) Índice de Memória Operacional da Escala Wechsler de Inteligência para crianças – WISC-IV(Wechsler, 2013); Teste dos cinco dígitos–FDT (Malloy-Diniz, 2015): objetivo medir a velocidade de processamento, a atenção e as FE (controle inibitório e flexibilidade cognitiva); (4) Teste de classificação de cartas Wisconsin –WCST (Curtis, 2019): padrão ouro na avaliação das FE avalia o raciocínio abstrato e capacidade de resolução de problemas. **Procedimentos:** O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR). Após a aprovação, será realizada divulgação e convite para participação na pesquisa, através de folders distribuídos em espaços públicos frequentados por crianças (por ex. praças, parques, shopping), e em redes sociais. Com os interessados que entrarem em contato será realizada triagem que será respondida pelos pais ou cuidadores. As crianças que cumprirem os critérios de inclusão assinarão o termo de assentimento livre e esclarecido e os pais o termo de consentimento livre e esclarecido, estes ainda responderão ao questionário sócio demográfico. Logo, será agendado dia e hora para realização da coleta de dados e intervenções. As crianças serão distribuídas aleatoriamente, através de software on line, entre os grupos controle (GC) e experimental (GE), após formados os grupos, será realizada, antes da intervenção, aplicação dos testes que avaliam FE (Fase 1). Os instrumentos serão aplicados por um psicólogo devidamente treinando em

avaliação psicológica. Em seguida, será dado início as intervenções. Com o GE serão realizados treinamentos em *Mindfulness* seguindo o protocolo da MBCT adaptado por Vitor Friary (2018) para crianças e adolescentes, e com grupo GC realizado treinamento em Educação Emocional através da contação de histórias e atividades sobre emoções básicas, e o desenvolvimento destas. As intervenções serão aplicadas pela própria pesquisadora e terão duração de 4 semanas, acontecendo 2 vezes na semana com duração de 40 a 60 minutos, para os dois grupos. **Análise de resultados:** Os dados serão analisados por outro pesquisador com expertise em estatística e será utilizado o software SPSS 26. Serão realizadas análises de normalidade, e a partir desses resultados será escolhida a análise para comparação das médias alcançadas pelos grupos (GE e GC), antes e após as intervenções, nos testes utilizados para medir FE.

Palavras-chave: Funções Executivas; Terapia Cognitivo - Comportamental; *Mindfulness*.

Referências:

- Cosenza, R.M.(2021). *Neurociência e Mindfulness: meditação, equilíbrio emocional e redução de estresse*. Porto Alegre: Artmed
- Curtis, G., Kay, G. G., Talley, J. L., Chelune, G. J., & Heato, R. K. (2019). *WCST: Teste Wisconsin de Classificação de Cartas*. Hogrefe.
- Custódio, B. R. (2017). *Mindfulness nas Terapias Cognitivo-Comportamentais: relatos Iniciais de psicoterapeutas brasileiros*. Monografia. Universidade Federal Fluminense.
- Fonseca, R. P., Seabra, A.G., & Miranda, M. C. (Orgs). (2020). *Neuropsicologia Escolar*. 1ª ed. São Paulo: Pearson.
- Friary, V. (2018). *Mindfulness para Crianças – Estratégias da Terapia Cognitiva Baseada em Mindfulness*. 1ª ed. Novo Hamburgo: Synopsys.
- Malloy-Diniz, L.F., Sedó, M., & Paula, J. J.(2015) *Teste dos cinco dígitos: FDT*. Hogrefe.
- Neufeld, C. B., Lins, M. R. C (Orgs). (2021). *Técnicas em Terapia Cognitivo-Comportamental com crianças e adolescentes: Uma perspectiva de intervenções individuais e em grupo*. Novo Hamburgo: Sinopsys.

- Mak, C., Whittingham, K., Cunnington, R. et al.(2018) *Efficacy of Mindfulness-Based Interventions for Attention and Executive Function in Children and Adolescents—a Systematic Review*. *Mindfulness* 9, 59–78 (2018). <https://doi.org/10.1007/s12671-017-0770-6>
- Santonastaso, O., Zaccari, V., Crescentini, C., Fabbro, F., Capurso, V., Vicari, S., & Menghini, D. (2020). *Clinical Application of Mindfulness-Oriented Meditation: A Preliminary Study in Children with ADHD*. *International journal of environmental research and public health*, 17(18), 6916.
- Stallard, P. (2021). *Bons Pensamentos-Bons Sentimentos: Guia de Terapia Cognitivo-Comportamental para adolescentes e jovens adultos*. Porto Alegre: Artmed.
- Valero, M., Cebolla, A., & Colomer, C. (2021). *Mindfulness training for children with ADHD and their parents: a randomized control trial*. *Journal of attention disorders*, 10870547211027636.
- Wechsler, D. (2013) *Escala Wechsler de inteligência para crianças: Wisc IV*. Pearson.
- Wright, J. H., Basco, M.R., & Thase, M. E. (2008). *Aprendendo a Terapia Cognitivo-Comportamental: Um guia ilustrado*. São Paulo: Artmed.

**ABANDONO AFETIVO E BEM ESTAR SUBJETIVO:
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE CASAIS HOMOAFETIVOS E
HETEROAFETIVOS PÓS-PANDEMIA**

Mestranda: Caroline Fernanda da Costa Silva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Elisa de Assis Freire

Leitor externo: Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso

Leitor externo: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel

Leitor interno: Prof. Dr. Emerson Diógenes de Medeiros

Introdução. Com o surgimento da pandemia da Covid-19 e sua rápida expansão global, devido a sua alta taxa de transmissão e proliferação do vírus, o mundo precisou aos poucos se readequar e diversos países realizaram medidas protetivas para tentar diminuir os impactos do alastramento da doença em suas populações. A Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou estado de pandemia e com isto implementaram-se medidas protetivas para evitar o alastramento do vírus, em que a maior delas foi o isolamento social. Com o isolamento social houveram grandes impactos na saúde mental da população. A saúde mental é uma parte integrante e essencial da saúde, sendo definida como um estado de bem-estar no qual um indivíduo realiza suas próprias escolhas, lidando com as questões do cotidiano, atuando produtivamente através do trabalho e contribuindo com a sua comunidade. Com isto, faz-se necessário considerar os efeitos psicológicos causados devido ao isolamento social, assim como fatores que contribuíram para sofrimentos psíquicos dentro de casa, como o excesso de convivência familiar. Apesar de muitos estudos sobre o impacto da pandemia na saúde mental se centrarem nos indivíduos (Burkova et al., 2021; Germani et al., 2020; Kowal et al., 2020), é importante também avaliar em que medida a crise pandêmica afeta/ou as relações familiares e, em particular, a relação conjugal. O isolamento social neste período trouxeram olhares para essa relação, em que no confinamento desses casais, puderam visualizar e ampliar entre si os potenciais e os incômodos, pois de todo modo estavam imersos em uma convivência que possibilitou olharem para a relação conjugal e como se viam dentro dela (Homem, 2020; Penso; Sena, 2020; Lartigue, 2020). O Colégio Notarial do Brasil — Conselho Federal (CNB/CF) apontou, no segundo semestre de 2020, uma turgência de 43,8 mil processos de divórcio, sendo este o maior número já registrado no Brasil, totalizando um acréscimo de 15% em relação ao ano anterior. É necessário ampliar o questionamento: a pandemia produziu problemas conjugais ou deu visibilidade a eles na convivência dentro do isolamento? **Referencial Teórico.** Quando se fala acerca do abandono afetivo dentro das relações amorosas, se faz necessário compreender que, o abandono afetivo advém de uma rejeição ou ausência afetiva em que os pares não conseguem atender suas necessidades emocionais e com isso se distanciam em comportamentos que evidenciem sua ausência nesta relação (Almeida, 2022; Matos, 2022; Olson, 2000). A ausência desse afeto está ligada a sinais de indiferença e falta de empatia, quando uma das pessoas da relação não se sente mais emocionalmente disponível para aquela configuração conjugal. Esses indícios de abandono emocional na relação podem advir de determinados fatores, tanto fatores

externos estressores, quanto a fatores disfuncionais dentro da própria relação (Almeida, 2022; De Souza, 2022; Matos, 2022). A concepção subjetiva de abandono afetivo não advém de conceitos jurídicos, mas sim da existência da afetividade nas relações, pautando em uma solidariedade familiar e todo o vínculo que a envolve, como o princípio da afetividade, que está diretamente ligado ao significado de afeto (De Souza, 2022; Machado, 2008). O abandono afetivo não está relacionado aos toques físicos, mas a falta de habilidades nas relações para manter um diálogo, mostrar-se presente mesmo quando há barreiras físicas impedindo este contato presencial. Esta ausência na relação, a falta de atenção intencional e a pouca flexibilidade no apoio ao parceiro tem como características de um abandono afetivo. Com a Covid-19, os indícios de abandono afetivo relacionados a fatores externos estressores, podem ser exemplificados em ações. O *stress* acarreta não só a diminuição do bem-estar individual, como também na redução de comportamentos de suporte e de afeto para com o cônjuge, podendo diminuir a percepção de qualidade da relação. Essas conexões podem ter sido perdidas dentro deste espaço de imersão em convivência (Bodenmann, 2006; Donato et al., 2021). Durante uma crise, casais podem fortalecer seus vínculos afetivos, que são advindos de mudanças internas, ou fragilizar essas relações, que ocasionam em mudanças externas, como o divórcio. A Covid-19 mostrou que no Brasil e na China, houveram um crescimento recorde no número de casais se divorciando, o que pode ter como possibilidade de que esse *BES* dentro das relações conjugais sofreu grandes impactos em contexto pandêmico.

Objetivos: A presente investigação tem como objetivo verificar a relação entre o abandono afetivo e o bem-estar subjetivo entre casais heteroafetivos e homoafetivos no período mais crítico da pandemia da COVID-19.

Objetivos Específicos: 1. Verificar se as variáveis abandono afetivo e satisfação com a vida apresentam relação negativa, considerando os casais heteroafetivos e homoafetivos; 2. Analisar a diferença em função do sexo e da categoria de casais nas variáveis em estudo; 3. Verificar se o stress Conjugual Pandêmico media a relação entre o abandono afetivo e o bem-estar subjetivo entre os casais heteroafetivos e homoafetivos; 4. Verificar se o abandono afetivo interferiu na comunicação entre os casais heteroafetivos e homoafetivos, durante o período mais crítico da pandemia da covid-19; 5. Verificar a relação entre o stress Conjugual Pandêmico e o medo de abandono e rejeição em casais heteroafetivos e homoafetivos.

Método: Trata-se de um estudo de metodologia quantitativa de natureza transversal. O seu desenho é observacional e analítico, uma vez que não se pretende intervir ou modificar qualquer

característica da população estudada, procurando estabelecer uma relação entre as variáveis e não apenas descrever as suas características (Pocinho, 2012). É um estudo nacional em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e financiado pela CAPES-EPIDEMIAS, fazendo parte da pesquisa “Efeitos Psicológicos do Isolamento Preventivo na Pandemia da COVID-19” coordenada pelo professor Dr. Janari da Silva Pedroso. Este estudo será realizado considerando os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto já foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética Em Pesquisa (CONEP) com o número do parecer: 3.960.596. Pretende-se obter uma amostra com 300 participantes. Os critérios de inclusão são casais heterossexuais e homossexuais que já se encontravam em relação marital e/ou morando junto com o seu/sua parceiro(a) no período pandêmico (março de 2020 a junho 2022). Para a coleta dos dados serão utilizados: Questionário sociodemográfico para caracterizar a amostra. Com o intuito de avaliar o abandono afetivo experienciado foi desenvolvida uma medida de autorrelato “*Abandono Afetivo em Período Pandêmico*” composta por 5 itens. *Escala de Satisfação com a vida* (Satisfaction With Life Scale) proposta por Diener, Emmons, Larsen, e Griffin (1985), adaptada no Brasil por Giacomoni & Hutz, 1997 e a *Escala de Afetos Positivos e Negativos* (Positive and negative Affect Schedule -PANAS), desenvolvida por Watson e Clark (1994) foi adaptada para contexto brasileiro por Giacomoni e Hutz (1997). *Escala de Satisfação Global com Relacionamento Amoroso* construída por Rusbult (1983), traduzida e validada por Wachelke, de Andrade, Souza e Moraes (2007). *Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar (FACES IV)*, desenvolvida por Olson, Gorall e Tiesel, em 2004, serão utilizadas apenas as subescalas de comunicação e satisfação. A escala *Experiences in Close Relationships – short version* (ECR-S; Wei, Russel, Mallinckrodt & Vogel, 2007; versão portuguesa de Oliveira & Costa, 2007. Trata-se de uma medida de autorrelato, composta por 12 itens, que permite avaliar a vinculação na idade adulta, com base em duas dimensões - ansiedade e evitamento. Medida de *Stress Conjugal Pandêmico*, trata-se de uma medida de autorrelato com o intuito de avaliar o stress percebido no domínio específico da relação romântica, durante o período de pandemia COVID-19. Para a análise dos dados será construído um banco de dados utilizando o *Software SPSS for Windows – versão 22*. Serão utilizadas medidas de tendência central (frequência, média, mediana) e medidas de dispersão (desvio-padrão) para descrever as características sócio-demográficas dos participantes. Para a associação entre as variáveis de estudo serão realizados Correlação r de Pearson, teste t de Student

e Regressão. Ainda pretende-se verificar a estrutura fatorial dos instrumentos, cujas análises serão realizadas por meio do *software Factor 9.2* (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2013) com o método *Hull Comparative Fit Index* (CFI; Lorenzo-Seva, Timmerman, & Kiers, 2011), a partir de uma análise fatorial exploratória categórica *Unweighted Least Squares* (ULS) com correlações policóricas. **Resultados e/ou Encaminhamentos para os Resultados:** Foi realizada uma pesquisa de revisão sistemática sobre produções científicas que abordam a interface Relações Amorosas, Pandemia Covid-19 e Isolamento Social de Casais. Os achados apontam ainda uma incipiência na produção dos estudos no que tange o tema da pesquisa e confirmam a importância do estudo que está sendo desenvolvido, visto que o tema abandono afetivo é mais expressivo na área do direito de forma parental. Será feito um segundo artigo após iniciada a coleta dos dados e a conclusão deles irá subsidiar as análises e discussão dos resultados. Espera-se ao final do estudo demonstrar a importância da temática e ampliar discussões e conhecimento do termo abandono afetivo dentro das relações amorosas, afim de criar estratégias mais positivas e adaptativas o que pode impactar positivamente na qualidade e comunicação da relação dos casais.

Palavras-chave: Abandono Afetivo; Pandemia Covid-19; Bem-Estar Subjetivo.

Referências:

- Almeida, M. R. R. D. (2021). Casais em pandemia: O coping diádico como mediador na relação entre o impacto emocional da COVID-19 e a qualidade conjugal. *Universidade de Coimbra*.
- Bodenmann, G., & Cina, A. (2006). Stress and coping among stable/satisfied, stable-distressed and separated/divorced Swiss couples: A 5-year prospective longitudinal study. *Journal of Divorce & Remarriage*, 44(1/2), 71-89. https://doi.org/10.1300/J087v44n01_04
- Burkova, V. N., Butovskaya, M. L., Randall, A. K., Fedenok, J. N., Ahmadi, K., Alghraibeh, A. M., Allami, F. B. M., Alpaslan, F. S., Al-Zu'bi, M. A. A., & Biçer, D.F. (2020) Predictors of Anxiety in the COVID-19 Pandemic from a Global Perspective: Data from 23 Countries. *Sustainability*, 13(7), 4017. <https://doi.org/10.3390/su13074017>
- De Souza, G. V., Costa, L. L., & Pinto, S. (2020) O Divórcio Na Pandemia Do Covid-19 E Os Reflexos No Judiciário.
- De Souza, J. B. F., de Almeida, K. A. S. L., & Gomes, I. C. (2022). Os desafios da conjugalidade na pandemia de COVID-19. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 10(23), 95-114.
- Diener, E., Emmons, R. A., Larsen, R. J. e Griffin, S. (1985). The Satisfaction With Life Scale. *Journal of Personality Assessment*, 49, 71-5. Retrieved from: https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4901_13
- Donato, S., Parise, M., Pagani, A. F., Lanz, M., Regalia, C., Rosnati, R., & Iafrate, R. (2021). Together against COVID-19 concerns: The role of the dyadic coping process for partners' psychological well-being during the pandemic. *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.578395>
- Ferrando, P. J., y Lorenzo-Seva, U. (2013). Unrestricted item factor analysis and some relations with item response theory [Reporte técnico]. *Departamento de Psychología, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona*. <http://psico.fcep.urv.es/utilitats/factor>.
- Germani, A., Buratta, L., Delvecchio, E., Gizzi, G., & Mazzeschi, C. (2020). Anxiety severity, perceived risk of COVID-19 and individual functioning in emerging adults facing the pandemic. *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.567505>

- Giacomoni, C. H. & Hutz, C. S. (1997). A mensuração do bem-estar subjetivo: escala de afeto positivo e negativo e escala de satisfação de vida. *Em Sociedade Interamericana de Psicologia (Org.)*.
- Homem, M. Lupa da Alma:quarentena-revelação. São Paulo, 2020.
- Lartigue, T. Papéis masculinos durante a pandemia. Alguma transformação? *Asociación Psicoanalítica Mexicana*. Outubro 2020. Tradutor André Moreira da Silva.
- Lorenzo-Seva, U., Timmerman, M. E., y Kiers, H. A. (2011). The Hull method for selecting the number of common factors. *Multivariate Behavioral Research*, 46(2), 340-364. <http://doi.org/10.1080/00273171.2011.564527>
- Machado, E. S. S. (2009). “[...] Eu me tornei uma geladeira [...]” Sentidos produzidos sobre os afetos que se expressam na mediação familiar, no processo de separação conjugal. *Universidade do Sul de Santa Catarina*.
- Matos, C. C., & Sequeira, J. O. (2022). Percepção do Funcionamento Familiar em Indivíduos Pertencentes a Casais com e sem Filhos na Pandemia Covid-19. *Master's thesis, ISMT*.
- Oliveira, J. M., & Costa, M. E. (2007). Experiences in close relationships – ECR. Portuguese Version. Unpublished manuscript. *Faculty of Psychology and Educational Sciences. University of Porto*.
- Olson, D. (2000). Circumplex model of marital and family systems. *Journal of Family Therapy*, 22(2), 144-167. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.00144>
- Olson, D. (2011). FACES IV and the circumplex model: Validation study. *Journal of Marital & Family Therapy*, 37(1), 64-80. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2009.00175.x>
- Penso, M. A.; Sena, D. P. A. Relações Amorosas Em tempos De Isolamento Social. In: Vasconcelos, L. De M. Guimarães, T. C., Carreteiro, J. R. N. (Orgs). *Janelas da pandemia*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020.p. 155-164.
- Rusbult, C. E. (1983). A longitudinal test of the investment model: The development (and deterioration) of satisfaction and commitment in heterosexual involvements. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 101-117. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.45.1.101>
- Sena, K. M. S. (2021). Abandono afetivo inverso: possibilidade de reparação civil à luz da legislação brasileira.

- Vale, C. A. (2021). Casais Em Tempo De Pandemia: Análise Diádica Da Vinculação, *Coping E Stress* Conjugal: Stress Conjugal Pandemico. *Universidade Federal do Porto*, 21-22. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/137606/2/513822.pdf>
- Watson, D., Clark, L. A. & Tellegen, A. (1988) Development and Validation of Brief Measures of Positive and Negative Affect: The PANAS Scales. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 719-727. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.54.6.1063>
- Wei, M., Russell, D. W., Mallinckrodt, B., & Vogel, D. L. (2007). The Experiences in Close Relationship Scale (ECR)-short form: Reliability, validity, and factor structure. *Journal of Personality Assessment*, 88(2), 187–204. <https://doi.org/10.1080/00223890701268041>

**Resumos da Linha de Pesquisa: Psicologia, Saúde
Coletiva e Processos de subjetivação**

**Cartografia de escrituras: modos de viver e fazer arte de pescadoras
artesanas**

Mestranda: Maylla Maria Souza de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva

Leitora interna: Profa. Dra. Shara Jane Holanda Costa Adad

Leitora externa: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Introdução: Historicamente, os povos e as comunidades tradicionais têm seus territórios invadidos e expropriados para exploração de riquezas e violação de direitos em nome da ordem do Estado e do progresso do capital. De Norte a Sul do Brasil, devido ao avanço de grandes empreendimentos econômicos no território das comunidades tradicionais pesqueiras, as pescadoras e os pescadores artesanais têm seus modos de vida, constantemente, subtraídos. Nesse cenário, são as mulheres que estão à frente da luta em defesa da vida e do território das águas, por isso elas são ameaçadas de morte o tempo todo. Inspirada nas “escrituras” de Conceição Evaristo (Duarte & Nunes, 2020), a partir das quais podemos entender que nossas memórias são construídas através de nossas histórias de vida e que as mesmas são reinventadas a cada momento assim como a água corrente do mar, que enche e vaza, ora agitada, ora calma, eu compreendo a importância de escrever, falar e narrar sobre muitas dessas memórias vividas e compartilhadas com tantas mulheres que sobrevivem em um território de pesca artesanal. Neste estudo, apresentamos uma análise dos processos de subjetivação a partir das escrituras que expressam as relações de poder em disputa e as linhas de forças da vida no território tradicional pesqueiro. Portanto, iremos apresentar narrativas de pescadoras artesanais, seus modos de vida e como elas se entrelaçam. Trata-se de escrituras de mulheres dos estados do Ceará, do Maranhão, do Piauí e de outros territórios das águas, campos e florestas afetados pelo hidronegócio, agronegócio e por outros empreendimentos que ameaçam a vida nesses espaços: a vida desses povos, a vida dos ecossistemas e sua biodiversidade. Escrevo essas linhas e através delas reconheço e transcrevo a voz dessas mulheres das águas e reafirmo que ninguém pode falar por nós, porque a nossa força vem do nosso cantar e nós queremos ser ouvidas e assim será. Muitas mulheres, em um cenário nacional sustentam a si mesmas e suas famílias com o trabalho da pesca artesanal, que está diretamente relacionado ao seu

modo de vida no território em contextos de comunidades tradicionais, embora ainda tenham que se impor para que sejam reconhecidas como pescadoras, e acabam enfrentando uma série de obstáculos para que consigam tão arduamente serem vistas como tais. Suas afetações e atravessamentos estão diretamente ligados a vida no território e aos modos que essas mulheres encontram para sobreviver e resistir (Flores & Trevizan, 2015, 2019). A partir do pensamento ecofeminista de Silvia Federici (2019, 2020), com ênfase na reprodução da vida e no trabalho reprodutivo da pesca artesanal, e a partir e da concepção de comunidade das sobreviventes da transfeminista Bru Pereira (2021) e também da minha própria experiência, percebo que se trata de uma luta coletiva e importante no que diz respeito ao devir mulher à produção de subjetividade. Desta forma, a arte de viver do trabalho reprodutivo da pesca artesanal (arte de pescar, de bordar e de confeccionar artefatos da pesca) em toda sua amplitude proporciona uma reinvenção e reconstrução diária, expressa nas diversas memórias e histórias de nossas lutas (Pontes, 2021). Assim as linhas que pescam e as linhas que bordam a vida se entrelaçam para compor caminhos comuns na conquista por nossos direitos e reconhecimento, ocupando espaço em lugares anteriormente tão predominantemente masculinos e nos provocam a construirmos juntas tantas histórias de vida, de luta e resistência. As pescadoras artesanais, através de seus ofícios e com a sua voz, encontram maneiras de se reinventar em um cenário patriarcal, colonial e opressor. Portanto, este estudo nasce de um canto de pescadora que resiste, e de um ponto que molda as linhas da história de tantas mulheres que querem ser ouvidas e nos fazem refletir e questionar: Como o trabalho reprodutivo da pesca artesanal e os modos de vida das pescadoras se tornam instrumentos de luta e resistência frente as afetações sofridas pelas invasões e ameaças ao território? Como se constituem os processos de subjetivação e escrevivências de pescadoras artesanais diante das tentativas de dominação por parte de um poder capitalista? Para reconhecer o lugar da pesca artesanal nos processos de subjetivação e enunciação da mulher pescadora e artesã, diante da discriminação e preconceitos sofridos, traçamos os seguintes **objetivos**: **Geral**: Cartografar processos de subjetivação, sujeição e resistência, em escrevivências de pescadoras artesanais; **Específicos**: a) Mapear as relações de poder em disputa e as linhas de forças da vida no território tradicional pesqueiro; b) Caracterizar a reprodução da vida e o trabalho reprodutivo das pescadoras artesanais e sua relação com o corpo-território; c) Analisar processos de subjetivação em modos de viver e resistir de

pescadoras artesanais. **Método:** A pesquisa realizou-se através da cartografia de escrituras, com recursos heteroautobiográficos, tendo em vista que parto da narrativa de minha própria escritura e devir mulher em um território pesqueiro, uma vez que estou inserida e participo do contexto das vidas de outras mulheres que também vivem em territórios das águas, e estou atravessada e afetada pelas histórias dessas diferentes mulheres em um contexto amplo. Trata-se de um modo de acompanhar os processos de subjetivação, marcados por atravessamentos macro e micropolíticos (Guattari & Rolnik, 2010), denúncias e enunciados que expressam sujeição e resistência, desejos, percepções, sentimentos, modos de agir e sentir, expressões que não são ditas, porém são vistas dentro de distintas características, de forma que produzem afetação ao corpo-território (Haesbaert, R. (2021), à pessoa, ao lugar ou ao momento e podem ser matérias de expressão de narrativas, práticas, ações, discursos e gestos das mulheres nos modos de viver e fazer arte que compõem esta cartografia. A produção das informações se deu através da participação observante em aproximadamente 30 momentos com pescadoras artesanais que vivem em comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil, por meio das vivências, memórias, histórias, narrativas, encontros, rodas de conversa e reuniões que ocorreram presencial e remotamente, em virtude da pandemia por Covid-19, descritos na tabela 1, no corpo do texto. A exemplo: a) VI Encontro Nacional das Pescadoras; Tenda do escuta; Mulheres na luta por moradia, terra e território (Live da resistência); IV seminário interestadual de pescadores e pescadoras: Construindo o bem viver (Crateús-CE); XV Romaria da terra e das águas do Piauí (Piripiri-PI); VIII Grito da Pesca Artesanal (Luziânia-GO) e reuniões presenciais de moradores, pescadoras, pescadores e movimentos sociais frente a situações de conflitos no território da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba (APA) e outros. Espaços de escuta, acolhimento, interação e troca de saberes de pescadoras, pescadores, professores e alunos em encontros articulados. **Resultados:** Percebeu-se que embora existam tantos percalços as mulheres pescadoras artesanais, que vivem nos territórios das águas, buscam maneiras de se reinventar e resistir, traçando caminhos para sobreviver a um sistema capitalista que insiste em nos matar a todo instante. a) reconhecendo que nossos corpos se conectam intimamente ao território sagrado, atravessando toda a subjetividade do devir mulher, assim potencializando a luta e a resistência pela preservação do território-corpo; b) articulando-se enquanto movimentos coletivos de mulheres e organização pela luta de nossos direitos,

valorizando lideranças femininas e o potencial de nossas vozes; c) Os modos de vida que resistem, encontram-se na luta, nas relações, no bem viver e no comum gerado pela prática da pesca artesanal nas comunidades que envolve os modos de reinvenção e sobrevivência, considerando a importância de nossas histórias e assim de nossa ancestralidade, na construção de escrituras, que compõem cartografias de lutas nos territórios das águas. Portanto é necessário coragem de enfrentar as lutas diárias pela conquista de nossos direitos, afinal, não são tempos fáceis, é preciso discutir e combater os sistemas coloniais capitalísticos que invadem e desrespeitam nossas vidas, nossos corpos, nosso território. Hoje em dia, graças aos movimentos feministas e os coletivos de lutas, tais como Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), através do conhecimento adquirido e o respeito aos saberes tradicionais, são muitas as conquistas alcançadas. Além de sinônimo de resistência, a pesca artesanal é fonte de renda e sustendo, embora ainda haja profissões bem realizadas por mulheres que não ganham o devido reconhecimento. As mulheres, não mães, mães solas e mães de família extensivas, as executam com excelência, são pescadoras de sonhos, são bordadeiras de realidade, são mulheres que com coragem e determinação lutam para serem ouvidas e reconhecidas como tais. São mulheres e mãos que fazem suas histórias.

Palavras-chave: Mulheres; Pescadoras artesanais; Cartografia; Território

Referências:

- Duarte, C. L., Nunes, I. R. (2020). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante.
- Federici, S. (2020). *Capitalismo, reprodução e quarentena*. (Breda T, tradutor). N-1 edições. Recuperado de <https://www.n-1edicoes.org/textos/92>.
- Flores, B. N., Trevizan, S. D. P. (2015). Ecofeminismo e comunidade sustentável. *Revista Estudos Feministas*, 23 (1), 11-34. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Flores, B. N., Trevizan, S. D. P. (2019). Ecofeminismo: mulheres e povos rumo à uma

cultura sustentável. *Cadernos Macambira*, 4(2), 01-10. Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia. Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes. Recuperado de <file:///D:/Downloads/379-Texto%20do%20artigo-1441-1-10-20200414.pdf>

Fonseca, M. N. S. (2020) In: Duarte, C. L., Nunes, I. R. (Organizadoras). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.

Guattari, F., Rolnik, S. *Micropolítica: Cartografia do desejo*. 10a. ed. Petrópolis: Vozes; 2010.

Haesbaert, R. (2021). *Território e descolonialidade : sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. 1a. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense. Libro digital, PDF.

Pereira, B. (2020). *A comunidade das sobreviventes contra a sobrevivência dos heróis*. N-1 Edições. Recuperado de <https://www.n-1edicoes.org/textos/38>

Pontes, E. (2021). *Teatro e os povos indígenas: janelas abertas para a possibilidade. O que fazer após o fim? Recriar-se*. N-1 Edições. Recuperado de <https://www.n-1edicoes.org/o-que-fazer-apos-o-fim-recriar-se?>

**Entre as linhas da vida e a arte da pesca: Cartografia de escrevivência das
mulheres marisqueiras**

Mestranda: Gizelly de Castro Lopes

Orientador: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva

Leitor Interno: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado

Leitora Externa: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Introdução: O presente estudo trata de uma cartografia de processos de subjetivação e escrevivências de mulheres marisqueiras de Ilha Grande do Piauí, que usam artefatos e linhas da pesca e da vida para manutenção do seu modo de existir. As comunidades tradicionais de pesca e mariscagem, historicamente, tiveram e têm seu modo de vida e existência negligenciados pelo Estado e ameaçados pelos grandes empreendimentos econômicos que invadem e exploram seus territórios e suas águas, impossibilitando o livre acesso as áreas tradicionais e interferindo na dinâmica das vidas humanas e não humanas. Nos últimos anos, com o avanço global do capitalismo, intensificaram os conflitos ambientais e as políticas de morte contra as comunidades tradicionais, corroborados pela flexibilização das leis ambientais e trabalhistas (Félix-Silva, Oliveira & Bezerra, 2021). Diante desse cenário, historicamente, existe um movimento de luta e resistência contra as políticas de desenvolvimento em detrimento da vida, cultura e trabalho das comunidades tradicionais pesqueiras. A frente dessas lutas, destacam-se as mulheres que criaram, em 2005, a Articulação Nacional das Pescadoras Artesanais (ANP) e impulsionaram, ao lado dos homens, o surgimento do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), em 2010. São as mulheres que protagonizam a participação junto ao Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), há mais de 50 anos (Ribeiro, 2021). Assim, elas assumem a liderança nesses movimentos sociais pesqueiros contra as diferentes formas de violências enfrentadas por pescadoras e pescadores artesanais e em defesa dos territórios tradicionais pesqueiros, além de lutar em prol dos direitos trabalhistas e previdenciários, reconhecimento das doenças ocupacionais e da valorização das mulheres na pesca artesanal (Félix-Silva, Gomes & Araújo, 2021). Com base nos estudos feministas e conceitos de Michel Foucault, Gilles Deleuze e outros autores e autoras, Margareth Rago (2013) apresenta as concepções de feminismos, escrita de si e subjetividade. Com base nessas concepções, discutiremos a interface entre escrita de si (Rago, 2013) e escrevivências (Evaristo, 2020), para

acompanhar e descrever a luta e a resistência de mulheres marisqueiras, pescadoras artesanais, por entender que a escrita-escrevivências dessas mulheres das águas também emerge na coletividade e não está expressa apenas no campo literário, sendo, portanto, matéria de expressão dos processos de subjetivação que se inscrevem nas linhas que entrelaçam arte e pesca artesanal, território das águas e corpo-território, gestos, encontros e acontecimentos. Desta forma, consideremos os processos de subjetivação (Guattari & Rolnik, 2013) marcados por esse campo social e as múltiplas possibilidades de ser mulher e criar novos mundos, marcada por lógicas de sujeição que coexistem com modos de resistência. A partir da problematização dessa realidade, temos, neste estudo, como **Objetivos: Geral:** Cartografar processos de subjetivação e escrevivências de mulheres marisqueiras. E **específicos:** a) acompanhar as múltiplas linhas da vida das mulheres das águas a partir da sua relação com a arte, a vida e o trabalho artesanal da pesca; b) mapear as narrativas das marisqueiras; e c) analisar processos de subjetivação, sujeição e resistência das catadoras de marisco. **Método:** Trata-se de uma cartografia de escrevivências que nos permite acompanhar os movimentos das mulheres marisqueiras no território e os processos de subjetivação articulados à arte e ao trabalho extrativista da pesca artesanal, reconhecendo e analisando os atravessamentos de gênero, raça e classe. Optamos pela cartografia (Rolnik, 2011) por permitir mapear a dinâmica do território e múltiplos atravessamentos que compõem o campo social. Esta cartografia foi realizada com 17 marisqueiras da Ilha Grande do Piauí, a partir de seis encontros virtuais pela plataforma *GoogleMeet* e cinco encontros presenciais, entre 14 de maio de 2021 e 26 de outubro de 2022, perfazendo um total de 11 encontros, para compor esses encontros, levamos em consideração a concepção de um bom encontro de Spinoza (2018), no sentido de impulsionar o desejo e aumentar a vontade de potência e de ação do corpo. Para acompanhar os processos de subjetivação e mapear as escrevivências das mulheres marisqueiras, por meio da oralidade, foram utilizados, nos encontros remotos, objetos relacionais da arte, ora confeccionados pelas marisqueiras, ora selecionados pelos pesquisadores a partir de temas geradores extraídos do território tradicional pesqueiro. No primeiro encontro remoto foi utilizado um texto de Eliete Paraguassu, marisqueira e quilombola de Ilha da Maré, Bahia, cuja leitura possibilitou a percepção acerca de como é diversa a participação das mulheres nas comunidades tradicionais pesqueiras. O encontro seguinte foi mediado pelas linhas que compõem a arte de fazer crochê da cartógrafa e as linhas que dão formas aos materiais da pesca artesanal e outras tantas artes da vida das marisqueiras. No terceiro encontro, utilizamos uma fotografia de

Antônio Luiz M. C. Costa, cuja legenda é “Desigualdade” e um registro fotográfico de Vladimir Félix com a imagem de uma marisqueira de Ilha Grande do Piauí cujas legendas atribuídas pelas participantes da pesquisa remetem ao corpo-território das mulheres marisqueiras, pescadoras artesanais. No quarto encontro, foram utilizados dos objetos relacionais da arte: uma foto divulgação de uma mulher indígena, retirada da página da AVAZZ/O Mundo em Ação, e um verso do poeta Mario Quintana que serviram para pensar transformações possíveis, bem como fazer a problematização dos avanços desenfreados dos empreendimentos nas comunidades tradicionais e das ameaças às vidas. No quinto e sexto encontros, realizamos círculos de cultura sobre os subtemas, depressão e uso de drogas, que emergiram da discussão dos temas geradores nos encontros anteriores. Nos encontros presenciais, participamos do Encontro Estadual da Articulação Nacional das Pescadoras Artesanais, no qual foram elencados as dificuldades e os desafios das comunidades tradicionais pesqueiras no litoral do Piauí, vivenciamos a experiência da cata do marisco com as marisqueiras, além disso compartilhamos rodas de conversas com estudantes do curso de medicina e do Programa de Pós-Graduação em psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, e experimentamos oficina com outras profissionais da Residência em Saúde do Campo, vinculadas ao programa da Fiocruz que fizeram uma imersão no território das águas; tanto na roda de conversa como na oficina promovemos, juntamente com as marisqueiras, discussões sobre seu modo de vida, saúde e processo do trabalho artesanal. As narrativas das mulheres foram gravadas e transcritas a partir dos encontros remotos e dos diários cartográficos dos encontros presenciais. Para a análise dos processos de subjetivação que emergiram das linhas de pesca e da vida a partir das escrituras cartografadas, nesses encontros com as marisqueiras, recorreremos às concepções de subjetividade e processos de subjetivação da esquizonálise e a conceitos de autoras e autores que pensam a produção de subjetividade colonial-capitalística na contemporaneidade. Os **Resultados preliminares** mostram: Na Ilha Grande do Piauí, as marisqueiras compõem e assumem cargo de direção na Associação de Catadores de Marisco da Ilha Grande, proporcionando discussões sobre a mariscagem, compartilham com a comunidade sobre a vida nas águas, cuidam de si e dos outros, além de lutar pela preservação do meio ambiente em torno da reprodução dos bens comuns: vida, educação, culinária, agricultura familiar, trabalho artesanal da pesca e território das águas (Federici, 2020). Além do extrativismo da pesca artesanal, as marisqueiras exercem outras atividades complementares como extrativismo vegetal, artesanato e a

agricultura familiar. As escrituras narradas pelas marisqueiras apontam a percepção de si no âmbito da pesca, nas tarefas domésticas, no cuidado com membros da família e com a comunidade. Identificamos a multiplicidade do corpo-território das marisqueiras, sobrecarga de trabalho ao desenvolver várias funções ao mesmo tempo durante mariscagem, além de estarem presentes na confecção dos materiais para pesca, no manuseio, no preparo e na venda dos seus produtos. Percebemos determinação e coragem no enfrentamento dos desafios no território das águas, que vão desde as esporadas de animais aquáticos às infecções ginecológicas devido à exposição à umidade. Por outro lado, demonstram preocupação com atenção a saúde das mulheres das águas, uma vez que os serviços de saúde são escassos, distantes e burocráticos. Identificamos a percepção das marisqueiras sobre a destruição gerada pelo setor econômico ao colocar em risco a vida nos ecossistemas e vida não apenas dos povos e comunidades tradicionais, mas sobrevivência de toda a humanidade. Sinalizam sua participação nos movimentos contra as agressões a comunidade e aos descasos do poder público na oferta de serviço básico. Com os avanços do desenvolvimento predatório surgiram novas problemáticas nas comunidades tradicionais pesqueiras como aumento da violência, gerando com consequência sofrimento e adoecimento psíquicos. Apontam a confiabilidade na união entre elas para manutenção da vida, minimização dos conflitos e no fortalecimento da comunidade, e apesar dos desafios que comunidades tradicionais pesqueiras estão vulneráveis, afirmam que são felizes no que fazem e produzem, pois não precisam de muito luxo, mas são ricas por compartilharem o comum.

Palavras-chave: Marisqueiras; Pesca artesanal; Luta e Resistência; Processos de subjetivação.

Referências

- Evaristo, C. (2020). A escritura e seus subtextos. In: Duarte, C. L. & Nunes, I. R. (Org), *Escritura: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.
- Federici, S. (2020). *Capitalismo, reprodução e quarentena*. (Breda T, Tradutor). N-1 edições. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/92>.
- Félix-Silva, A. V., Gomes, C. B. S., & de Araújo, J. L. S. (2021). Luta e sobrevivência: a luta das comunidades tradicionais pesqueiras nos contextos da pandemia da

- Covid-19. *Estudos de Psicologia*, 26(3), 286–297. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/epsic/article/view/20811>
- Félix-Silva, A. V.; Oliveira, M. M. S. de & Bezerra, L. L. da S. (2021). Cartografia da luta e resistência de uma comunidade de pesca artesanal. *Saúde em Debate*, 44(1), 303-315. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E221>
<https://doi.org/10.1590/0103-11042020E221I>
- Guattari, F. & Rolnik, S. (2013). *Micropolítica: cartografia do desejo*. (12a.ed), Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Ribeiro, C. M. (2021). *Cartografia dos processos de subjetivação e enunciação dos movimentos sociais pesqueiros: ANP e MPP*. [recurso eletrônico]. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr.
- Rolnik, S. (2011). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
- Spinoza (2018). *Ética*. (2a. ed). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Cartografia de Participação Política das Mulheres

Mestranda: Andressa Ramalho Costa

Orientador: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva

Leitor Interno: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado

Leitora Externa: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Introdução: A mulher, essa categoria inventada, esteve, ao longo da história, em sua maioria, alçada ao lugar do trabalho doméstico e à reprodução das lógicas do capitalismo como diz Silvia Federici (2021), ao ponto que se naturaliza “conversa de política é coisa de homem”. E dessa forma o Estado vai decidindo sobre o direito aos nossos corpos. No Brasil, as mulheres representam 51,8% do total da população (IBGE, 2019). Mesmo sendo maioria demográfica na população e eleitoral (as mulheres correspondem a 52,7% do eleitorado, contra 47,2% de homens) as mulheres ocupam apenas 15% da Câmara Legislativa Federal, a chamada câmara baixa, das cadeiras de políticas eleitas contra uma população majoritária de homens correspondendo a 85% (Biroli, 2018). Em 20 cidades brasileiras nas quais as mulheres concorreram ao governo, nas eleições municipais de 2020, somente 7 delas se tornaram prefeitas e das 33,7 % mulheres do total que participaram das eleições em 2022, somente duas se tornaram governadoras estaduais, dentre elas, uma foi reeleita para governar o Rio Grande do Norte em seu segundo mandato e outra para governar Pernambuco. Não obstante, foi o pleito das eleições municipais de 2020 considerado com maior participação de candidaturas femininas e de mulheres eleitas. É merecido destaque para as candidaturas coletivas e compartilhadas. Estas passaram de 13 registros nas eleições de 2016, para 257 em 2020 segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2020). Os estudos (Russo, 2020) apontam que tal aumento deve-se à crise de representatividade da política brasileira, a uma estratégia dos partidos de ganhar mais votos e financiamento ao sucesso de candidaturas coletivas e compartilhadas. Apesar da sub-representação feminina na política representativa, as mulheres desenvolvem importante participação política nacional, a partir de movimentos feministas desde as primeiras lutas das sufragistas pelo direito ao voto. Estes movimentos reivindicam além

de direitos equânime entre mulheres e homens, uma sociedade menos desigual no que se refere à raça, à classe, à orientação sexual e identidade de gênero. O movimento das mulheres negras, por exemplo, vem ampliando a discussão tendo a luta contra o racismo o disparador central para a busca por justiça social. São as mulheres negras e pobres as mais afetadas com o agravamento da miséria no capitalismo. Mulheres negras e jovens também são as maiores vítimas da violência de gênero na sociedade brasileira. Outro destaque das reivindicações dos movimentos feministas é no que diz respeito a remuneração salarial: as mulheres, mesmo mais escolarizadas ganham menos que os homens exercendo as mesmas funções. Bem como também destaca-se a luta transnacional do direito a capacidades reprodutivas das mulheres. Luta esta representada por grandes manifestações de rua como a Marcha das Vadias que ocorre em diversos países. Também na América Latina as discussões de gênero estão relacionadas ao direito das mulheres em torno do acesso ao estudo e em defesa de políticas públicas que reconheçam suas particularidades e que assegurem outros direitos. Observa-se também o crescente destaque do transfeminismo na participação política representativa. Erika Hilton não só foi a primeira mulher-trans eleita vereadora em São Paulo (SP) como também a vereadora mais votada do País nas eleições de 2020. Duda Salabert, também mulher-trans, foi a vereadora mais votada em Belo Horizonte (MG). Mulheres, estas, advinda de movimentos sociais em defesa da população LGBTQIA+, luta antirracista e anticapitalista. No pleito de 2022, ambas as mulheres foram eleitas deputadas federais em seus respectivos estados. É importante destacar que o feminismo não se restringe a um essencialíssimo identitário, por isso o uso da palavra “feminismos”, compreendendo que está ligado a uma pluralidade do próprio conceito de gênero. A luta feminista também abrange a luta de classe, de raça, sexualidade e de direitos trabalhistas, luta por moradia, reforma agrária (como as mulheres camponesas), direitos reprodutivos (descriminalização do aborto) e preservação ambiental. O desmonte de direitos, as novas configurações do trabalho, ascensão da direita e do conservadorismo, o neoliberalismo financeirizado, seus efeitos na sociedade brasileira, a partir do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), principalmente em grupos minoritários são entradas para problematizar a questão da participação política das mulheres contra o regime do capitalismo globalitário neoliberal financeirizado, mas principalmente para me perguntar como se dá a produção de subjetividades das mulheres frente a questões macro e micropolíticas inerentes ao ser um corpo político no mundo. A participação política das mulheres, na cidade de Parnaíba-Piauí-Brasil, entre processos políticos

instituídos e uma política menor, tornou-se uma questão de pesquisa para mim. Acompanhava avidamente os desdobramentos do Golpe de 2016, contra a primeira mulher eleita Presidenta da República, Dilma Rousseff, a prisão de Lula (em sete de abril de 2018 afim de impedir sua candidatura à presidência da república), as discussões jurídicas da lava jato, o golpe na Bolívia contra o governo do presidente Evo Morales em 10 de novembro de 2019, a eleição de Alberto Fernández com a volta de Cristina Kirchner na Argentina em 27 de outubro de 2019, a volta que a esquerda e os povos nativos da Bolívia deram no recente golpe com a eleição de Arce para a Presidência do país em outubro de 2020, manifestações no Chile e eleições em dezembro de 2021, luta pelo direito ao aborto legal na Argentina no final de 2020. Também em 2016, a partir do crime hediondo que retirou a vida de Lucina Pérez (16 anos), na Argentina, surgiu o movimento “Nenhuma a menos” ou “Ni Una Menos”. **Objetivos:** Geral: Cartografar processos de subjetivação e participação das mulheres entre processos políticos instituídos e instituintes; Específicos: a) Mapear os diferentes contextos de participação política das mulheres; b) Analisar como a participação política dessas mulheres se veiculam nos acontecimentos como a eleição; c) Analisar a participação política das mulheres numa perspectiva de uma política menor. **Método:** Pretendo compor os espaços de atuação política das mulheres no cotidiano da cidade em andanças por suas atuações políticas, em confluência com a minha própria atuação, cartografando esses encontros utilizando os diários cartográficos, imagens e recursos do áudio visual, por meio da participação observante visto que estou inserida na pesquisa não só como pesquisadora mas confluindo com as outras mulheres em um comum, partilhando os espaços e aliando-me nos movimentos a que essas mulheres pertencem. As mulheres escolhidas para a pesquisa são mulheres-líderes e participantes de movimentos sociais instituídos mas que também compõe uma militância micropolítica no cotidiano. São movimentos de contextos diversos como o movimento dos pescadores e pescadoras da pesca artesanal (MPP), contexto da arte e hip hop com o slam, contexto de militância feminista com o ‘Mulheres em pauta’ – movimento feminista voltado a luta por direitos das mulheres, contexto de travestilidade e contexto partidário. A cartografia é um método que visa acompanhar processos (Deleuze e Guattari, 1995), investigar um processo de produção (Kastrup, 2009) e é em produção que me encontro com essas mulheres na cidade para compor uma agência (Butler, 2018) em ato numa perspectiva ética, estética e política (Guattari, 1992). **Resultados:** Percebe-se a afirmação da vida dessas mulheres por meio de uma política menor. Política menor é uma política que não

está necessariamente agenciada pelas instituições, como partidos políticos, sindicatos, associações e outras organizações sociais, mas a partir de um devir comum minoritário, um devir comunitário. A participação política dessas mulheres se dá a partir das assembleias (Butler, 2018) construídas nesse devir comum minoritário. Percebe-se também que os conceitos vão se atualizando de acordo com a agencia política e lugar de representação e representatividade, e que para produzir um agenciamento coletivo do desejo a partir das agências é preciso devir outra.

Palavras-Chave: Participação política; Feminismos; Insciente colonial capitalístico; Biopoder; Cartografia.

Referências

- Barros, L. P.; Kastrup, V.(2009) Cartografar é acompanhar processos. In E. Passos; V. Kastrup & L. da Escóssia (Org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*.(pp. 52-75). Porto Alegre: Sulina.
- Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Federici, S. *Capitalismo, reprodução e quarentena*. (2020). (Breda T, tradutor). N-1 edições. Recuperado de <https://www.n-1edicoes.org/textos/92>.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante.
- Guattari, F.(2012). *Caosmose: um novo paradigma estético*. 2a. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- Guattari, F., Rolnik, S. (2010). *Micropolítica: Cartografia do desejo*. 10a. ed. Petrópolis: Vozes.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=publicacoes>
- Kastrup, V. (2009). O funcionamento da atenção do trabalho do cartógrafo. In E. Passos; V. Kastrup & L. da Escóssia (Org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. (pp. 32-51). Porto Alegre: Sulina.
- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (1. Ed.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Rolnik, S. (2018). *Esféras da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada* (2. Ed.). São Paulo, SP: n-1 edições.

Cartografia dos processos de subjetivação e enunciação em grupos de arte e saúde mental de pessoas com sofrimento psíquico

Mestrando: Rafael Pinheiro dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva

Leitor Interno: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado

Leitora Externa: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Introdução: Apesar das transformações que tivemos no modelo da assistência em saúde mental e dos avanços na garantia de direitos das pessoas com transtornos mentais, regulamentados a partir da Lei 10.216, de abril de 2001, a atenção psicossocial, no Brasil, vem sofrendo vários sucateamentos, dificultando cada vez mais o uso de ferramentas potentes como a arte no tratamento das pessoas com sofrimento psíquico grave, seja este tratamento institucionalizado nos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), ou na Atenção Básica (AB), nos centros de convivência, e principalmente nos Pontos de Cultura. Esses espaços, em alguns estados e em momentos anteriores ao início do processo de sucateamento das políticas de saúde mental (Yasui, 2019), eram marcados por atividades com arte ou pela presença de vários profissionais da arteterapia, potencializando o objetivo de aliar a arte ao cuidado das pessoas com sofrimento psíquico (Galvanese et al, 2016). Como sabemos, a arte associada à afirmação da vida e a movimentos antimanicomiais ao longo da história, tem sido concebida enquanto criação e invenção de mundos finitos e infinitos e mediação das relações humanas que possibilitam novos modos de existência, potencializando também formas de resistência ao maquinário opressor dos nossos desejos. No Brasil, não só a Semana da Arte Moderna de 22 é um momento importante para compreender a mudança de paradigma, com também a psiquiatra Nise da Silveira e Arthur Bispo do Rosário com sua arte bruta são personagens centrais para que possamos entender a arte enquanto ferramenta de cuidado às pessoas com transtornos mentais (Frayze-Pereira, 2003; Weinreb, 2002). Corroborando essa perspectiva, em seus movimentos despseudologizantes, Lygia Clark utilizava o conceito de arte e a prática com objetos relacionais como forma de descoberta de novas sensações, novas subjetividades em seus pacientes (Rolnik, 2002). Não só quando utilizada como uma necessária ferramenta de intervenção, também quando experimentada nos contextos da vida cotidiana, a arte é sentida também como um processo de produção de saúde, pois arte também é o cuidar

de si, é o produzir de sensações e subjetividade (Cruz Santos et al, 2021). Amarante & Torre (2018) apontam que frentes inovadoras como arte-cultura objetivam enfrentar e superar o estigma manicomial de enclausuramento e exclusão, e que a ocupação dos espaços da cidade por meio da arte é um processo vivo de invenção de saúde. Dito isto, este estudo parte de uma experiência de um período de dez anos de atuação em serviço da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da cidade de Parnaíba, localizada no litoral do Piauí, ao Nordeste do Brasil, considerando que as vivências percebidas e as experimentações de outras vivências foram disparadoras e reveladoras para que eu pudesse começar a ampliar meu olhar acerca de como a arte é caminho vitalizador para processos de descoberta e de singularização, além de observar que a rede de suporte em saúde mental para os usuários é bem maior que o território físico de um serviço institucional. Essa prerrogativa é reforçada com ofato de que a atenção de base comunitária em relação às demandas de saúde mental na cidade de Parnaíba sempre foi um trabalho tímido ou quase nulo. O CAPS II, inaugurado em 2010, é visto como um importante ponto da rede de atenção psicossocial, mas, que historicamente, vem se constituindo um serviço muito institucionalizado com a grande maioria de suas ações acontecendo entre os muros do serviço. Com o surgimento da pandemia de Covid-19 e a chegada do coronavírus no Brasil, em 2020, o CAPS II se tornou parte de um processo de mínimo suporte para esses usuários e usuárias na cidade de Parnaíba, transformando-se, praticamente, em um serviço ambulatorial. A Covid me fez perceber que as ferramentas que usuários deste serviço dispunham, antes da pandemia, para manejar o cuidado de si estavam restritas ao serviço institucional; carecendo, assim, de redes de cuidado para dirimir o sofrimento psíquico. Os dias seguidos de minha atuação profissional no serviço durante a pandemia refletiram em uma noção de impotência e limitações em promover processos de cuidados em saúde. Essas e outras enunciações me atentaram a buscar responder questionamentos produzidos nessa minha caminhada: é possível construir, apresentar e /ou ampliar uma rede de suporte mútuo entre os participantes para além do serviço instituído? Como promover processos de desterritorialização e produção de novas subjetividades a partir da arte enquanto afirmação de um modo de vida? São essas direções que me guiam nos primeiros passos implicados neste projeto de pesquisa até os dias atuais, nos quais passeamos pelas vivências de pessoas com sofrimento psíquico enquanto participantes de encontros envolvendo a arte e objetos relacionais da arte como dispositivos de mediação do cuidado na cidade de Parnaíba. Para pensar essas questões e ampliar a discussão,

traçamos os seguintes **Objetivos:** a) cartografar processos de subjetivação e enunciação em grupos de arte e saúde mental de pessoas com sofrimento psíquico; b) mapear processos de subjetivação em andanças de pessoas com sofrimento psíquico pela cidade; c) analisar processos de (des)territorialização em arte e saúde mental de pessoas com sofrimento psíquico. Pontuo aqui a escolha da cartografia enquanto **método** de pesquisa e sua perspectiva ético-estético-política, ou seja, modo de fazer pesquisa que envolve cuidado, produção criativa e fiação. Quero encarnar a pesquisa, mapeando a criação e as transformações do campo, acompanhando os processos de subjetivação, pois a aposta é transformar para conhecer, logo todo ato de pesquisar é transformador. Trata-se da construção de um percurso que começa do meu caminhar enquanto mediador de grupos de arte na atenção psicossocial até meu escrever, pois acredito estar produzindo uma pesquisa com os participantes e não sobre eles. As ferramentas e conceitos da Análise Institucional e da Esquizoanálise serão suportes desta cartografia e para a discussão dos analisadores que emergem como matéria de expressão dos processos de subjetivação e enunciação. A contribuição da Análise Institucional para os estudos na área da atenção psicossocial traz a importância de intervenções nas ações de saúde mental, promovendo um movimento de desinstitucionalização de pessoas com sofrimento psíquico, e que intervenções extramuro atuam nesse processo de desospitalização de sujeitos institucionalizados (Freire, Fontenele & Silveira, 2019). A Esquizoanálise como corrente analisadora deste estudo reconhece a loucura como uma forma de existência e nos oferece suporte para uma cartografia de linhas, de processos (des)territorializantes, uma conversação entre linhas segmentadas e linhas rizomáticas e os devires enquanto fenômenos de transformação desses sujeitos (Deleuze & Guattari, 2012). Na escuta e convivência com os participantes procuro perceber que mundos cada uma e cada um carrega consigo, que histórias são contadas, que singularizações e (des)territorializações são produzidas. A partir desse ponto umbilical de (des)territorialização é que o mundo se constitui, que os processos de subjetivação se configuram (Guattari, 2012). Outra ferramenta metodológica é o diário cartográfico como dispositivo de implicação para o pesquisar. É uma peça-chave do processo metodológico da pesquisa e da análise das informações, pois é neste material que encontro os meus sinais de afetação e implicação. Para permitir esse processo, oito participantes caminham e produzem juntos e juntas comigo. São usuários e usuárias do Centro de Atenção Psicossocial II Walterdes Sampaio; vidas que diariamente precisam enfrentar todo o maquinário de opressão e encaixe manicomial e não permitir que suas

subjetividades sejam aprisionadas em territórios despersonalizados. A intencionalidade dos encontros não se configura exclusivamente com o uso dos objetos relacionais da arte (Tenda do Conto; Exposição de fotografias; bordados em crochê ou ponto cruz; Rodas de conversa; Esquizodrama, e a Esquizodança), já que outros momentos de tecitura dessas relações e dessa rede de afetos estão se dando a partir de passeios sugeridos, como um café coletivo, ou exposições em feirinhas, pescaria em grupo, debate com alunos universitários. O que importa mais aqui, já que os lugares de encontros pela cidade também importam, é o encontro, é o desejo enquanto produção, é a desterritorialização, é a luta contra os manicômios existenciais e a produção de vida enquanto produção de saúde. As primeiras impressões desses encontros vitais nos levam a apostar na possibilidade dos seguintes **resultados**: a) promoção de dispositivos relacionada aos processos de cuidado em saúde mental, já que a pesquisa, apesar de ter que caminhar para um fim enquanto critério metodológico, pretende continuar viva, representada por uma teia de conexões e relações rizomáticas entre os participantes mesmo após o encerramento dos encontros; b) processos de desinstitucionalização de sujeitos com o uso dos objetos relacionais da arte; c) estabelecimento/reconhecimento de novas políticas de amizade, novas redes de apoio, suporte afetivo dos sujeitos. Portanto, as inúmeras possibilidades da pesquisa enquanto intervenção para o cuidado terapêutico nos apresentam inventividades que estão diretamente associadas ao uso da arte relacional enquanto proposta de cuidado com as pessoas que são acometidas por um sofrimento psíquico. Seja a literatura e a poesia, a dança, a música, o teatro e o cinema que com seu exercício estético, possibilitando performances dos modos de ser e existir, seja a Tenda do Conto como possibilidade de construção de novas subjetividades, seja a arte como uma forma de resistência aos processos psiquiatrizantes como afirmação de uma vida potente e libertadora.

Palavras-chave: Arte; Saúde Mental; Atenção Psicossocial.

Referências

- Amarante, P. & Torre E. H. G. (2018) “De volta à cidade, sr. cidadão!” — reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. *Revista de Administração Pública* v. 52, n. 6 (pp. 1090-1107) <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220170130>

- Cruz Santos, A. R., Ribeiro, R. S. T. & Ferreira, S. R. (2021). Viralizando Lygia Clark: sopros para contagiar de encanto a experiência do cuidado. *Saúde Debare*. V. 45, n. 1 (pp. 124-136). DOI: 10.1590/0103-11042021E110
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2012). *Mil Platôs vol. 4*. Suely Rolnik, Trad. São Paulo. SP: Editora 34.
- [Félix-Silva, A. V., Sales, R. de C. M & Soares, G. P. \(2016\).](#) Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. *Estudos de Psicologia* v. 21, n. 1 (pp. 46-57) DOI: 10.5935/1678-4669.20160006
- Frayze-Pereira, J. A. (2003). Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política. *Estudos Avançados*. v. 17, n. 49 (pp. 197-208). doi: 10.1590/S0103-40142003000300012
- Freire, A. B.; Fontenele, C. V. & Silveira, F. da. (2019). Grupos de formação em instituições de saúde: reflexões sobre dispositivos de intervenção. . In: Domingues, A. R., L'Abbate, S. & Rusche, R. J. (Orgs). *Análise Institucional: perspectivas contemporâneas, teorias e experiências*. (pp. 334-348). São Paulo, SP: Hucitec.
- Galvanese et al (2016). Arte, saúde mental e atenção pública: traços de uma cultura de cuidado na história da cidade de São Paulo. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. v. 23, n. 2, (pp. 431-452). <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016000200006>
- Guattari, F. (2012). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão, Trad. São Paulo. SP: Editora 34
- L'Abbate, S (2019). Análise Institucional e Saúde Coletiva: Pesquisa e Intervenção. In: Domingues, A. R., L'Abbate, S. & Rusche, R. J. (Orgs). *Análise Institucional: perspectivas contemporâneas, teorias e experiências*. (pp. 75-94). São Paulo, SP: Hucitec.
- Rolnik, S. (2002). Arte cura? Lygia Clark no limiar do contemporâneo. In: Psicanálise, arte e estéticas da subjetividade. In G. Bartucci (Org). *Psicanálise, Arte e Estéticas de Subjetivação* (pp. 365-401). Rio de Janeiro-RJ: Imago.
- Weinreb, M. E. (2012). *Arte e Loucura. Vida Silenciosa e Marginal – Luíz Guides*. Porto Alegre, RS: Panorama Crítico.
- Yasui, S. (2019). Apostas em uma atenção psicossocial menor. In: B. F. Emerich & R. T. Onocko-Campos (Orgs.) *SaúdeLoucura número 10* (pp. 209-231). São Paulo, SP: Hucitec

**Processos de subjetivação de mulheres negras quilombolas na luta pela terra em
uma região da zona rural em Crateús-CE**

Mestranda: Larisse de Souza Silva

Orientador: João Paulo Sales Macedo

Leitor interno: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva

Leitora externa: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Introdução: o presente trabalho tem como propósito escrever sobre e junto com as mulheres negras quilombolas da comunidade das Queimadas, localizada na zona rural da cidade de Crateús, no Ceará, sobre como o processo de luta pela terra constituem a produção de suas subjetividades. A escolha do tema possui um devir mulher negra, uma implicação afetiva e efetiva com as pessoas e a história do lugar com a qual sou atravessada, em um processo de resgate da ancestralidade junto ao território. Para além das implicações pessoais, compreendemos também a necessidade da reinvenção de uma Psicologia plural capaz de se implicar com as análises das particularidades e singularidades que marcam os contextos brasileiros, em especial os povos tradicionais (Dantas&et.al., 2018). Há uma urgência no fortalecimento do debate sobre esses povos de modo a ampliar o campo das preocupações e compromissos da Psicologia brasileira. Ressaltamos então a necessidade de um olhar especial as realidades invisibilizadas dos povos quilombolas e indígenas para a nossa profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Para isso é importante observar os elementos que os atravessam, sendo alguns deles, os conhecimentos sobre as relações ético-raciais, gênero e ruralidades. Desse modo a pergunta de partida do trabalho se apresenta da seguinte forma: como os processos de luta pela terra constituem a produção de subjetivação em mulheres negras quilombolas na comunidade das Queimadas na zona rural de Crateús-CE?

Fundamentação Teórica: as comunidades quilombolas são espaços que priorizam a construção do território enquanto coletivo, compartilhando o acesso a garantia direitos, em especial ao direito a terra (Dealdedina, 2020). Portanto, refletem um projeto

alternativo ao capitalismo, de reforma agrária e o socialismo. Originalmente os quilombos surgiram como forma de resistências à escravidão no período Brasil colônia de Portugal. A mercantilização de negras e negros escravizados de países africanos foi por anos a principal produção capitalista dos europeus colonizadores. A mão de obra escrava e o extrativismo das terras colonizadas fortaleceram e enriqueceram o império, em contrapartida, isso resultou no maior genocídio de pessoas negras e indígenas da história humana (Stedile, 2005). Os resquícios da colonização e a escravidão são sentidas até hoje, em especial na pele de pessoas negras, fomentada pelo racismo estrutural que afeta a condição de vida desses, ao diminuir o acesso a saúde, a educação, a moradia e a dignidade. Nos utilizaremos das percepções de autoras e autores de variadas áreas do conhecimento, além da psicologia, como a exemplo da geografia, história, filosofia, sociologia e outras para embasar as discussões sobre a temática. Vale ressaltar que para entender o conceito de território é necessário percebê-lo como re-existência, pois ele parte do vivido, das práticas e do uso, ou seja, ele possui um valor simbólico para aqueles que lá existem. A defesa pelo território é a defesa pela própria vida, uma vez que o modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio impera até a atualidade de modo a pôr em risco a existência de grupos subalternizados, a exemplo os povos originários e quilombolas (Haesbaert, 2021). Se faz necessário também ratificar a importância da concepção de corpo-território e os impactos na produção dos sujeitos, uma vez que entendemos o corpo como o próprio e primeiro território que habitamos, e que essa corporeidade perpassa por relações intimamente imbricadas com as questões de classe, raça e gênero (Haesbaert, 2021). Dessa forma ao falarmos sobre corpo-território buscamos investigar não apenas os sujeitos na luta pela terra, mas também como os corpos estão unidos aos territórios que habitam, ou seja, os territórios a partir das disputas de poder. Tal afirmativa corrobora para evidenciar como mulheres negras e quilombolas se organizam e resistem na luta pela terra e em outras relações de poder em seus territórios. **Objetivos:** o objetivo geral da pesquisa é cartografar os processos de subjetivação de mulheres negras na luta pela terra na comunidade quilombola das Queimadas em Crateús-CE e os objetivos específicos são: 1. acompanhar a participação das mulheres negras na luta pela terra no quilombo das Queimadas; 2. identificar as subjetivações das mulheres quilombolas diante das contradições na luta pelo território nas Queimadas; e um terceiro objetivo específico está em construção. **Método:** o presente trabalho se propõe a uma produção científica decolonial, pois ele busca descolonizar o saber hegemônico sobre

determinado povo, território, raça e gênero. Descolonizar é um modo de resistir, para manter a existência, contra toda a forma de dominação, expropriação e/ou opressão (Haesbaert, 2021). Para prosseguimos com esse propósito optamos pelo método de pesquisa Cartográfica que se trata de um método de pesquisa-intervenção que não se baseia de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos. Porém, apresenta direcionamentos distintos que revestem o sentido tradicional de método sem perder a orientação do percurso da pesquisa (Passos & Barros 2009). As bases deste método se fazem por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objetivo da pesquisa, o pesquisador e seus resultados (Passos & Barros 2009). Neste sentido, a cartografia vai mapear as linhas constitutivas das coisas e dos acontecimentos ao explorar territórios existenciais e assim, acompanhar processos de produção de subjetividade de forma a criar um mapa móvel das “paisagens psicossociais”. Nesta modalidade de pesquisa, considera-se que sujeito e objeto estão juntos na mesma experiência, o conhecimento é tido como criação e a pesquisa é compreendida sempre como intervenção (Rolnik, 2011). As participantes da pesquisa serão mulheres quilombolas da comunidade das Queimadas que optarem por participar voluntariamente. O modo de produção das informações será através da observação participativa, por meio de conversas informais, aproximação e vinculação com as pessoas e o lugar, a inserção em atividades propostas pela própria comunidade quilombola, em especial junto a associação comunitária e lideranças. É previsto a realização de entrevistas semiestruturadas de forma individual e coletivas com mulheres quilombolas. Para que a pesquisa prossiga nos moldes que se deseja fazê-la é necessário que seja submetida a avaliação em um Comitê de Ética, por se tratar de uma pesquisa que envolve a participação direta de pessoas. As vivências e afetações da pesquisadora serão também registradas e descritas em diários de campo. **Resultados e encaminhamentos para os resultados:** a formação da comunidade das Queimadas se inicia a partir de duas famílias, destacando-se como uma figura emblemática, o fundador da associação comunitária, que faleceu há cerca de treze anos por problemas de saúde. Ainda em vida, ele foi quem determinou a continuidade da missão de direcionar as resistências e a luta pelo reconhecimento e garantias dos direitos da comunidade às suas filhas. Atualmente, a presidenta, filha mais velha e suas duas irmãs são as responsáveis por organizarem e liderarem a associação. Nem todos que residem neste distrito se consideram remanescente quilombolas, e as brigas pela posse das terras são fatores

geradores de cisões e conflitos entre quilombolas, não quilombolas e fazendeiros. Até o presente momento um pouco mais de 95 famílias são cadastradas na associação e se autodenominam quilombolas. A presença dos não quilombolas justifica-se por ainda não haver a titulação da terra, apenas a certificação. A comunidade passa por fortes processo de apagamentos e busca se fortalecer com a esperança da obtenção da titulação como terras quilombolas e com parcerias de outros movimentos sociais locais como o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) e outras organizações não governamentais. Frente ao apresentado ratificamos a necessidade de continuarmos a pesquisa em psicologia fortalecendo seu caráter ético-político e estético implicado com a emergência na produção científica junto as realidades brasileiras e em especial as ruralistas e os povos tradicionais.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Quilombolas; Território; Subjetivação.

Referências bibliográficas

- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os) como povos tradicionais*. Brasília: CFP.
- Dantas, C.M. B & et. al. (2018). A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*. 30, 1-10.
- Dealdina, S. S. (2020). *Mulheres Quilombolas: territórios de existência negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro – Jandaira.
- Haesbaert, R. (2021). *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”*. Niterói: programa de Pós Graduação em Geografia – UFF.
- Rolnik, S. (2011). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E., & Barros, R. B. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. d. Escóssia, *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17-31). Porto Alegre: Sulina.

Internação psiquiátrica: experiência familiar entre as grades do manicômio

Mestrando: Antonio Joelmir Portela da Silva

Orientador: João Paulo Sales Macedo

Leitor interno: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado

Leitora externa: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Introdução: A presente pesquisa trata sobre a institucionalização de famílias durante a hospitalização de pacientes em crise do tipo psicótica. Para tanto, o recorte está voltado para pacientes que tenham tido sua primeira crise e, conseqüentemente, sua primeira internação psiquiátrica. Entendemos que a situação de crise em saúde mental é caracterizada pela fase de agudização de uma situação extrema, uma situação limite, em que, de ordinário, estão sempre permeadas de fatores multicausais. Ademais, é possível pensar os impactos da crise psicótica não somente no paciente, mas também na família, pois faz eclodir nestes sentimentos diversos e na maioria das vezes a convivência com os sintomas graves e intensos que o paciente apresenta, leva a desorganização da configuração familiar e a desestruturação do ambiente em que a família convive, por meio de sobrecargas afetiva, física e financeira (Chaves, 2007). Por outro lado, é inegável que a participação familiar na ação de cuidado em saúde mental demarca um espaço salutar para a evolução positiva do paciente, sobretudo na primeira crise psicótica (McGorry, 1995). No hospital escolhido para a realização do estudo, nomeado como Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, que se localiza no extremo norte do Estado, no litoral piauiense, mesmo sendo um hospital geral, mas que guarda uma ala psiquiátrica, nos moldes de uma estrutura manicomial, asilar e segregadora, acumula inúmeras contradições ao longo do tempo, inclusive pós estabelecimento do processo de

Reforma Psiquiátrica no Brasil e de reordenamento da rede de atenção psicossocial. Tal estrutura, surpreendentemente, permanece ainda hoje e compõe o ponto de atenção hospitalar como serviço de referência, no tocante a escancarar como o manicômio e sua racionalidade permanecem vivos, a partir do gesto manicomial (Wanderley, 2021) e dos desejos de manicômio (Alverga & Dimenstein, 2006), enquanto mecanismos que sustentam com “mão” firme a lógica manicomial que se atualizam na própria estrutura e dinâmica da instituição e da cidade, inclusive sob a condição de para que a internação psiquiátrica ocorra na Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, tanto o paciente como seu familiar (acompanhante) precisam ficar internados e vivenciar na pele o manicômio em suas vidas. **Fundamentação teórica:**As Misericórdias são consideradas como pontos importantes de atuação, manutenção e articulação entre o capitalismo e a caridade. Nesse sentido, estudos se dedicaram a pesquisar os efeitos dessas instituições na economia, na política e sobretudo na clientela atendida (Fernandes, 2009). Alguns autores trabalham a perspectiva da “economia de salvação de almas” (Le Goff, 1991) para discutir sobre os investimentos da burguesia nessas instituições e seus efeitos nas cidades no atendimento sobretudo dos desvalidos, mulheres, órfãos e loucos. Pode-se destacar que, durante o período republicano, as Santas Casas de Misericórdia passaram a ser usadas como continuidade dos governantes locais, não somente em relação a saúde e a assistência, mas também como ponto fundamental de articulação política, com grandes chances de reverberações nacionais. É nesse sentido, que essas instituições deixam de ser nomeadas como instituições de caridade para adquirir o status de filantrópicas/assistenciais. Por isso, passam, então, a serem tomadas e respaldadas pelos ideais de ordem, moral, progresso e controle social vigentes na ideologia republicana, que depositava no Estado a responsabilidade sobre o projeto de modernidade e higienização, devendo intervir sobre questões sociais dado o crescente número de doenças e doentes que poderia ameaçar a ideia de desenvolvimento e progresso da nação (Fernandes, 2009). A Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba tem sido campo de atuação do saber psiquiátrico, mantido por uma lógica manicomial e higienista (Foucault, 2015), desde a abertura da ala psiquiátrica do hospital em 1976 (Athayde, 1984). Porém, cabe ressaltar que nesse contexto, não são apenas os médicos que operam por essa lógica, outros saberes também participam dessa operação ao reduzir o sujeito a norma e ao diagnóstico enquanto caminho para ortopedia social (Santos & Zambenedetti, 2019). Assim, entendemos que essa lógica parece durar mesmo com pressões em diferentes campos, desde sociais a políticas, permitindo pensar a existência

de mecanismos que os mantêm no tempo, inclusive após a Reforma Psiquiátrica, e a instauração da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na cidade. **Objetivos:** Como objetivo geral, esta pesquisa buscou: Refletir sobre os efeitos da experiência do familiar que acompanha a primeira internação psiquiátrica do paciente em crise, ao ter que ficar alojado com ele na ala psiquiátrica da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba. Como objetivos específicos: a) Conhecer as condições em que ocorre a internação psiquiátrica do paciente em crise e a experiência do familiar-acompanhante enquanto vivente da ala psiquiátrica; b) Acompanhar o percurso do familiar-acompanhante no cotidiano da internação, da chegada ao serviço à instalação na unidade, passando pela ambientação e a experiência na ala psiquiátrica; c) Identificar as repercussões da internação para o familiar-acompanhante, e na relação deste com o paciente; d) Refletir sobre as condições de transmissibilidade do choque e das violências da internação psiquiátrica na experiência do familiar-acompanhante. **Método:** Este é um estudo de base qualitativa, ancorado em um modelo de pesquisa que tem como foco evidenciar os atravessadores da experiência da primeira internação psiquiátrica, por meio de entrevistas narrativas, além da utilização da participação observante, onde assumo o lugar de pesquisar no meu local de trabalho, considerando que a pesquisa é realizada no serviço em que atuo profissionalmente. Como pesquisador-trabalhador, é possível capturar uma série de nuances que dificilmente seriam apreendidas por meio de perguntas, visto que observar na realidade, deixa escapar o que há de mais espontâneo, a vida real (Minayo, 2011). Nessa pesquisa o que busco, além da técnica metodológica é a participação plena nas atividades do campo que estudo e trabalho. Como critério de inclusão, é necessário o participante ter idade igual ou superior a 18 anos, ser acompanhante no processo de hospitalização psiquiátrica e estar nessa situação pela primeira vez. Os casos que fujam desses critérios são entendidos como não compatíveis ao estudo, estando dentro dos critérios de exclusão do mesmo. Foram realizadas 5 entrevistas, os colaboradores foram identificados a partir da “corrida de leito” que realizo na psiquiatria. Após os atendimentos com os mesmos, foi explanado sobre a realização do estudo e sobre a possibilidade de sua participação, após o aceite, foi marcado um horário em sala reservada pra essa finalidade, apresentado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e iniciada a entrevista, sendo gravadas para posterior transcrição e análise. De maneira específica, são analisados materiais discursivos, provenientes das entrevistas realizadas com os informantes que aceitaram participar do estudo. O material é analisado sob a perspectiva da análise de conteúdo temática (Minayo, 2006). Essa análise busca situar e

analisar as temáticas em contexto, levando em consideração o social. Sob a perspectiva da análise de conteúdo, farei uma leitura primeira sobre o material produzido, como um leitor de sobrevoos, para em seguida realizar uma segunda leitura, buscando a produção de sentidos, conceitos e categorias que possam surgir das falas e dos materiais. É possível que outros marcadores surjam conforme sejam realizadas as leituras do corpus. Quando um colaborador fala de seu microespaço, ele está, por meio de sua narrativa, denunciando o que pode estar contido no espaço macropolítico das relações sociais, comunitárias e familiares. **Encaminhamentos para os Resultados:** A partir da análise realizada, podemos apontar que a religião desempenha uma função reguladora para os participantes, tendo força suficiente para interferir no entendimento do quadro e nas expectativas sobre os pacientes. Sobre as condições de acompanhamento, os mesmos apontam cansaço, medo e impotência como predominantes na maior parte do tempo de internação, além de qualificarem a hospitalização por meio da suposta segurança ao paciente e também a oferta de alimentação aos acompanhantes. Os participantes também apontam sentimentos como medo e impotência como os mais frequentes em seu cotidiano de internação, desencadeando comprometimentos físicos a eles. Apontamos como parciais esses resultados, visto a necessidade de realização de mais entrevistas até o fechamento do estudo. Esperamos que com essa pesquisa que possamos reconhecer os atravessamentos que incidem sobre a experiência de acompanhar um paciente psiquiátrico em internação. Reconhecer o sofrimento dessa clientela não é só validar uma realidade já supostamente conhecida, mas também facilitar meios de intervir e construir novas propostas de políticas públicas ou funcionamento na instituição que estejam voltadas à realidade local e comprometidas com os usuários e familiares em questão. Nesse sentido, será possível pensar em linhas de fuga para o modelo vigente, possibilitando refletir sobre outros possíveis para essa clientela e para a rede de saúde do município. Os resultados dessa pesquisa também colaboram para a construção e aprimoramento de conhecimento científico sobre o assunto nos campos teóricos, técnicos, políticos e assistenciais.

Palavras-chave: Manicômio, Família, Crise Psicótica, Internação Psiquiátrica, Saúde Mental.

Referências

- Alverga, A. R. & Dimenstein, M. (2006) A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. *Interface Comunic., Saude, Educ.*, v.10, n.20, p.299-316, 2006.
- Apepi. (1984). Histórico: Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, escrito por Cândido de Almeida Athayde. *Códice. A65s, 614.8122*. Ex. 1.
- Chaves, A. C. (2007). “Primeiro episódio psicótico: uma janela de oportunidade para tratamento?”. Em: *Revista. Psiquiatria Clínica*, 34, supl. 2; pp. 174-178.
- Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social* (2ª.ed.). Brasília: Universidade de Brasília.
- Fernandes, L. A. (2009). *As Santas Casas da Misericórdia na República brasileira (1922-1945)*. (Dissertação de mestrado) Universidade de Évora.
- Foucault, M. (2015). O nascimento do hospital: In: *Microfísica do poder*. Organização, Introdução e Revisão de Machado, R. (Org.)Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 201.5.
- Le Goff, J. (1991). *La naissance du Purgatoire*. Gallimard.
- McGorry, P.D. - *Psychoeducation in first-episode psychosis: a therapeutic process*. *Psychiatry* (4): 313-328, 1995.
- Minayo, M. C. S. (2011). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes Limitada.
- Minayo, M. C. S. (2006). *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (9a. ed.). São Paulo: Hucitec.
- Santos, Rayssa BecchiR. B. & Zambenedetti, Gustavo. (2019). Compreendo o processo de medicalização contemporânea no contexto da saúde mental. *Salud & Sociedad*, v. 10, n. 1, pp. 22-37.

A atenção a crise psíquica grave em contextos rurais

Mestranda: Ingrid Silva Costa

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo

Leitor interno: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado

Leitora externa: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Introdução: A sociedade brasileira vivenciou um grande marco no avanço na assistência em saúde por meio dos direitos garantidos pela Constituição Federal em 1988 e no campo da saúde mental esse cenário de luta é fortalecido pela Reforma Psiquiátrica que também tem início no final dos anos 1980. Dessa forma a Lei 10.216 de 2001, que prever os direitos dos usuários de saúde mental e o fim dos manicômios, redireciona a atenção em saúde mental por meio da atenção psicossocial que já vinha tomando força pela mudança de práticas impulsionadas pela Reforma Psiquiátrica e pela Luta Antimanicomial. A atenção às crises psíquicas graves, mesmo no cenário reformista, enfrenta desafios, no sentido de garantir uma atenção que fuja de olhares manicomial. Quando olhamos para atenção a crise nas áreas rurais do país temos a certeza de que o desafio é ainda maior, tanto para os trabalhadores quanto para os familiares e os usuários em função das determinações sociais do processo saúde-adoecimento-sofrimento-cuidado e que impactam no acesso e continuidade da assistência. **Fundamentação Teórica:** Para Silva et al. (2015), a Reforma Psiquiátrica Brasileira introduz a mudança do paradigma do modelo asilar para o modelo

psicossocial. Tal transformação implicou no crescente aumento e implantação dos serviços substitutivos por todo país. No entanto, a criação e implantação dos mesmos não é a garantia do fim de práticas manicomiais. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) se tornaram o serviço/referência nessa mudança de paradigma. “Atualmente, o Brasil conta com 2.742 CAPS habilitados, distribuídos em 1.845 (um mil, oitocentos e quarenta e cinco) municípios em todos os Estados e no Distrito Federal” (Brasil, 2021, p.5). A existência humana sempre foi atravessada por crises, períodos considerados desafiadores e em muitos casos o marco, o divisor de águas, para uma possível nova etapa. Evidentemente, as crises mobilizam também sofrimento e angústia. De acordo com Brasil (2013) “a palavra crise vem do grego *krísis*, que significava, na sua origem, momento de decisão, de mudança súbita; separar, decidir, julgar”(p.100). A definição dos chineses também chama muita atenção, pois no ideograma que representa crise, os mesmos a definem como “perigo” e “oportunidade” (Dubugras Sá et al., 2008). Para Costa (2013, p.34) a crise é um “modo de decisão que pode tornar a vida melhor ou pior”. Nos cenários de zona rural a crise psíquica também se apresenta e sobre esta relação terçemos reflexões neste trabalho. Para Aruda et al (2018) a população da zona rural conta com uma série de dificuldades que ao longo do tempo vão contribuindo com o surgimento de doenças e agravos de outras ordens. Tais dificuldades dizem respeito a questões socioeconômicas (renda e moradia) e a própria carência de políticas públicas que contemplem esses espaços. De acordo com Magalhães et al (2022), as populações da zona rural contam em sua maioria apenas com os serviços de saúde que são disponibilizados pela atenção básica, o que ao logo do tempo não supre totalmente suas necessidades de saúde. No tocante as áreas rurais do país, pode-se observar que a crise psíquica grave nesses espaços pode fazer ver uma serie de questões, tais como: relação família/usuário; papel dos serviços de saúde ali presente; função da internação psiquiátrica, bem como faz pensar como a Reforma Psiquiátrica chegou na zona rural do país e quais avanços e entraves ainda são percebidos no contexto atual.**Objetivo geral:** Conceber a crise psíquica grave em contextos rurais como analisador do processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil e da regionalização da Política de Saúde Mental. Quanto aos **objetivos específicos** têm-se: 1) Acompanhar famílias da zona rural com histórico de usuários com crise psíquica grave e levantar as necessidades de cuidado psicossocial em saúde mental; 2) Mapear as formas de participação e de cuidado dos familiares da zona rural diante das necessidades de cuidado de usuários com crise psíquica grave, a partir da assistência oferecida pelos serviços; 3) Problematizar os limites e desafios da

Reforma Psiquiátrica e da Política de Saúde Mental diante das situações de crise psíquica grave em contextos rurais. **Método:** O caminho metodológico traçado ao longo da pesquisa, tem seus direcionamentos afinados com a Análise Institucional (AI). Para Martins (2017) houve uma abertura para as práticas *psi* no que se refere a novos espaços de atuação a partir da consolidação da análise institucional. É imprescindível, ainda de acordo com o autor citado, entender que o movimento de Análise Institucional a que estamos nos referindo tem sua concretude na França, após a Segunda Guerra Mundial, e que Georges Lapassade e René Lourau, autores muito conhecidos, são dois nomes representativos desse movimento. Quanto à utilização de ferramentas de produção de dados: levamos em consideração a produção dos diários de campo e entrevistas com núcleo familiar. Segundo Barros e Kastrup (2009), os diários de campo dizem respeito a anotações que “colaboram na produção de dados de uma pesquisa e têm a função de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer” (p.70). A pesquisa foi realizada com moradores de áreas rurais da cidade de Água Doce do Maranhão, usuários que passaram por internação psiquiátrica e seus familiares. Ao todo participaram das entrevistas 9 pessoas: dentre os usuários, 2 mulheres e 1 homem e entre os familiares: 2 homens e 4 mulheres. No início dos encontros, expliquei de que se tratava a pesquisa e apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi assinado por todas e todos. A realização das entrevistas foram encontros para além da produção dos dados da pesquisa, de uma profunda mobilização de sentimentos e lembranças. Em vários momentos os participantes se emocionaram ao lembrarem-se das primeiras crises e dos dias difíceis na internação psiquiátrica, então a gente parava um pouco pra acolher os afetos que ali se expressavam. Também oferecemos uma escuta individual, em um momento posterior a entrevista. **Resultados:** Ao entrarmos em contato com o campo, podemos vivenciar as forças instituídas e instituintes, dessa forma compreendemos que estar no campo é produzir de certa maneira atravessamentos e ser também atravessada. Após as entrevistas realizadas com as famílias e os usuários de saúde mental, organizamos 3 blocos a partir do que emergiu das falas durante os encontros, a saber: a) condições de vida na zona rural; b) a experiência de usuário e de familiar da saúde mental em contexto de zona rural; c) cuidado em saúde mental. Os três blocos citados acima emergiram do contato com o campo, a seguir descreveremos alguns dos principais aspectos de cada um destes. Em relação a *condições de vida na zona rural*, os temas mais relevantes foram; o isolamento dos centros das cidades; a dificuldade na

garantia de direitos, tais como acesso aos serviços de saúde, e direitos sociais como, por exemplo, a garantia do auxílio-doença. Também foi perceptível a presença de falas que demonstraram o esforço e a pouca remuneração em relação ao trabalho, como é o caso do trabalho de roça, responsável pela garantia da farinha como alimento e como produto de venda. No bloco *A experiência de usuário e de familiar da saúde mental em contexto de zona rural*, foi possível constatar questões relacionadas ao início dos sintomas dos usuários, e como esse surgimento produz desentendimentos e conflitos nos sistemas familiares; também ficou notório a presença de vínculos fragilizados quando o usuário apresenta agressividade; preconceito e exclusão em relação ao surgimento do sofrimento psíquico; compreensão da internação psiquiátrica como grande solução para os sintomas, pois certamente há um desconhecimento por parte dos familiares em relação aos serviços criados para a substituição ao modelo asilar como é o caso dos CAPS; decepção com o tratamento ofertado nas internações psiquiátricas que em sua maioria acarretaram uma carga de sofrimento devido às contenções e distância dos familiares; a culpabilização e a sobrecarga física e emocional também estiveram presentes nas falas dos participantes. Em relação ao bloco *Cuidado em saúde mental*; tem-se a apresentação de questões tais como; oferta de cuidado pelos familiares e pouca retaguarda dos serviços, o que evidentemente deixa a grande maioria de moradores da zona rural à mercê de suas próprias estratégias; distância geográfica dos serviços especializados em saúde mental, o que limita a inserção desses usuários em atividades dos CAPS, que são espaços que foram destinados a atender e acolher as demandas de sofrimento psíquico grave; realização de parte do tratamento pela iniciativa privada (gastos não previstos com o tratamento). Muitas famílias acabam recorrendo ao setor privado, pedindo ajuda de recursos a outros familiares na busca de algum atendimento ao seu familiar. Sem tratamento precoce à crise, a internação psiquiátrica é sempre orientação dos profissionais da Atenção Básica. Uma última questão, como não há um plano voltado para acolhimento precoce às crises, a intervenção que resta é a internação psiquiátrica quando o usuário apresenta sofrimento latente. As últimas análises do trabalho em questão estão sendo realizadas, no entanto tudo que já emergiu nos despertam muitas reflexões de como a Reforma Psiquiátrica, marco tão importante de nossa história, ainda precisa adentrar de forma mais potente os espaços de zona rural, espaços onde o sofrimento psíquico grave existe, portanto também precisa ser acolhido e respeitado.

Palavras-chave: Sofrimento Psíquico; Zona Rural; Reforma Psiquiátrica

Referências Bibliográficas

- Arruda, N. M., Maia, A. G., & Alves, L. C. (2018). Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(6), 1-14. 10.1590/0102-311X00213816
- Barros, R. D. B.; Passos, E. (2009) A Cartografia como método de pesquisaintervenção. Em E. Passos, V. Kastrup.,& L. Escóssia. (Org.). *Pistas do método decartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. (1a Ed). Porto Alegre:Sulina.
- Brasil. (2013) Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf
- Brasil, (2021) Dados da rede de atenção psicossocial (raps) no sistema único de saúde (sus). Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/caps/raps/arquivos/rede_raps_2021_modelo_saps_julho_2021.pdf
- Costa, I. I. (2013) *Intervenção precoce a crise psíquica grave: fenomenologia do sofrimento psíquico*. Curitiba: Juruá.
- Dubugras Sá S., Werlang B. S. G., & Mariana Esteves Paranhos, M. E. (2008) Intervenção em crise. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*. 4 (1). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000100008
- Martins, J. B. (2017) Análise Institucional e o processo de construção de conhecimento: a questão da implicação. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 488-499. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v23n1/v23n1a30.pdf>
- Magalhães, D. L., Matos, R. S., Souza, A. O., Neves,R. F., Costa, M. M. B., Rodrigues, A. A., &Souza, C. L., (2022). Acesso à saúde e qualidade de vida na zona rural. *Research, Society andDevelopment*, 11 (3). DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26906>
- Silva G. M., Zanini D,S., Rabelo I.V. M., & Renata Fabiana Pegoraro, R. F. (2015). Concepções sobre o modo de atenção psicossocial de profissionais da saúde mental de um CAPS. *Rev. Psicol. Saúde*, 7 (2).

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2015000200010

Tornar-se Quilombo: os sentidos construídos pela comunidade Boa Esperança em reivindicar-se quilombo urbano

Mestrando: Douglas Pinheiro Amaranes

Orientador: João Paulo Sales Macedo

Leitora interna: Profa. Dra. Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo

Leitora externa: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Introdução: A presente pesquisa investigou os processos de ressignificação do território e das identidades da Comunidade Boa Esperança, localizada na periferia da cidade de Teresina-PI, a partir do movimento de autorreconhecimento da comunidade enquanto quilombo urbano e sua luta em defesa do seu território. Assim, nos centramos, a partir da oralidade e dos documentos produzidos pela comunidade, por meio do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, associação fundada por moradores da comunidade, que teve como principal frente de luta a resistência e a assistência aos moradores atingidos pela desapropriação forçada por projetos de reestruturação urbana por parte da prefeitura do município. A luta por permanência no território e de defesa da territorialidade da população negra residente na localidade, por gerações e gerações de moradores desde a fundação da cidade de Teresina, resultou, nos últimos anos, que a comunidade se reconhecesse constituída por modos de vidas próprios e tradicionais, abrindo assim o debate sobre o autorreconhecimento como quilombo urbano. Ao acompanhar mais recentemente parte desse movimento, por meio dessa pesquisa de mestrado, a partir de visitas periódicas à comunidade e por meio da participação direta e contribuição junto a organização das lutas, elegemos como questão de pesquisa quais elementos e processos têm sido dinamizados nas ações de promoção de ressignificação dos territórios e das identidades negras na luta pelo autorreconhecimento como quilombo Urbano pelos fazedores da Boa Esperança? **Fundamentação Teórica.** A pesquisa encontra solo teórico nas discussões propostas pelo movimento negro e quilombola para debater o conceito, a função e a importância dos quilombos para pessoas negras no Brasil, até alcançar o fenômeno dos quilombos urbanos e como suas formações se relacionavam com o processo de urbanização do Brasil e a formação das suas cidades. Para isso partimos das discussões sobre territórios e territorialidades, de forma que podemos compreender os quilombos urbanos como novas territorialidades negras frente aos desafios dos conglomerados urbanos. Assim, dividimos a parte teórica

que dá sustentação ao presente estudo com dois capítulos, a saber: “Quilombos: A construção de narrativas negras sobre sua história” e “Quilombo Urbanos: ressignificação do território e identidades negras urbanas”. No primeiro capítulo, “Quilombos: A construção de narrativas negras sobre sua história”, nos apropriamos dos debates elaborados por Nascimento (2021), que resgata o conceito de Quilombo, compreendendo-o para além de um fenômeno datado do período escravocrata e que se prendia a formas homogêneas de existirem e se constituírem. Dessa forma, o debate encabeçado pelas ideias posta pela autora possibilita compreendermos os quilombos como um catalisador ideológico, fundador de identidades dos negros brasileiros e possui um caráter libertário e coletivo. Somam-se a essas ideias as explanações efetuadas por Gomes (2015), no qual analisa, historicamente, como a falta de políticas públicas para as comunidades quilombolas fez com que as mesmas tenham se afastado de suas identidades quilombolas devido a uma gama de processos de invisibilidade e perseguições fomentadas pelo próprio Estado brasileiro, isolando-as e negando seus direitos básicos. Ressalta-se que esse apagamento das comunidades quilombolas se davam tanto pelo campo das políticas públicas como por demais estruturas e operações sociais, inclusive por estarem inscritas por uma racionalidade branca, nomeada por Moura (2019), como o mito da democracia racial, que ainda impera no país. Dessa forma, a importância de apropriar-se de conceitos como quilombo e fazer o resgate dessas organizações coletivas dos negros no Brasil se faz necessário para que os povos e comunidade possam se autorreconhecerem e se reivindicarem como população quilombola a partir da retomada e apropriação dos negros sobre sua própria história e narrativa, de maneira coletiva, tornando-se quilombo. No segundo capítulo “Quilombo Urbanos: ressignificação do território e identidades negras urbanas” introduzimos os conceitos de território e territorialidades, mais especificamente de territorialidades quilombolas, para compreendermos os fenômenos dos quilombos urbanos. Compreendendo que território é um conceito em disputa, assim como o território em si também é um ponto de conflito, pois como aponta Santos (2015) as guerras (neo)coloniais foram e continuam sendo guerras por território, por poder e controle sobre os territórios e suas territorialidades. Apoiados em Haesbaeth (2004) compreendemos, então, território como espaço de exercício de poder que pode ocorrer através de duas formas de territorialização: apropriação e dominação. Sendo que o primeiro corresponde a fundação do território mediado por símbolos e significados dados pelos moradores ao local, e o segundo trabalha dando um valor de troca e

exploração do espaço, pois está intimamente ligado a lógica mercadológica do capital. Se entendermos o território como um local de aplicação de poder, entenderemos a territorialidade como fio condutor da luta pela manutenção do território, sendo o componente de exercício de poder sobre o território. Desta maneira, podemos entender, que um determinado território pode existir conflitos entre múltiplas territorialidades, quando ambas enxergam e têm relações e propostas conflitantes para o uso do território. Logo, as territorialidades quilombolas são insurgentes, segundo Monteiro (2016), pois surgem em oposição ao uso exploratório do território pela lógica capitalista, geralmente defendendo um uso comum, locus em que se fundam identidades. Assim, ao partirmos dessa compreensão, entendemos os quilombos urbanos como territorialidades negras urbanas que se apropriam dos seus espaços/território, constituindo fronteiras dinâmicas e dinamizando-as por eventos/acontecimentos sociais, culturais e étnicos, de modo a conceber sua etnicidade por meio de processos materiais, políticos, ideológicos e psicossociais. Por outro lado, por existirem em meio a territorialidade e os conflitos e disputas urbanas, os quilombos urbanos sofrem com a especulação imobiliária e os ataques públicos-empresariais fomentadas pelo grande capital, apoiados pela máquina estatal. **Objetivo Geral:** Investigar os processos de ressignificação do território e identidades negras na luta pelo autorreconhecimento da Comunidade Boa Esperança em quilombo urbano. **Objetivos Específicos:** a) Conhecer as condições sócio-históricas e os cenários de lutas por autorreconhecimento da Comunidade Boa Esperança enquanto quilombo urbano; b) Acompanhar as formas de organização sociopolítica e de resistência da comunidade Boa Esperança diante o histórico de precariedade e ataques por parte do poder público e grupos empresariais-imobiliários; c) Identificar, a partir das narrativas dos moradores, os deslocamentos de sentidos na luta pela reconstituição do seu território e identidades negras no estabelecimento de novas relações de poder da Comunidade Boa Esperança em torna-se quilombo urbano. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou como método a história-oral, ao dar margem para a valorização das narrativas da comunidade sobre seus processos. *Território da pesquisa:* A pesquisa ocorreu na Comunidade Boa Esperança, localizada na Zona Norte de Teresina-PI. *Participantes:* Os participantes da pesquisa foram moradores e ex-moradores que constroem e são atuantes na história e nas lutas da Comunidade Boa Esperança. *Instrumentos:* Foram utilizados como instrumentos entrevistas semi-estruturadas, observação participante e registro de diário de campo. *Procedimentos:* Contato com o Centro de Defesa Ferreira de Sousa e consentimento para encontros e

participar das reuniões comunitárias e visitas à comunidade. *Ética do envolver*: Pesquisa construída sobre as resoluções e normativas dispostas pela Resolução n. 466/2012 e as normas estabelecidas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais dispostas pela Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Sendo assim aprovada no CEP da Universidade Federal do Delta do Parnaíba. **Resultado Preliminares**: A partir das observações feitas em reuniões comunitárias propostas e conduzidas pelos próprios moradores para debater temas específicos a sua luta, em reuniões entre a comunidade e membros do poder público e com base nas 3 entrevistas realizadas podemos apontar algumas possíveis categorias de análise, sendo elas: “Pertencimento” que diz respeito a como os moradores se sentem pertencentes ao território e como suas vidas são construídas no mesmo; “Apoio mutuo” tal categoria refere-se como a comunidade sobrevive, se organiza e se apropria do território; “Construtores da cidade” como os moradores da Boa Esperança relacionam-se com a cidade de Teresina, “Luta por território” esta categoria emerge dos relatos sobre como a organização popular e o pertencimento ao território tem feito frente aos ataques públicos-empresariais ao território; “Identidade quilombola” tal categoria emerge a respeito dos atravessamentos que o debate sobre reconhecesse como Quilombo urbano têm feito florescer na comunidade.

Palavras-chave: Quilombos Urbanos, Teresina, Território

Referencias

- Gomes, F. S. (2015). *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. Claro Enigma.
- Haesbaert, R. (2004, Setembro). Dos Múltiplos Territorios á Multiterritotiedades. *petgea*. Retrieved 11 18, 2022, from <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>.
- Monteiro, G. R. F. d. F. (2016). Por Uma Análise Territorial Da Questão Quilombola: Processos E Perspectivas. *(SYN)THESIS*, 9(2), 51-63. <https://doi.org/10.12957/synthesis.2016.46030>
- Moura, C. (2019). *Sociologia do negro brasileiro*. Perspectiva.
- Nascimento, M. B. (2021). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos* (A. Ratts, Ed.). Zahar.

Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Zahar.